

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO - PPGDS  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

**LETÍCIA ANSELMO MANIQUE BARRETTO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: AS RELAÇÕES  
ESTABELECIDAS ENTRE O CAMPO UNIVERSITÁRIO E O CAMPO POLÍTICO  
NA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA BOLSA MUNICIPAL DE CRICIÚMA  
(PMC)**

**CRICIÚMA**

**2022**

**LETÍCIA ANSELMO MANIQUE BARRETTO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: AS RELAÇÕES  
ESTABELECIDAS ENTRE O CAMPO UNIVERSITÁRIO E O CAMPO POLÍTICO  
NA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA BOLSA MUNICIPAL DE CRICIÚMA  
(PMC)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Michele Gonçalves Cardoso.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Cristina Fioreze.

**CRICIÚMA**

**2022**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B274p Barretto, Leticia Anselmo Manique.

Políticas públicas para a educação superior : as relações estabelecidas entre o campo universitário e o campo político na criação e implementação da Bolsa Municipal de Criciúma (PMC) / Leticia Anselmo Manique Barretto. - 2022.

131 p. ; il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2022.

Orientação: Michele Gonçalves Cardoso.

Coorientação: Cristina Fioreze.

1. Bolsa Municipal de Criciúma. 2. Bolsas de estudo - Política governamental - Criciúma (SC). 3. Ensino superior - Bolsas de estudo - Criciúma (SC). 4. Políticas públicas. 5. Movimentos estudantis. I. Título.

CDD. 22. ed. 378.34

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101

Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

**Letícia Anselmo Manique Barreto**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: AS  
RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE O CAMPO  
UNIVERSITÁRIO E O CAMPO POLÍTICO NA CRIAÇÃO E  
IMPLEMENTAÇÃO DA BOLSA MUNICIPAL DE CRICIÚMA  
(PMC)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 27 de julho de 2022.


**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dra. Michele Gonçalves Cardoso  
(Presidente e Orientadora – UNESC)



Prof. Dra. Cristina Fioreze  
(Coorientadora - UPF)



Prof. Dr. Emerson César de Campos  
(Membro – UNESC)



Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira  
(Membro – UNESC)



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto  
(Membro Suplente – UNESC)



Letícia Anselmo Manique Barreto  
(Discente)



Prof. Dr. João Henrique Zanelatto  
Coordenador do PPGDS – UNESC

“Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo”.

Pierre Bourdieu

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha família, em especial a minha mãe Rosilete Cardoso Anselmo e ao meu pai José Manique Barretto por todo o suporte para que eu pudesse estudar, desde o ensino básico, a graduação e no mestrado, sempre foram preocupados com a minha educação, bem como de meu irmão e irmã. Agradeço aos meus irmãos, Gustavo Anselmo Manique Barretto e Carolina Fernandes Manique Barretto, principalmente pelas risadas e compreensão, mesmo que silenciosa. A Josefina Longaretti Manique Barretto (*in memoriam*) por ter sido avó que eu e minha família precisávamos, o amor será sempre eterno e a saudade também.

Ao Henrique Lessa, por todo o companheirismo e por todas as risadas frouxas que me tirou em momentos que eu precisava delas. Por sempre ser um bom ouvinte, até mesmo quando eu estava falando sozinha.

Agradecer também aos meus amigos Douglas Vaz Franco e Denis Vieira Morais, por mais que a pandemia tenha nos tirado a presencialidade, são e sempre serão essenciais em momentos de desabafo com a vida acadêmica. As minhas amigas Helena Bonazza, Maria Júlia Comin e Vitoria Ceretta pela compreensão da minha ausência e apoio contínuo em questões além da minha pesquisa, pelas risadas e pelos jogos de tabuleiro. Aos meus amigos Daniela Germano, Aline Rosa, Nicolas Terzioglo, Pedro Gomes, Emmanuele Alves e Paulo Belisário que foram de grande suporte durante a pandemia e que tive o prazer de conhecer e fazer parte de diversos momentos, sendo a distância somente um detalhe.

Ao time de futebol americano Criciúma *Iron Tigers*, nas pessoas de Arthur Costa Biolo, Arthur Paulo Videira e Lucas Sedrez, agradeço a todos os atletas e membros da comissão técnica e administração, o tempo dentro do time foi essencial para que eu pudesse me desenvolver como pessoa e mesmo sem saber, atuaram muitas vezes como uma válvula de escape e um alívio para os dias corridos.

Aos colegas de mestrado Aline Mangili, Marcos Machado, Júlia Baldessar e Taiana de Oliveira, por serem pessoas que pude compartilhar as alegrias e percalços do caminho. Aos colegas de programa Max Virgílio e Gabriel Crocetta, por me apoiarem e ajudarem na trajetória de entrada no mestrado. Por meio deles, cumprimento os demais colegas do programa de mestrado, que infelizmente por conta da pandemia não nos conhecemos presencialmente.

À professora Janete Trichês e aos professores João Batista Bitencourt e Gildo Volpato, pela assistência e contribuição que deram para que a minha pesquisa continuasse. A

professora Kelly Gianezini, pelo tempo dispensado em favor da minha pesquisa e formação acadêmica.

Aos entrevistado(as) que se dispuseram a falar sobre as experiências vividas e, de forma muito significativa, contribuíram e escrevem essa dissertação comigo.

Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC, na pessoa do professor João Henrique Zanelatto, agradeço aos professores e professoras do PPGDS. Agradeço à Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) na pessoa da Magnífica Reitora Luciane Bisognin Ceretta.

Agradeço também aos membros da banca de defesa de dissertação, pela disponibilidade e presença para a avaliação desta pesquisa.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à professora Michele Gonçalves Cardoso por ter aceitado a difícil tarefa de me orientar em um momento tão turbulento. A professora Cristina Fioreze, minha coorientadora, que foi muito zelosa e supriu muitos questionamentos quando precisei de apoio. Ambas que, para além de orientação e do ambiente acadêmico, me ajudaram de diversas formas e me fizeram ter vontade de continuar pesquisando.

## RESUMO

Ao considerar as políticas públicas para educação superior, em âmbito nacional, tem-se políticas como o ProUni (Programa Universidade Para Todos) e, em âmbito estadual, em Santa Catarina, tem-se os artigos 170 e 171 da Constituição Estadual, que prevêm políticas públicas para a graduação e pós-graduação. No entanto, nesta pesquisa, considerou-se observar uma política pública de educação superior desenvolvida em âmbito municipal, evidenciando a particularidade de o município de Criciúma possuir, em sua Lei Orgânica Municipal (LOM), a previsão de recursos destinados à uma Instituição de Educação Superior, no formato de investimentos financeiros e bolsas de estudos, desde sua formulação em 1990, com os aportes das leis complementares desenvolvidas na época. Dessa forma, a pesquisa teve o intuito de compreender, por meio de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas e um diálogo entre práticas discursivas e a história oral, como foi criado e implementado o artigo 129 da LOM e definidos os seus parâmetros. Uma vez que se dá a criação de uma política pública de educação superior desenvolvida por um município, considera-se a especificidade dessa política, por diferentes fatores, como, por exemplo, a questão de competência para a atuação na educação superior e o contexto político da criação de uma política pública com a natureza de ação afirmativa na década de 1990 no Brasil e especificamente em Criciúma, Santa Catarina. Foram entrevistados agentes sociais do campo político e do campo universitário (vereadores, gestores da IES e membros do movimento estudantil). De um modo geral, a pesquisa possibilitou compreender as tensões e alianças entre e dentro dos campos universitário e político, bem como o contexto político da cidade de Criciúma na época e quais os fatores foram determinantes para a promulgação dessa política pública.

**Palavras-chave:** políticas públicas; movimento estudantil; educação superior; Lei Orgânica Municipal; Criciúma.

## ABSTRACT

When considering public policies for higher education, at the national level, there are policies such as ProUni (Programa Universidade Para Todos), and, at the state level, in Santa Catarina, there are the articles 170 and 171 of the State Constitution, which stipulate public policies for graduate and postgraduate studies. However, in this research, it was considered to observe a public policy of higher education developed at the municipal level, evidencing the particularity of the municipality of Criciúma having, in its Municipal Organic Law (LOM), the forecast of resources destined to an Institution of Higher Education, in the form of financial investments and scholarships, since its formulation in 1990, with contributions from the complementary laws developed at the time. Thus, the research aimed to understand, through qualitative research, using semi-structured interviews and a dialogue between discursive practices and oral history, how article 129 of the LOM was created and implemented and how its parameters were defined. Once the creation of a public higher education policy developed by a municipality takes place, it is considered the specificity of this policy, due to different factors; such as, for example, the issue of competence to work in higher education and the political context of the creation of a public policy with an affirmative action nature in the 1990s in Brazil and specifically in Criciúma, Santa Catarina. Social agents from the political and university fields (councilors, HEI managers and members of the student movement) were interviewed. In general, the research made it possible to understand the tensions and alliances between and within the university and political fields, as well as the political context of the city of Criciúma at the time and which factors were decisive for the promulgation of this public policy.

**Keywords:** public policy; student movement; higher education; Municipal Organic Law; Criciúma.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AATR	Associação de Advogados e Trabalhadores Rurais
ACAFE	Associação Catarinense das Fundações Educacionais
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ALESC	Assembleia Legislativa de Santa Catarina
AMESC	Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMREC	Associação de Municípios da Região Carbonífera
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEIM	Centro de Educação Infantil Municipal
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CFE	Conselho Federal de Educação
CONPEDI	Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito
CSC	Constituição de Santa Catarina
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEM	Democratas
DF	Distrito Federal
EaD	Educação a Distância
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
EDUC. SOC	Educação e Sociedade
ESCCA	Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas
ESEDE	Escola Superior de Educação Física e Desportos
ESTEC	Escola Superior de Tecnologia
ESUCRI	Escola Superior de Criciúma
EUA	Estados Unidos da América
FACIECRI	Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FME	Fundação Educacional de Criciúma
FUCRI	Fundação Educacional de Criciúma
GEU	Grupo de Estudos sobre Universidade
GUAL	Revista Gestão Universitária na América Latina

HISTEDBR	História, Sociedade e Educação no Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICES	Instituição Comunitária de Ensino Superior
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto sobre Veículos Automotores
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOM	Lei Orgânica Municipal
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação
NCE	Núcleo de Formação Continuada
Nº	Número
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoa com Deficiência
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PMC	Prefeitura Municipal de Criciúma
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Política Pública
PPAM	Plano Plurianual Municipal
PPGDS	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico
PPP	Políticas Públicas de Permanência
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
SATC	Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão
SC	Santa Catarina
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMESP	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UE	União Europeia
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIFACRI	União das Faculdades de Criciúma

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As sete etapas do procedimento .....	26
Figura 2 – Mapa de entrevistados.....	33
Figura 3 – Localização do município de Criciúma.....	34
Figura 4 – O crescimento populacional do município de Criciúma .....	35
Figura 5 – IDHM e IDHM da educação no município de Criciúma de 1991 a 2010.....	36
Figura 6 – Comparativo de matrículas de 1989 a 1991 da FUCRI com o Brasil e Santa Catarina.....	37
Figura 7 – Linha temporal de regulamentações legais .....	40

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Categorias .....	28
Quadro 2 – Programas executados pela Secretaria Municipal de Educação de Criciúma .....	60
Quadro 3 – Recorte do Programa 1005 .....	61
Quadro 4 – Fonte de Receita para a bolsa PMC e bolsas de estudos .....	62

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de estudantes contemplados (as) na modalidade de vulnerabilidade e pessoas com deficiência.....	24
---	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO .....	18
1.2 OBJETIVOS .....	22
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>22</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>22</b>
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA .....	22
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	25
<b>1.4.1 O município de Criciúma</b> .....	<b>33</b>
<b>1.4.2 A Universidade do Extremo Sul Catarinense</b> .....	<b>36</b>
<b>1.4.3 O Diretório Central dos Estudantes</b> .....	<b>38</b>
<b>1.4.4 O objeto de estudo</b> .....	<b>39</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>43</b>
2.1 TEORIA DOS CAMPOS .....	43
<b>2.1.1 O campo político</b> .....	<b>46</b>
<b>2.1.2 O campo universitário</b> .....	<b>48</b>
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS .....	49
<b>2.2.1 Políticas Públicas para Educação Superior</b> .....	<b>52</b>
<b>2.2.2 Uma diferenciação do sistema de educação superior catarinense</b> .....	<b>55</b>
<b>2.2.3 A competência dos municípios</b> .....	<b>57</b>
<b>3 OS CAMPOS E AS NARRATIVAS DOS SEUS CONTEXTOS</b> .....	<b>64</b>
3.1 O CAMPO POLÍTICO .....	64
3.2 O CAMPO UNIVERSITÁRIO: A FUCRI/UNESC .....	74
3.3 O CAMPO UNIVERSITÁRIO: DCE .....	81
<b>4 AS RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ARTIGO 129 DA LOM</b> .....	<b>85</b>
4.1 O CAMPO POLÍTICO .....	85
4.2 O CAMPO UNIVERSITÁRIO: A FUCRI .....	92
4.3 O CAMPO UNIVERSITÁRIO: O DCE .....	98
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>112</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>126</b>
APÊNDICE A – MAPA DE INTERAÇÕES POSSÍVEIS .....	127

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)...	128
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....	130

## 1 INTRODUÇÃO

Mais de meio século já se passou desde a primeira iniciativa de institucionalização<sup>1</sup> da área de estudo e pesquisa sobre políticas públicas no Brasil (FARAH, 2018). Desde então, distintas dificuldades mediante ações contínuas e descontínuas ocorreram na tentativa de consolidar esta área.

Atualmente, o campo de estudos sobre políticas públicas no Brasil parece estar consolidado (FARAH, 2018). Por esta razão, as preocupações acerca da temática são crescentes e os estudos desenvolvidos sobre as mesmas também. No Brasil, as políticas públicas podem ser federais, mantida pela União; estaduais, regida pelo governo estadual; ou municipais, cuja competência cabe aos municípios. O contexto político, econômico e social a partir dos quais são estruturadas perpassa pela discussão de diferentes áreas de estudos, como a educação, a sociologia, o direito, a ciência política e a economia (FARAH, 2011; FONSECA, 2013; FONTAINE, 2015).

Neste contexto, surgem políticas públicas direcionadas aos estudantes matriculados no sistema privado de ensino superior de Criciúma e oriundos de grupos sociais desfavorecidos para que tenham a sua permanência garantida. Em âmbito nacional, há o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e, na esfera estadual, mais precisamente no estado de Santa Catarina (SC), tem-se o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), também conhecido por “artigo 170”, ambos aqui são considerados Políticas Públicas de Permanência (PPP).<sup>2</sup>

As políticas públicas possuem fases anteriores à sua positivação jurídica (BUCCI, 1977). O processo de uma política pública não é linear (BONETI, 2017; FARAH, 2011; FONSECA, 2013; FONTAINE, 2015) e envolve diferentes campos que, por vezes, são colaborativos e, por vezes, conflituosos com os movimentos sociais, com a ação governamental e com a ação de atores da sociedade civil. Os campos, assim, configuram-se como microcosmos dentro do espaço social. Estes possuem autonomia, que se traduz em regras de funcionamento próprias que não se aplicarão em outros campos.

---

<sup>1</sup> Trata-se da criação do curso de Mestrado em Administração Pública na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAP-FGV), o primeiro no País (FARAH, 2018).

<sup>2</sup> Para Araújo (2013) a expansão das pesquisas voltadas à permanência tem como motivação a expansão das instituições privadas a partir de 1990, as políticas públicas voltadas para as instituições públicas nos anos 2000 e o desenvolvimento de políticas públicas focais. Para a autora, anteriormente a isso, as políticas e os planos de ação, bem como as pesquisas, tinham como objeto a evasão da educação superior e não propriamente a permanência dos estudantes.

Então, para a compreensão de um campo, é necessário observar como se dão as relações entre os agentes sociais e as instituições dentro do mesmo e que posição ocupam, uma vez que possuem lutas dentro do próprio campo para manter ou subverter a lógica de distribuição do capital específico (BOURDIEU, 1989, 2003, 2005, 2011, 2019).

Ante às novas atribuições delegadas aos municípios a partir da Constituição de 1988, adquiriram importância as políticas municipais e a gestão local de políticas públicas. O município de Criciúma, por exemplo, instituiu a Política Pública intitulada como Bolsa Municipal da Prefeitura de Criciúma (PMC), fundamentada legalmente no artigo 129 da Lei Orgânica Municipal (LOM), que traz como premissa a orientação para bolsas de estudos para Pessoas com Deficiência (PcD)<sup>3</sup> e permite instaurar, por leis complementares, para outras modalidades de bolsa. Vale salientar que são concedidas bolsas em outras modalidades, a saber: a) para pessoas que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica; b) bolsa destinada a PcD; c) bolsa trabalho; e d) bolsa atleta; sendo as últimas duas instituídas por meio da Lei Complementar n. 096, de 14 de fevereiro de 2013.

A delimitação do objeto de estudo envolve a criação e a implementação da Bolsa PMC, tendo como foco as relações (pacíficas ou não) estabelecidas entre o movimento estudantil, a Instituição de Ensino Superior (IES) contemplada com esta Política Pública Municipal e o campo político local. Dessa forma, neste trabalho serão consideradas como categorias de análise, *a priori*, o campo político e o campo universitário.

Assim, diante do exposto e tendo em vista a relação entre os campos para a formulação e implementação de uma política pública em âmbito local, atrelada à história nacional e local, bem como a economia, tem-se como tema de pesquisa a Bolsa PMC como uma política pública municipal de bolsas de estudos para estudantes matriculados no sistema privado de ensino superior de Criciúma e oriundos de grupos sociais desfavorecidos para que tenham a sua permanência garantida, que passou por distintas alterações e regulamentações legais durante seus anos de vigência, com foco em sua origem.

---

<sup>3</sup> O termo Pessoa com Deficiência (PcD) aqui utilizado está de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi incorporado à Constituição Federal por meio do Decreto Legislativo n. 186, de 9 de setembro de 2008 e do Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009, sendo reafirmado pela Lei Brasileira de Inclusão em seu artigo segundo, a qual expressa que: “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (BRASIL, 2015). Desta forma, apesar da legislação nacional de modo geral e a legislação municipal de Criciúma possuírem termos diferentes do estabelecido, se buscará a alteração durante a escrita, entendendo a necessidade de inclusão dos termos corretos.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

O ano de 1988 foi marcado pela promulgação de uma nova Constituição Federal (CF/88), depois de um período de Ditadura Militar e redemocratização que reorganizou a Federação e elevou os municípios à condição de entes federativos. Dessa forma, buscou-se a Carta Magna com o texto original de 1988 para situar a presente pesquisa e a Política Pública da Prefeitura de Criciúma em sua origem.

A partir de então, apesar de anteriormente os municípios já possuírem uma autonomia relativa, com o advento da CF/88, os municípios passaram a possuir autonomia plena, inclusive com a organização por meio de uma constituição local, que se dá nas Leis Orgânicas dos Municípios (LOM) (TOMIO, 2002). Quanto à competência, no que se refere à educação, o município deveria, em cooperação com os estados e a União, tecnicamente e financeiramente, priorizar a educação pré-escolar<sup>4</sup> e a educação fundamental<sup>5</sup> (BRASIL, 1988). Naquela época, os estados e o Distrito Federal não possuíam a competência sobre o ensino médio e fundamental, que passou a ser estabelecida somente em 1996.<sup>6</sup>

Com a Promulgação da CF/88, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), pelo entendimento, também restou obsoleta, porém só foi revogada formalmente com o advento da nova LDB. Isso acarretou em um período de reformulação entre a anterior, se considerar a do período democrático, a LDB de 1961, e o processo de criação de uma nova LDB foi findado somente em 1996.

As Instituições de Educação Superior (IES) e sua autonomia passaram a ser amplamente discutidas no período de abertura política, inclusive sobre o caráter político e social, além do educacional. No fim da década de 1980 e ao longo da década de 1990, entrou em curso, assim como em outras esferas, na educação superior, a orientação para a privatização (DOURADO, 2002; FÁVERO, 2006; LUCCHESI, 2007; SAVIANI, 2010).

---

<sup>4</sup> Esse nível educacional abrange crianças de 4 a 5 anos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Resolução nº 2, de 9 de outubro de 2018 do Ministério da Educação (BRASIL, 1988, 1996, 2018).

<sup>5</sup> Esse nível educacional abrange crianças de 6 a 14 anos, se estendendo para as pessoas que não tiveram acesso a esse nível escolar, como previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Resolução nº 2, de 9 de outubro de 2018 do Ministério da Educação (BRASIL, 1988, 1996, 2018).

<sup>6</sup> O artigo 211 da Constituição Federal de 1988 foi alterado, por meio da Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, inserindo a atribuição prioritária dos estados e Distrito Federal, nos níveis de educação fundamental e médio, enquanto foi alterada a escrita de competência prioritária do município de “ensino fundamental e pré-escolar” para “ensino fundamental e educação infantil” (BRASIL, 1988, 1996).

A Constituição do Estado de Santa Catarina<sup>7</sup>, quanto ao ensino superior, preconizava em 1989, em sua promulgação, no artigo 170, que Santa Catarina prestaria assistência às instituições financeiras instituídas por lei municipal. Pode-se relacionar a redação original deste artigo com o fenômeno da interiorização (BASTIANI; TREVISOL; PEGORARO, 2018; BITENCOURT, 2011; GIANEZINI *et al.*, 2018) realizada por meio das fundações de educação superior municipais que, a partir da década de 1980, iniciaram o processo de transformação em universidades, a Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) inclusa neste processo, iniciou sua transformação em 1991.

O processo de transformação em universidades pelas fundações municipais se relaciona a fatores distintos, especialmente com a necessidade da comunidade acadêmica de possuir uma maior autonomia e também o apelo da sociedade para oportunizar a permanência ao ensino superior aos jovens inseridos fora dos centros urbanos (BASTIANI; TREVISOL; PEGORARO, 2018). Com o fomento a privatizações na área da educação superior, posteriormente este artigo passou a atender as instituições privadas de ensino superior, para além daquelas criadas por fundações municipais (DIAS; MENEGHEL, 2021; GIANEZINI *et al.*, 2018).

Em Criciúma, a LOM preconizava, em seu texto original, a destinação de recursos para oportunizar a permanência<sup>8</sup> no ensino superior. O parágrafo primeiro do artigo 129, que especificava a FUCRI como beneficiária, previa um valor mínimo de 7% do elencado para educação. O formato dessa destinação seria então realizado mediante a Lei Complementar nº 1, de 06 de dezembro de 1990, que definiu o fomento por meio de bolsas de estudo e de incentivo à pesquisa, extensão e ensino (CRICIÚMA, 1990a, 1990b).

Considerações sobre a Bolsa PMC, o movimento estudantil, a IES e o campo político aparecem explicitados no livro do autor João Batista Bitencourt (2011), intitulado “UNESC: a trajetória de uma universidade comunitária”, que foi encomendado pela UNESCO com o “interesse de compor uma narrativa histórica da criação e desenvolvimento da Universidade” (BITENCOURT, 2011). A partir dessa obra, é possível observar a importância da Bolsa PMC na comunidade acadêmica e na sociedade cricumense.

A FUCRI é uma fundação municipal e sua sede está localizada em Criciúma. Nasceu em 1968, com cursos de graduação organizados em escolas. Nos anos seguintes foi

---

<sup>7</sup> A primeira Constituição de Santa Catarina (CSC) foi adotada em 1891. Desde então, o estado de Santa Catarina construiu outras constituições (1895, 1935, 1947 e 1967) para condizer com a realidade constitucional brasileira. A atual Constituição do Estado, por sua vez, foi adotada em 1989 (PIAZZA, 1984).

<sup>8</sup> Apesar de a LOM utilizar o termo “acesso”, entende-se nesta pesquisa que a bolsa PMC é uma política pública de permanência, uma vez que a disponibilização desta bolsa ocorre após o ingresso na IES.

legitimada como entidade pública por importantes dispositivos legais, tais como: Decreto Municipal n. 725/69, Lei Ordinária n. 4336, de 5 de julho de 1969<sup>9</sup> e pelo Decreto Federal n. 72454, de 11 de junho de 1973.

Durante a década de 1980, passou por crise financeira ocasionada pelo cenário político nacional e local. Os estudantes estavam mobilizados, realizando greves pelos aumentos da mensalidade devido à inflação daquela época e questionando a falta de um diretório central, que só surgiria em 1989. A comunidade acadêmica, diante da crise, se mobilizou para a promulgação do artigo 129 da LOM de Criciúma.

Posteriormente, em 1991, ocorreu a unificação das escolas, tornando-se então a União das Faculdades de Criciúma (UNIFACRI). Após, foi iniciado o processo de transformação em universidade, primeiro por meio do Conselho Federal de Educação (CFE) e, posteriormente, por meio do Conselho Estadual de Educação (CEE), culminando, em 1997, na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) (BITENCOURT, 2011).<sup>10</sup>

O cenário apresentado para a construção e implementação do artigo 129 da LOM é permeado pelos contextos universitário, político e social da época. Esse contexto servirá como aporte para a realização e compreensão do objeto de estudo.

Dessa forma, o presente estudo será pautado por ideias que se comunicarão para compor o problema de pesquisa, que são: as Políticas Públicas para a Educação Superior; a competência dos entes federativos, em especial do município para a educação; a elevação do município a ente federativo<sup>11</sup>; o contexto sociopolítico diante da redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988 e a participação do movimento estudantil em pautar a educação superior.

Considerar-se-á, neste estudo, Políticas Públicas a partir do conceito que as estabelece como processos de decisão que gerarão diretrizes norteadoras para a ação do Poder Público e se materializarão por meio de instrumentos normativos. O processo decisório conta com a existência de diferentes campos, estabelecendo relações de poder em que nem sempre atenderão às expectativas de cada um, uma vez que perpassa também pelas conjunturas históricas e econômicas (FONSECA, 2013; TEIXEIRA, 2002).

---

<sup>9</sup> Usualmente são acrescentadas emendas sugeridas pela câmara legislativa estadual. Esta Lei Ordinária teve seu texto alterado pela Lei n. 16.733, de 15 de outubro de 2015, mas a essência a qual é aqui referido se manteve.

<sup>10</sup> Para visualizar e ilustrar essas interações criou-se o organograma que segue no Apêndice A.

<sup>11</sup> Na prática, a elevação do município a ente federativo concede autonomia ao município, como, por exemplo, a criação de uma LOM própria, uma vez que, até então, os municípios possuíam uma lei de organização regida pelos estados e realizavam a criação das suas leis esparsas para adequação à realidade do município. Com a LOM, a organização municipal, apesar de atrelada à CF/88 e às constituições estaduais, ganha recortes com as especificidades de cada município.

Percebe-se a necessidade de pautar a educação superior como passível de políticas públicas para a democratização do acesso e efetivação do direito à educação. E ainda que as Políticas Públicas para a Educação Superior sejam em nível nacional e estadual, nota-se em Criciúma movimentos para pautar localmente. É uma iniciativa municipal de concessão de bolsas para as universidades, presente hoje tanto na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), quanto em outras IES da cidade de Criciúma<sup>12</sup>, com fomentos e regulamentações distintas. Contudo, Criciúma apresenta essa particularidade, mantendo uma bolsa e uma legislação específica para tal, inclusive presentes na LOM.

Nessa lógica, o processo de arrolar uma política pública passa de algo racionalmente estruturado, como se discutirá nesta pesquisa, tanto pensando a relação entre os campos, quanto pensando em Políticas Públicas Municipais; vê-se uma relação mais intrincada do que se pode perceber em uma primeira análise. As políticas, dessa forma, não podem ser observadas fora do contexto nacional, regional, local e sem a observância dos campos que estão em tensionamento, assim como não se pode deixar de observar a história, a economia e a relação com outras políticas postas (BOURDIEU, 2011; FONTAINE, 2015).

A presença de campos não estatais também deve ser observada. O período de redemocratização culminou, inclusive na área de estudos sobre Políticas Públicas, na eminência de estudar outros campos que não estatais como promotores dessas alianças e tensões (FARAH, 2011). Por isso, políticas públicas voltadas para o setor privado educacional não devem ser desconsideradas. De acordo com o censo da educação superior de 2019, o número de IES privadas no país é de 2.306, enquanto públicas (entre federais, estaduais e municipais) correspondem a 302 (INEP, 2021).

A partir disso, e com base em Bourdieu (1989), é preciso compreender como o problema foi socialmente produzido – nesse caso, o que culminou na positivação da bolsa PMC –, uma vez que é necessário, para que o problema se torne universal, um trabalho coletivo que altere a realidade social. A discussão perpassará, então, pelos momentos e movimentos para a sua construção, bem como os agentes e os campos.

Nesta pesquisa, a problematização que se dará nesse sentido é a participação da IES e do Movimento Estudantil (ME) – ambos considerados como campo universitário – em pautar uma Política Pública Municipal e a relação destes com o campo político local – aqui compreendido o poder executivo e legislativo.

---

<sup>12</sup> Trata-se da Associação Benficiente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina (SATC) e da Escola Superior de Criciúma (ESUCRI).

Desse modo, a partir da problematização envolvendo os campos definidos *a priori*, traz-se os questionamentos que foram norteadores da pesquisa e abordam as relações entre os campos e dentro dos campos para a criação de uma política pública.

Quais agentes sociais de cada campo auxiliaram na criação e efetivação da Bolsa PMC? Quais fatores influenciaram sua criação e motivaram a positivação do artigo 129 na Lei Orgânica de Criciúma? Quais interesses dos agentes sociais do campo político e educacional estavam em “jogo” com a criação e implementação desta política pública? Houve algum tipo de resistência do campo político para a criação da Bolsa PMC? Se sim, quais foram e como o campo acadêmico se articulou para vencer o impasse? Diante do exposto, questiona-se: **como foram as relações estabelecidas entre o campo universitário (ME e a UNESCO – antiga FUCRI) – e o campo político municipal?**

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Compreender as relações estabelecidas entre campo universitário (movimento estudantil e a UNESCO) e o campo político na criação e implementação da bolsa PMC.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Desvelar as relações estabelecidas entre os campos (universitário e político) e no (e para o) processo de criação e implementação do artigo 129 da LOM e a bolsa PMC;
- b) Analisar o processo de tomada de decisão e os fatores que influenciaram a criação do artigo 129 da bolsa PMC;
- c) Compreender o contexto político de Criciúma no período de implantação da Lei Orgânica Municipal;
- d) Analisar os tensionamentos entre e dentro dos campos para a criação de uma política pública;

## 1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

A ideia de realização de uma pesquisa em Política Pública municipal parte do pressuposto de que as políticas, em nível da Educação Superior, ocorrem, em sua maioria, em

âmbito nacional. Apesar de compreendida em termos constitucionais, a competência material é colaborativa entre os entes: aos municípios é prioritária a atenção à educação infantil e ensino fundamental, enquanto aos estados e Distrito Federal, a criação e manutenção do ensino fundamental e médio (BRASIL, 1988, 1996; TEIXEIRA, 2008).

Em pesquisas anteriores realizadas pelas autoras deste estudo e apresentadas em eventos científicos, fez-se uma incursão nas Políticas Públicas municipais. Identificou-se que a pesquisa nessa área está voltada para a esfera de Educação Básica, ambiental e urbanização, e se percebeu que há uma lacuna a ser investigada ao falar de Políticas Públicas municipais para a Educação Superior (BARRETTO; GIANEZINI, 2019).

Em pesquisa ainda não publicada, com intuito de observar os logradouros da Associação de Municípios da Região Carbonífera (AMREC) e sua relação com as Políticas Públicas municipais para a Educação Superior, notou-se que, dos doze municípios que a constituem, seis<sup>13</sup> possuem indícios de fomento por meio de bolsas e outros incentivos a este nível de educação. Porém, com essas análises desenvolvidas, também foi possível perceber a quase inexistência de trabalhos com esses objetos de estudo. No Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico foi localizada somente uma dissertação, que faz um paralelo entre o PROUNI, o artigo 170 (bolsa do estado de Santa Catarina) e a bolsa PMC, com recorte de tempo de 2010 a 2015, permanecendo uma lacuna sobre a origem da bolsa PMC e as relações conflituosas ou não entre o campo universitário (movimento estudantil e UNESCO) e o campo político municipal.

A justificativa inerente à autora se dá em sua participação no movimento estudantil no período que compreendeu o início da graduação em Direito, em 2015, até a conclusão do curso, em 2019. O trabalho de conclusão de curso (TCC) também versou sobre a Bolsa da Prefeitura Municipal de Criciúma, motivando, assim, tanto o TCC, quanto a presente dissertação, por perceber a importância dessa política pública para os estudantes. Participando, nos anos de graduação, de manifestações sobre a Bolsa PMC, bem como representante dos(as) estudantes em diferentes espaços deliberativos, como o Conselho Universitário e a Comissão Própria de Avaliação Institucional. Desta forma, crê-se na importância de estabelecer uma pesquisa científica nesse sentido.

Em números, a bolsa PMC vem fornecendo, conforme a Tabela 1, um total de 7.523 (sete mil quinhentas e vinte e três) bolsas de estudos. Os dados foram obtidos a partir da análise dos relatórios de estudantes contemplados(as), disponibilizados semestralmente pela

---

<sup>13</sup> Criciúma, Forquilha, Içara, Nova Veneza, Siderópolis, Treviso.

prefeitura no formato de editais e de retificação de editais. A partir da política de documentação da IES, percebeu-se que dados referentes à bolsa PMC possuem um arquivamento de 10 anos. No entanto, no site da IES e da prefeitura foi possível observar a relação de estudantes contemplados desde o ano de 2009:

Tabela 1 – Número de estudantes contemplados (as) na modalidade de vulnerabilidade e pessoas com deficiência

Ano/Semestre	Total
2009/2	123
2010/1	199
2010/2	266
2011/1	279
2011/2	287
2012/1	408
2012/2	529
2013/1	527
2013/2	428
2014/1	314
2014/2	336
2015/1	381
2015/2	295
2016/1	372
2016/2	455
2017/1	284
2017/2	244
2018/1	309
2018/2	327
2019/1	301
2019/2	301
2020/1	288
2020/2	270
<b>Total</b>	<b>7523</b>

Fonte: elaborado pela autora (2021) com base nos relatórios de contemplados.

A bolsa PMC como uma política pública (PP) passou por alterações legais desde sua criação, alterando-se o percentual e requisitos para a concessão e se subdividindo em modalidades. Como explana Bitencourt (2011), a história da UNESC/FRUCRI perpassa essa política pública, com participação dos campos políticos e universitários nessa formulação.

Dessa forma, compreende-se que, ao estudar a origem de uma política pública municipal para a educação superior, é possível visualizar os indícios do impacto causado na região por tal política, uma vez que ela se atrela não somente aos cidadãos criciumenses, mas pode também beneficiar, a partir do cumprimento de alguns requisitos, os cidadãos de diferentes municípios e que estão em deslocamento para Criciúma.

A partir dessas considerações, o objeto de estudo dessa dissertação se vincula à linha de pesquisa em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), visto que esta linha de pesquisa se atrela à área de políticas públicas, pensando a partir da concepção de desenvolvimento local e regional, com interface em movimentos sociais e a dinâmica de organizações coletivas. Considerando, então, o artigo 129 da LOM como o início de uma política pública para Educação Superior, em que se tangencia tanto o movimento estudantil quanto a FUCRI/UNESC, como IES, e ao poder municipal local.

#### 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

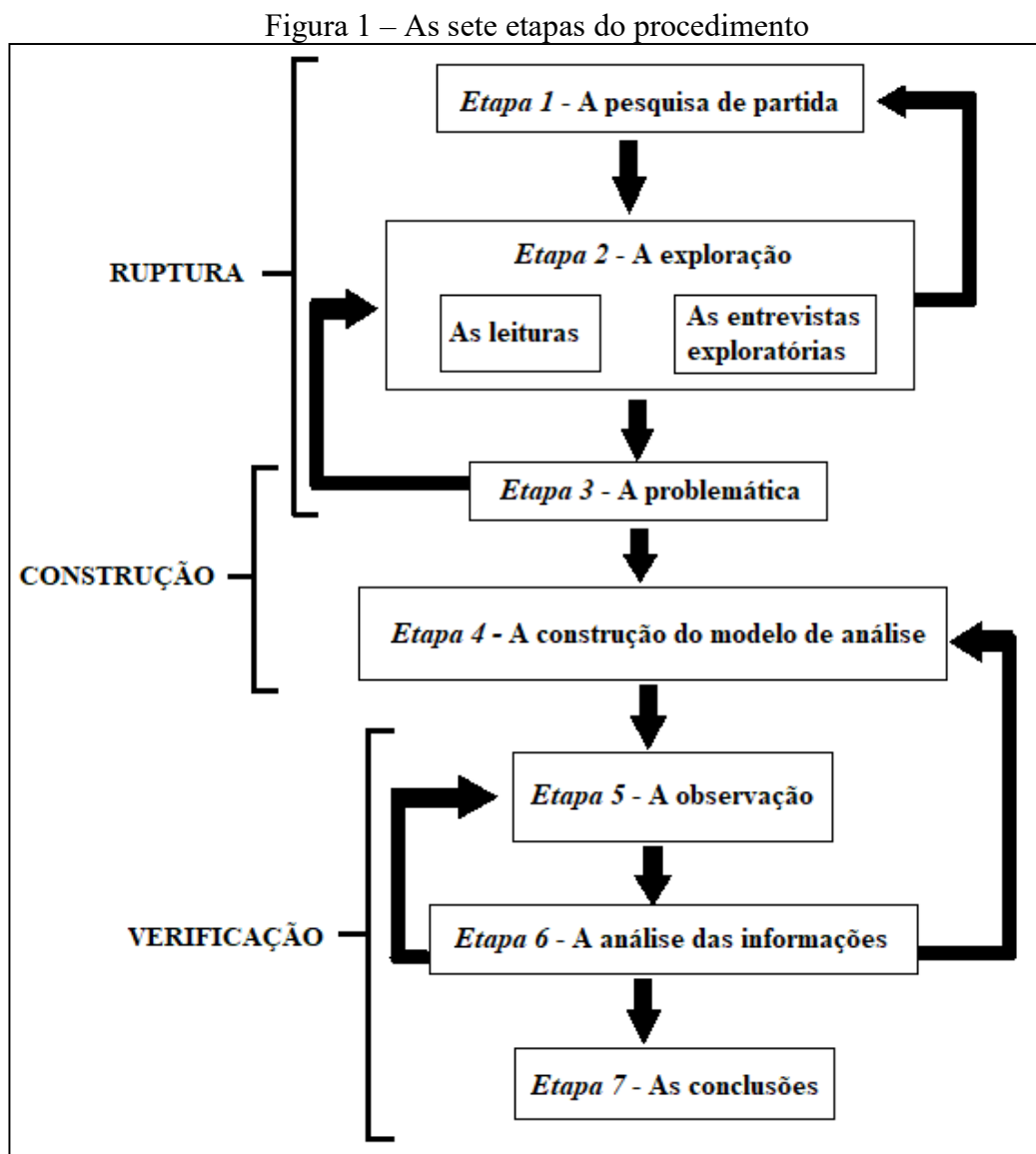
Nesta seção, buscou-se identificar os procedimentos metodológicos que serão utilizados nesta pesquisa, bem como apresentar o enquadramento metodológico da pesquisa e a forma de coleta e análise de dados. Em seguida, estabelece-se considerações sobre o *locus* e o objeto de pesquisa, para uma melhor compreensão acerca deste estudo.

Serão apresentados os caminhos percorridos para que se alcance cada um dos objetivos específicos da pesquisa, haja vista que a pesquisa científica “[...] se propõe a explorar o mundo físico, estudando a complexão das coisas para melhor entendê-las nos seus princípios e funcionamento, descrever o mundo físico, estudando, analisando, registrando, interpretando e descrevendo os fatos [...]” (MICHEL, 2005, p. 36). Para Quivy e Campenhoudt (1992) é importante, ao pesquisar na área de ciências sociais, evitar estabelecer verdades absolutas.

A pesquisa de abordagem qualitativa, segundo esclarecem Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 376), é utilizada quando se busca “compreender a perspectiva dos participantes (indivíduos e os grupos pequenos de pessoas que serão pesquisados) sobre os fenômenos que os rodeiam, aprofundar em suas experiências, pontos de vista, opiniões e significados”. Observa-se, conforme expõe Triviños (1987), que a pesquisa qualitativa não segue uma sequência rígida de etapas, uma vez que na constância da pesquisa poderá ser necessário refazer passos, buscar novas fontes de dados e reformular hipóteses.

A natureza da pesquisa será exploratória e descritiva. Exploratória porque permite compreender melhor o objeto a ser estudado, gerando aproximação com o problema de pesquisa, e descritiva porque possibilita relacionar variáveis para além de simples identificação, englobando também a natureza destas relações, o que aproxima esta pesquisa da natureza explicativa (GIL, 2002).

As etapas aqui consideradas baseiam-se em Quivy e Campenhoudt (1992), que partem do pressuposto de que a pesquisa científica está dividida em três atos quanto aos procedimentos: a) a ruptura; b) a construção; e c) a verificação. Estes três atos são constituídos por sete etapas, que são interativas e acontecem de forma mútua, como se visualiza na figura 1:



Fonte: adaptado de Quivy e Campenhoudt (1992, p. 5).

A primeira etapa, a pergunta de pesquisa, está relacionada à ruptura, uma vez que é necessário romper com as visões prévias e estabelecer uma pergunta clara, em que é possível observar o fio condutor da pesquisa. A pergunta, então, pode apresentar diversas respostas, não apresentando uma resposta de imediato (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992).

Compreende-se, na presente pesquisa, que a pergunta norteadora é: como nasce uma política pública para educação superior em uma Lei Orgânica Municipal? Visto que esta pergunta leva à concepção dessa pesquisa, de modo que um trabalho posterior em cima dessa questão direciona aos objetivos e as demais questões que se apresentam, que constituem a etapa 3, elucidada posteriormente.

A segunda etapa é a de exploração, a partir das leituras e das entrevistas exploratórias, que constituem o arcabouço teórico desta dissertação, utilizando-se de referências como livros, teses, artigos e dissertações nos temas de políticas públicas, educação superior, movimento estudantil. A exploração também contou com a utilização de documentos, como os relatórios institucionais da IES, documentos relacionados ao DCE, como, por exemplo, cartas de campanha, convites para reuniões, estatuto, além da legislação sobre o objeto aqui estudado. Quanto às entrevistas exploratórias, estas ocorreram seguindo a lógica estabelecida por Quivy e Campenhoudt (1992), em que buscou-se realizar entrevistas com professores que contribuíram com as discussões apresentadas nessa pesquisa, em seus trabalhos acadêmicos.

A terceira etapa é constituída pela problemática, Quivy e Campenhoudt (1992) definem como o momento em que a questão norteadora da etapa 1 se transformou na questão central da presente dissertação e é o momento em que se define como será abordado o objeto em questão. Assim surgiu a problemática central da dissertação, bem como o objetivo geral e os específicos.

A quarta etapa é a construção do modelo de análise, para Quivy e Campenhoudt (1992), consiste no momento da pesquisa em que se constrói o modelo e análise, com base no que a investigadora vem articulando em termos de referencial teórico, com as perguntas e possíveis respostas a esses questionamentos. Com base nisso, criou-se o quadro 1, abaixo, que tem como foco observar as categorias formuladas *a priori* e as categorias formuladas após o início da investigação e, a partir disso, o cerne das perguntas orientadoras para cada categoria e seu entrelaçamento com pontos chave do referencial teórico.

Quadro 1 – Categorias

Categorias		A percepção do contexto do campo	O processo de construção do artigo 129 e da Bolsa de estudos	Relacionamento com outros campos	
Campo Político	Orientação das perguntas	Relacionadas as eleições posteriores a CF/88 e a elaboração da LOM	Relacionadas as discussões sobre ao artigo 129 e o repasse de recurso para IES; A repercussão gerada com o artigo 129 e a bolsa de estudos;	As relações e impressões sobre o campo universitário e com demais agentes sociais do campo político; Possibilidades de surgimento de outros campos envolvidos;	
	Questões a serem levadas em consideração com base no referencial teórico	Elevação a categoria de ente federativo; O campo político;	Campo político; Política pública para educação superior; Competência municipal;	Teoria dos campos; Campo político; Campo universitário	
Campo universitário	MOVIMENTO ESTUDANTIL	Orientação das perguntas	Relacionadas ao processo de transformação em Universidade; Momentos de dificuldades financeiras trazidos em decorrência das etapas de exploração	Relacionados a participação da IES em pautar a necessidade de recursos;	
		Questões a serem levadas em consideração com base no referencial teórico	A educação superior no Brasil; As instituições comunitárias	Campo universitário; Políticas públicas;	
	FUCRI	Orientação das perguntas	A criação do Diretório Central dos Estudantes; Envolvimento de outros organismos estudantis;	Relacionadas ao envolvimento do movimento estudantil em pautar bolsas de estudos e recursos para a IES	As relações entre os estudantes e a IES e o poder político local;
		Questões a serem levadas em consideração com base no referencial teórico	O campo universitário; Contexto de redemocratização;	Campo universitário; Políticas públicas;	Teoria dos campos; Campo político; Campo universitário

Fonte: elaborado pela autora (2021) com base em Quivy e Campenhoudt (1992).

A quinta etapa constitui a observação que reúne diversas formas de adquirir informações, para então se proceder com a análise propriamente dita na etapa seguinte (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992). A partir do alinhamento entre o referencial teórico e o que pretende-se observar, foi realizado um roteiro para as entrevistas (Apêndice C).

A entrevista semiestruturada será utilizada visando a possibilidade que este instrumento oferece de captar o ponto de vista dos pesquisados e de observar o comportamento não verbal dos pesquisados, como as hesitações (GIL, 2002; XAVIER, 2017); além disso, será semiestruturada porque as perguntas estarão fundamentadas tanto na teoria quanto no objeto de estudo. Assim, esse instrumento propicia tanto a liberdade para o

entrevistado desenvolver suas respostas durante a entrevista quanto uma ativa participação do pesquisador (TRIVIÑOS, 1987).

Deu-se também a realização de duas entrevistas preliminares, para o aperfeiçoamento do roteiro de entrevistas. As entrevistas se deram uma no campo político e uma no campo universitário, como categorias de análise definidas *a priori*. Compreende-se importante a aplicação dos pré-testes da pesquisa de campo, uma vez que visa testar o vocabulário empregado, observar se as perguntas atendem às variáveis que se pretende medir e se o instrumento utilizado – nesta pesquisa, o roteiro de entrevista semiestruturado – é adequado (GIL, 2002).

Assim, buscar-se-á observar as tensões e alianças que permearam a bolsa PMC. Para tanto, tem-se como objetivo entrevistar, a partir da ótica de Bourdieu, os campos envolvidos na criação desta política pública – o campo político (vereadores, prefeitos, secretários de educação) e universitário (membros do Movimento Estudantil, representantes da universidade).

Os entrevistados foram indicados a partir de seu campo, categoria definida anteriormente por meio do referencial teórico. Dessa forma, membros do campo político são indicados como CP, membros da FUCRI/UNESC são indicados como CF e membros do DCE são indicados como CME. Considerando que, durante a pesquisa, notou-se que os membros de determinado campo possuíam ligações mais e menos fortes em relação a outros campos e ao seu próprio, notou-se a necessidade de apontar essa vinculação, como forma de transparência com a análise das entrevistas, bem como com a proposta de pesquisa, uma vez que busca entender as relações entre os campos, o que é possível visualizar no Quadro 1.

Cabe salientar que foi utilizado para a escolha dos entrevistados o método de bola de neve, em que se inicia com os entrevistados “sementes”, aqueles que foram identificados por meio da pesquisa em documentos ou que já se conhecia previamente sua presença no espaço temporal e objeto da pesquisa. Ao utilizar a bola de neve para obter os possíveis entrevistados, deve-se ter o cuidado de pensar que os entrevistados possam sugerir, a partir de seu próprio ponto de vista, novos entrevistados, o que leva à consideração de que estes possam orientar a pesquisa para uma narrativa uniforme (VINUTO, 2014).

Nesta pesquisa, optou-se por perguntar sobre quem indicariam, ao fim da entrevista, visto que o entrevistado já teria elucidado quais eram os objetivos da pesquisa, quais perguntas seriam feitas, buscando minimizar os efeitos negativos deste método. Além disso, utilizam-se diferentes “sementes” com o intuito de procurar diferentes narrativas, uma vez que se busca exatamente compreender a relação entre os campos aqui estudados.

Outro adendo, especificamente no que tange ao Campo Político, como dito anteriormente, diante do tempo que passou entre o objeto de pesquisa e a pesquisa, alguns problemas surgiram com relação ao âmbito executivo municipal, devido a uma série de falecimentos envolvendo os possíveis entrevistados, por conta da pandemia da COVID-19. O falecimento do então prefeito Altair Guidi, em 2018, e de seu vice-prefeito à época, Ademir Uggioni, em 2021, são alguns exemplos.

Não é possível para a pesquisa não citar o acontecimento da referida pandemia, o que se faz necessário até para a compreensão de alguns passos que foram tomados durante a escrita da dissertação. Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde recebeu o alerta sobre os casos do vírus que acometeu a cidade de Wuhan, na República Popular da China. Em janeiro de 2020, foi tido conhecimento de que seria uma nova variante do Corona vírus e, em 11 de março, foi anunciado que era então uma pandemia, como informa a Organização Pan-Americana de Saúde. No Brasil, no momento em que se escreve este trecho, março de 2022, o país registrou aproximadamente 29 milhões de casos de infecção e 657 mil mortes em decorrência do Corona vírus.

As promulgações da LOM e da Lei Complementar n. 1 ocorreram em 1990, nesse momento, são decorridos 32 anos, o que se leva a considerar a idade avançada de alguns membros da pesquisa, o que acentua a necessidade de cuidados relacionados à COVID-19. Em virtude deste acontecimento e suas consequências, algumas entrevistas foram realizadas de maneira virtual, enquanto outras foram realizadas presencialmente somente após a realização do esquema vacinal contra a COVID-19, e tomando-se os cuidados necessários, como utilização de máscara e o distanciamento entre a pesquisadora e o(a) entrevistado(a), visando garantir a saúde e a vida de todos envolvidos.

Diante disso, também foi realizada a opção de pensar, diante da construção da LOM e no legislativo, sobre a situação e oposição ao executivo local, buscando também elucidar e não possuir somente o ponto de vista de um ou de outro e tentar, assim, conceber a pesquisa na busca dessas diferentes narrativas.

Quanto às especificidades dos(as) entrevistados(as), é necessário explicitar quem são. Do campo político, foi realizada a entrevista com vereadores que tiveram mandato entre 1989 e 1992. Do campo universitário, foram realizadas entrevistas com membros do movimento estudantil de 1989 e 1990, ligados ao DCE, e da instituição foram realizadas entrevistas com os gestores da ICES em 1990 e em 1993. Cabe mencionar que, dos(as) entrevistados(as), somente uma é mulher.

A sexta etapa é a análise de dados em que serão apresentados os dados obtidos (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992). Para a presente pesquisa, a análise das entrevistas se dará a partir da perspectiva das práticas discursivas, como definido por Spink e Medrado (2013, p. 26), as práticas discursivas são a “língua em ação”, as formas como as pessoas “produzem sentido e se posicionam em relações sociais cotidianas”. Usou-se então os mapas de associação de ideias como forma de sistematizar o processo de análise, uma vez que “constituem instrumentos de visualização que tem duplo objetivo: dar subsídios ao processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo” (SPINK; LIMA, 2013, p. 84).

A construção do mapa de associação de ideias deu-se a partir das categorias definidas *a priori*, oriundas do referencial teórico da teoria dos campos de Bourdieu (1930-2002). Cabe, no entanto, salientar que o “o próprio processo de análise pode levar à redefinição das categorias” (SPINK; LIMA, 2013, p. 84). Com base na etapa 4, as entrevistas foram refinadas, buscando preparar os dados para então conceber a análise visando identificar as linearidades e discrepância nas falas apresentadas em articulação com o referencial teórico proposto.

Com o andamento das entrevistas e as discussões em torno da temática avançando, percebeu-se que, apesar de possuir perguntas estruturadas sobre o tema, ao longo das entrevistas outras narrativas que não estavam previamente postas apareceram, diante disso assumiu-se o risco de inserir a História Oral como metodologia de pesquisa, pensando nos benefícios que esta metodologia poderia acrescentar.

O diálogo se forma da relação entre a entrevistadora e os entrevistados, cada qual se desenvolve de uma forma muito particular, apesar de perguntas semelhantes, a forma como se realizam as perguntas e a forma como se recebe as respostas são individuais. A mesma entrevista poderia ser feita diversas vezes e não se obteriam as mesmas respostas, assim como não se formularia a mesma pergunta de forma igual em todas as vezes.

Por exemplo, na primeira entrevista realizada, o entrevistado reconheceu o sobrenome da entrevistadora, que é o mesmo de um ex-prefeito de Criciúma, cidade que é *locus* da pesquisa, e de fato realmente existe parentesco. E, assim, iniciou-se o diálogo entre os dois, e as implicações dessa ocorrência podem ter sido relevantes para as respostas, para o comportamento das respostas, como também o foram para própria entrevistadora no momento da respectiva entrevista, pois era a primeira entrevista da pesquisa, o primeiro contato, realizado de forma virtual, mas ainda um contato, no qual apesar das perguntas a serem

realizadas, a primeira menção não foi sobre o objeto da pesquisa, mas sim sobre as relações pessoais.

Na segunda entrevista realizada, o fato de a pesquisadora ter participado do movimento estudantil foi também questionado, antes mesmo do gravador ter sido ligado, no diálogo e apresentações pré-entrevista. Em algumas entrevistas, apesar de ter o roteiro das perguntas, outros questionamentos surgiram, bem como a utilização de perguntas que foram retiradas da versão final do roteiro, mas que foram utilizados de subterfúgio para criar uma relação de aproximação com o(a) entrevistado(a). Em outras entrevistas, foi ao desligar o gravador que obtiveram-se algumas das informações mais relevantes para continuar a pesquisa. Em especial no campo político, o subterfúgio que foi utilizado foi a compreensão de como determinados entrevistados adentraram na política, quais são suas bases políticas. Algo relacionado à fala de Camargo (1994) que coloca que além de conhecer os processos decisórios da política é necessário conhecer os atores envolvidos.

Esses movimentos durante as entrevistas levaram a considerar a metodologia da História Oral como possível para a análise dessas entrevistas, uma vez que a História Oral se apresenta de forma a produzir fontes narrativas, de modo que os narradores buscam dar sentido a suas memórias, correlacionadas com a sua própria trajetória, contando tanto o que aconteceu, como o que creem que aconteceu (PORTELLI, 1997).

Cabe, portanto, além da influência do narrador, pensar que o contexto em que estão inseridos os entrevistados também faz diferença para a narrativa de cada um deles, como, por exemplo, a passagem a seguir, que cabe bem aos recortes da presente pesquisa:

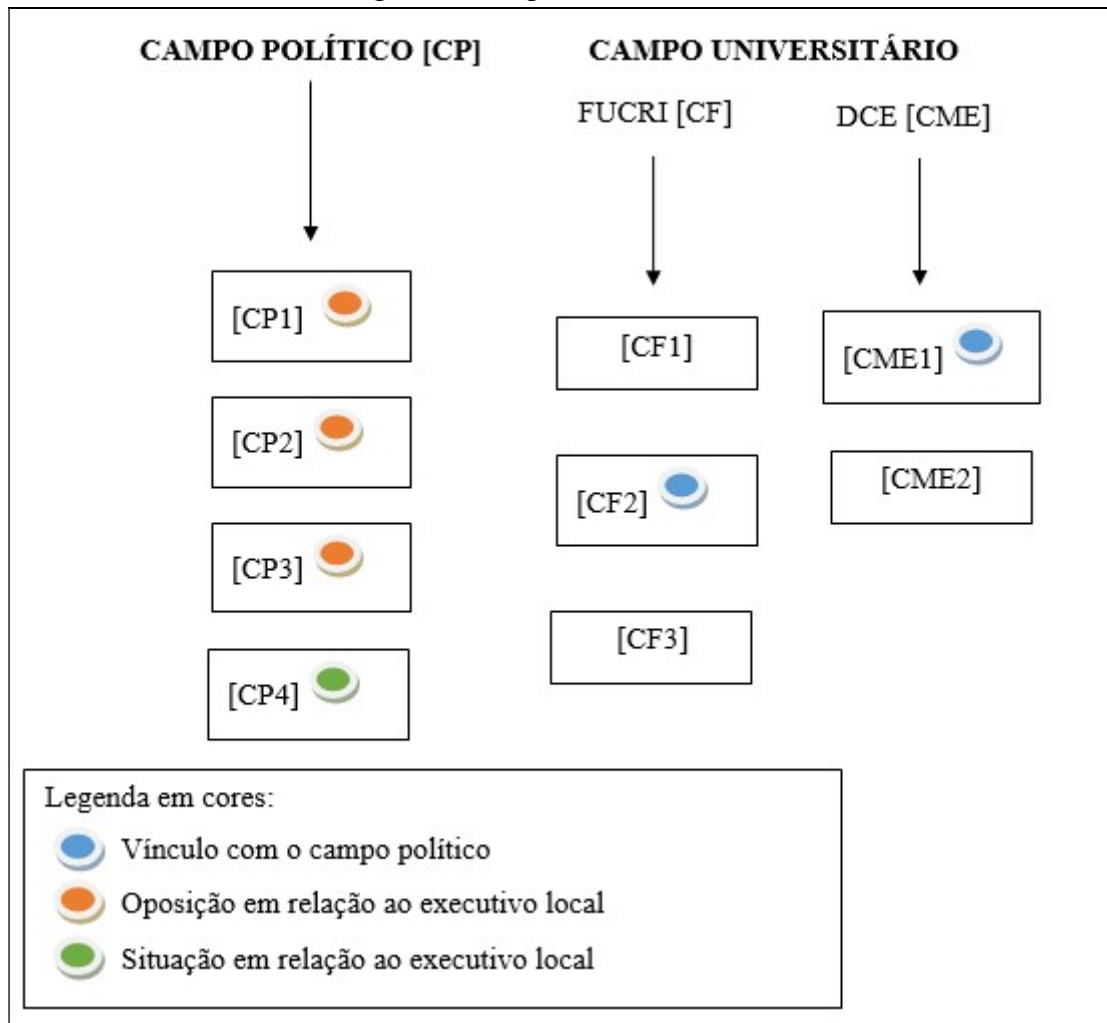
Dessa forma, na história de uma comunidade estudantil universitária de um determinado país, entrecruzam-se temporalidades diversas: a da vida universitária propriamente dita, a da cidade na qual a universidade está inserida, a do país na qual está integrada – e a do movimento estudantil em si mesmo, com suas heterogêneas vivências e a dos estudantes, sujeitos principais desse processo específico (DELGADO, 2003, p. 12).

A sétima e última etapa são as conclusões, momento em que se busca apresentar uma visão geral sobre os procedimentos adotados, seguido pelos conhecimentos gerados pelo trabalho e, por fim, as questões práticas que decorrem da pesquisa realizada (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1992).

No mapa de entrevistados, presente na Figura 2, tem-se as entrevistas realizadas e o pertencimento deles em cada campo, os entrevistados do campo político foram 4 vereadores, no campo universitário foram 3 vinculados à gestão da FUCRI, sendo um reitor,

um diretor presidente e uma pró-reitora de administração e finanças e 2 vinculados ao movimento estudantil, sendo um presidente do DCE e um membro da diretório.

Figura 2 – Mapa de entrevistados



Fonte: elaborado pela autora (2022)

#### 1.4.1 O município de Criciúma

O município de Criciúma está localizado na mesorregião sul catarinense, conforme visualiza-se na Figura 3. O município faz parte da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), juntamente com Orleans, Lauro Müller, Urussanga, Treviso, Cocal do Sul, Siderópolis, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Forquilha, Içara e Balneário Rincão.

Figura 3 – Localização do município de Criciúma



Fonte: Campos (2006).

A origem do município de Criciúma remonta à 1880, estruturando-se a partir do estabelecimento de famílias imigrantes. Em 1882, esse núcleo tornou-se um Distrito de Paz do município de Araranguá, cujo nome era São José de Cresciúma. Em 1925, foi elevado à categoria de município com o nome de Cresciúma<sup>14</sup> e somente em 1948 que o nome da cidade passou a ser Criciúma (ALESC, 2005).

Pertenciam a esse município os distritos de Nova Veneza, Içara, Forquilha e Rio Maina (PHILOMENA, 2005). Em 1958, o distrito de Nova Veneza foi elevado à categoria de município, deixando de integrar Criciúma. Em 1961, houve a emancipação do então distrito de Içara e, em 1989, o distrito de Forquilha também foi elevado à categoria de município (ALESC, 2005). Criciúma permanece, então, somente com o distrito de Rio Maina até a data em que se escreve esta pesquisa.

A base econômica do município em sua origem era a produção de agricultura para subsistência (PHILOMENA, 2005). Com a descoberta do carvão, em 1913, e a implementação da malha ferroviária, em 1919, a atividade carbonífera passou a ser predominante, ficando Criciúma conhecida pela atividade mineradora no Brasil e como área

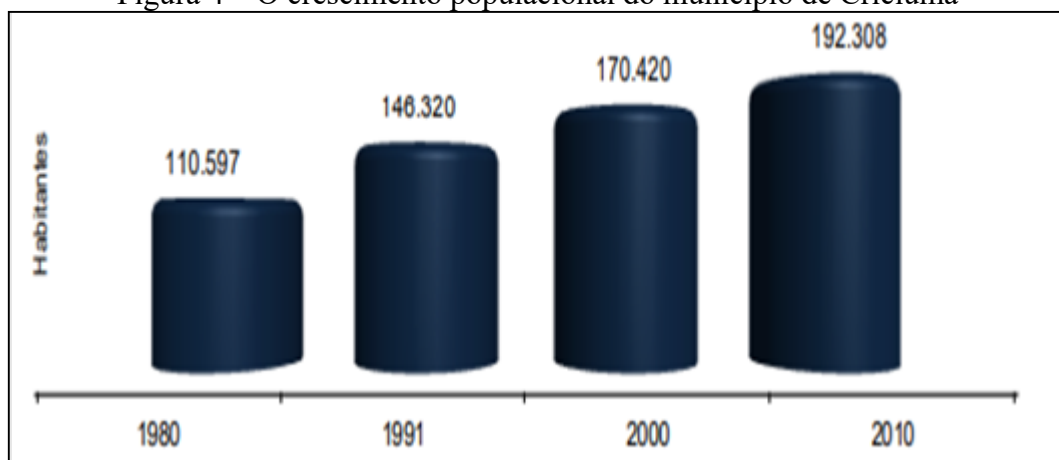
<sup>14</sup> O nome Cresciúma homenageia uma planta comum da região (ALESC, 2005).

de interesse nacional. A base produtiva manteve-se carbonífera mesmo com o aparecimento da diversificação produtiva na década de 1970, quando surgiram as indústrias cerâmicas. Com a crise do petróleo em 1973, o carvão mineral passou por mais incentivos, uma vez que era utilizado como combustível industrial no País (BALTHAZAR, 2001).

Com a queda dos incentivos à produção do carvão a partir de 1986, o setor carbonífero enfrentou uma crise que gerou o desemprego de várias pessoas que foram trabalhar nas minas de carvão da cidade. Assim, criou-se na região uma maior diversificação econômica do que anteriormente, com o aparecimento também de pequenas confecções de roupas e, posteriormente, de grandes empresas deste setor de vestuário (BALTHAZAR, 2001).

Criciúma, segundo o IBGE (2010), possui uma população de 192.308 pessoas, com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 36.073,31. Com o intuito de estabelecer o crescimento populacional de Criciúma, pode-se observar a Figura 4, que demonstra um aumento de aproximadamente 73% considerando o período entre 1980 e 2010.

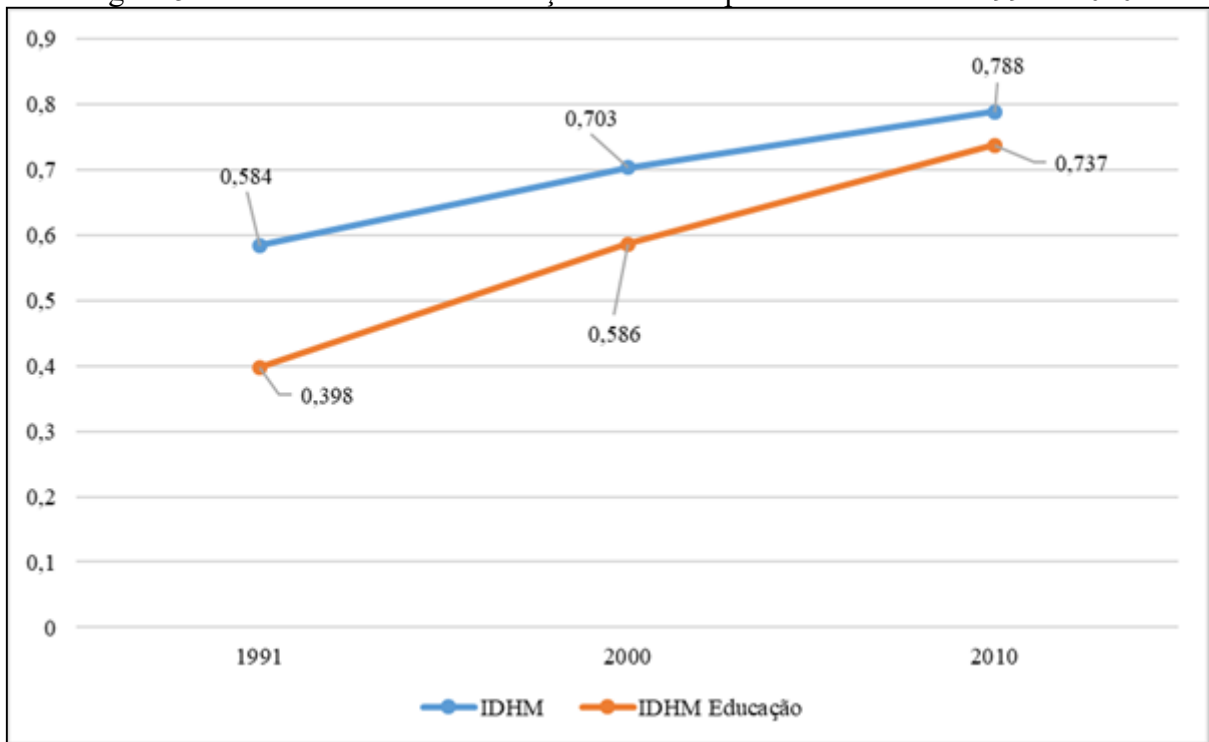
Figura 4 – O crescimento populacional do município de Criciúma



Fonte: SEBRAE (2013).

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a partir de dados coletados pelo Censo do IBGE nos anos de 1991, 2000 e 2010, realizou-se uma série histórica (Figura 5). Pode-se a partir desta ilustração perceber o crescimento tanto do IDHM geral quanto do educacional.

Figura 5 – IDHM e IDHM da educação no município de Criciúma de 1991 a 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE (2010).

Após a localização e um breve histórico do município de Criciúma, buscar-se-á na seção seguinte realizar um breve histórico sobre a UNESC.

#### 1.4.2 A Universidade do Extremo Sul Catarinense

A FUCRI foi instituída por meio da Lei Ordinária nº 697, de 22 de junho de 1968, do poder executivo municipal. A IES iniciou suas atividades utilizando o espaço do Colégio Madre Tereza Michel e, em 1971, passou a utilizar o espaço da Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão (SATC), que possuía a Escola Técnica Industrial General Oswaldo Pinto da Veiga. Em junho de 1974, passou para o Campus Universitário, localizado no Bairro Universitário em Criciúma, no qual permanece como o primeiro campus da FUCRI (BITENCOURT, 2011; UNESC, 2021).

A primeira escola criada a partir da FUCRI foi a Faculdade de Ciências e Educação (FACIECRI), com os cursos de Matemática, Desenho, Ciências e Pedagogia. Em 1974, entrou em funcionamento a Escola Superior de Educação Física e Desporto (ESEDE). Em 1975, foi criada a Escola Superior de Tecnologia (ESTEC), com o curso de Engenharia de Agrimensura e, no mesmo ano, a Escola Superior de Ciências Contábeis e Administração

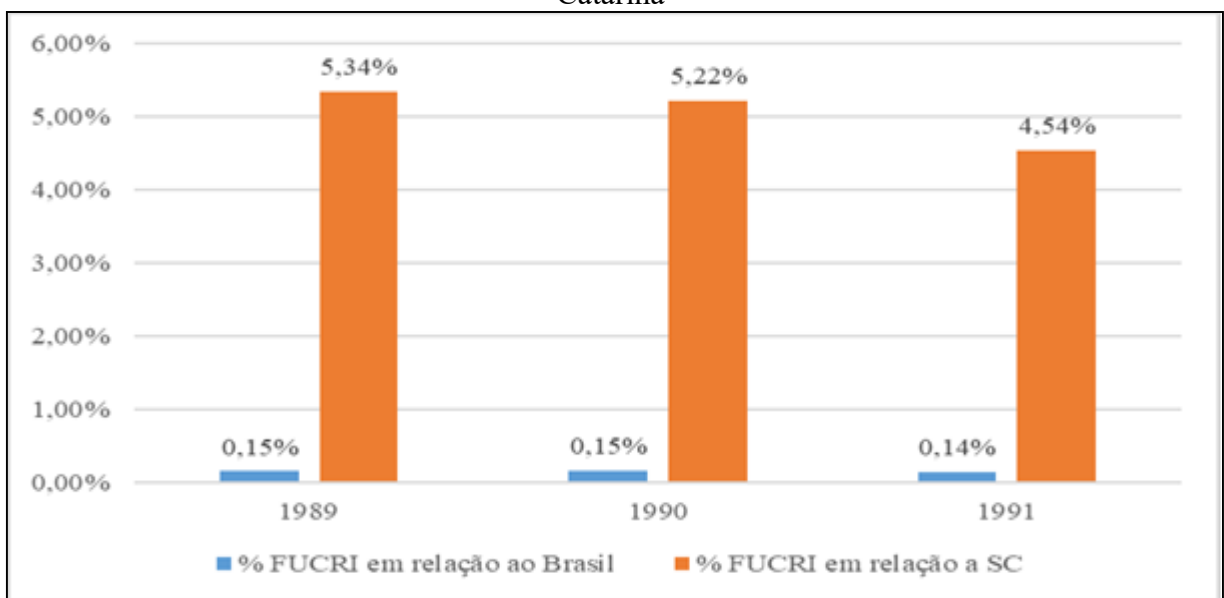
(ESCCA) recebeu autorização federal para entrar em funcionamento. A FUCRI permaneceu com essas escolas até 1991 (BITENCOURT, 2011; BRASIL, 1992).

Sem aumentar o número de cursos de graduação, a IES passou a investir em cursos de pós-graduação *lato sensu*, iniciando em 1980 com o curso de Metodologia do Ensino Superior. Posteriormente, foram firmadas parcerias com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para o oferecimento de novos cursos de pós-graduação (BITENCOURT, 2011).

Em 1991, com o intuito de estabelecer parâmetros para a criação da Universidade, as escolas existentes foram integradas, formando a União das Faculdades de Criciúma (UNIFACRI). No mesmo ano, iniciou-se o processo para a transformação da UNIFACRI em UNESC, que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) em 1992, por meio do parecer 435/92. No entanto, a competência para a criação de universidades foi repassada para o Conselho Estadual de Educação, o que gerou a necessidade de iniciar o procedimento novamente, que foi concluído em 1997 e tornou a UNIFACRI em UNESC (BITENCOURT, 2011; BRASIL, 1992; UNESC, 2021).

Os relatórios institucionais da UNESC, então FUCRI, para o triênio de 1989 a 1991, apontam que a IES possuía 2.315 estudantes em 1989, 2.378 em 1990 e 2.175 em 1991 (FUCRI, 1992). Na figura 6 foi realizado o comparativo entre os dados presentes no relatório institucional e o número de matrículas no Brasil e em SC (INEP, 1999).

Figura 6 – Comparativo de matrículas de 1989 a 1991 da FUCRI com o Brasil e Santa Catarina



Fonte: elaborado pela autora (2021).

A nível de graduação, eram ofertados nove cursos: Administração, Ciências, Ciências Contábeis, Educação Artística, Estudos Sociais, Educação Física, Engenharia de Agrimensura, Letras e Pedagogia. Os estudantes eram provenientes de 40 municípios, sendo 60% originários do município de Criciúma.

Para Venerio e Wolkmer (2011), o caráter comunitário da UNESC, como integrante da Associação Catarinense de Fundações Educacionais (ACAFE), é uma forma de reafirmar, diante da expansão do Ensino Superior por meio de privatizações, uma forma diferente de pensar a administração dessas instituições e retirá-las do caráter de organizações privadas que conseguiram, dentro de certas limitações, uma autonomia financeira em relação aos municípios que as fundaram. O caráter comunitário dessas IES, para este estudo, em especial da UNESC, possibilita a concorrência para aderir a Políticas Públicas voltadas à Educação Superior.

A UNESC possui voto universal e direto para a eleição de reitoria e coordenação de cursos de graduação. No entendimento de Venerio e Wolkmer (2011), a universidade possui a tendência de ser mais democrática, porém isso deve ficar a cargo da organização de cada IES, diante de sua história.

A UNESC conta, em 2021, com o campus sede localizado em Criciúma e com o campus de Araranguá. Abrange também a Educação a Distância (EaD), com um polo na cidade de Balneário Rincão (BITENCOURT, 2011; UNESC, 2021).

### **1.4.3 O Diretório Central dos Estudantes**

O Diretório Central dos Estudantes da UNESC nasce oficialmente em 7 de outubro de 1989 (BITENCOURT, 2011). Contudo, para obter parâmetros iniciais sobre como estava organizado o movimento estudantil na UNESC, em especial o DCE, a partir do ano de 1989, recorreu-se a documentos encontrados em um dos Centros Acadêmicos da Universidade.

O estatuto do DCE surge de duas assembleias gerais dos alunos da FUCRI, realizadas em 07 de outubro de 1989 e 29 de novembro de 1990. Apresentam-se no segundo artigo do estatuto os objetivos do DCE que englobam: agregar todos os estudantes da FUCRI; a luta pelo ensino público e gratuito, pela melhoria das condições de ensino e vida dos estudantes do país, em especial da FUCRI; realização de atividades culturais, sociais, esportivas; estreitar laços com as demais entidades estudantis do país e do exterior; participar de atividades relacionados a União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Catarinense

dos Estudantes (UCE); contribuir para um bom relacionamento entre docentes e discentes; auxiliar o aprimoramento da pesquisa e extensão na FUCRI; e apoiar o fortalecimento de Instituições Democráticas que lutam pela melhoria de vida da população (ESTATUTO..., 1993).

A organização administrativa do DCE estava dividida em três setores: órgãos superiores (Assembleia Geral, Congresso e Conselho de Entidades de Base), órgãos diretivos (Diretoria executiva, departamentos setoriais) e órgãos de fiscalização (Conselho Fiscal). A assembleia geral era o órgão máximo de deliberação estudantil, composta por todos os membros do DCE e regida por estatuto próprio<sup>15</sup>. O Congresso estava localizado como órgão de deliberação abaixo da Assembleia Geral e era composto por 1 estudante a cada 50 estudantes matriculados em cada curso, também com funcionamento mediante regimento próprio. O CEB, abaixo da Assembleia Geral e do Congresso, é composto pelos Diretórios e Centros Acadêmicos reconhecidos e também segue regimento próprio (ESTATUTO..., 1993).

Quanto aos diretivos, o DCE possuía a diretoria executiva, composta por presidente, vice-presidente, secretário geral, secretário adjunto, tesoureiro e tesoureiro adjunto. Os departamentos setoriais eram: imprensa e intercâmbio; assistência ao estudante; cultura; social; esporte. O conselho fiscal era formado por um estudante de cada faculdade da FUCRI, o estudante era indicado pelas entidades de base representantes das faculdades, a critérios próprios (ESTATUTO..., 1993).

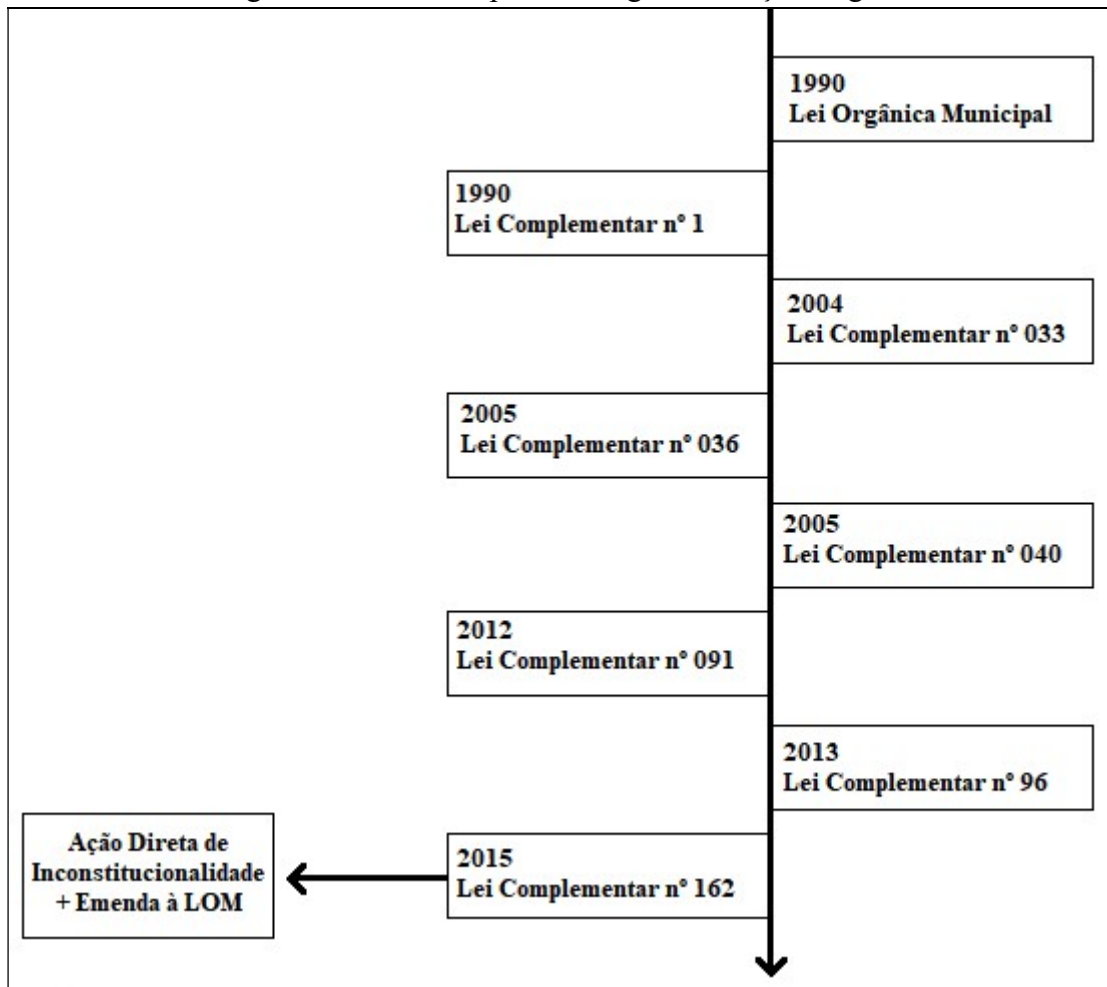
#### **1.4.4 O objeto de estudo**

A bolsa PMC encontra sua previsão legal e possibilidade de utilização em dois dispositivos legais presentes na LOM: o artigo 124, que estabelece a utilização de 30% dos impostos e valores relacionados aos impostos com o sistema educacional mantido pelo ente federativo; e o artigo 129, que é a exceção que dá origem ao fomento. Com o intuito de resgatar e apresentar o artigo 129 e as demais alterações legais que o circundaram, apresenta-se a Figura 7:

---

<sup>15</sup> Todo estudante da FUCRI era considerado membro do DCE.

Figura 7 – Linha temporal de regulamentações legais



Fonte: elaborado pela autora (2021).

A partir da Figura 7 é possível observar a sequência de regulamentações. Iniciando com o artigo 129, que previu em 1990 que 7 (sete) dos 30% (trinta por cento) destinados à educação municipal seriam designados à FUCRI e estabeleceu a criação de lei complementar para a regulamentação de bolsas de estudo, o que originou a Lei Complementar nº 1, de 6 de dezembro de 1990 (CRICIÚMA, 1990a).

A LOM foi instituída no município de Criciúma no ano de 1990, sob a gestão do prefeito Altair Guidi, do Partido Democrático Social (PDS)<sup>16</sup>, e do vice-prefeito Ademir Uggioni, do Partido da Frente Liberal (PFL)<sup>17</sup>. A câmara de vereadores era composta por Arnaldo Paulo Ribeiro, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)<sup>18</sup>, Nério Manenti (PFL), Valdemar Serafim (PDS), Bruno Back (PDS), José Argente Filho (PMDB),

<sup>16</sup> Foi dissolvido em 1993.

<sup>17</sup> Em 2007 foi renomeado para Democratas (DEM).

<sup>18</sup> Em 2017 retirou o Partido (P) de seu nome, voltando a se chamar Movimento Democrático Brasileiro (MDB), como era em sua fundação em 1980.

João Henrique Bortoluzzi (PFL), Lourival Lopes (PDS), Adelário Manoel Medeiros (PFL), Afonso Barato (PDS), Antônio de Jesus Costa (PMDB), Antônio Sérgio de Lima do Partido dos Trabalhadores (PT), Itaci de Sá (PMDB), Itamar da Silva (PDS), José Paulo Teixeira (PT), José Thadeu Mosmann Rodrigues (PMDB), Luiz Mendes Xavier (PMDB), Vílbio Pereira (PMDB), Valberto Arns (PMDB), Vital Plotegher (PMDB), Wilson Faraco (PDS) e Woimer Loch (PDS).

A Lei Complementar supracitada definiu os parâmetros iniciais da destinação financeira, em que o valor não seria somente para as bolsas de estudos, mas também para a operacionalização da FUCRI e fomento à pesquisa, ensino e extensão, esses últimos dois investimentos totalizando 60% do montante. Quanto às bolsas de estudos, o valor destinado foi de 40% para pessoas em situação de vulnerabilidade e pessoas com deficiência (PcD) (CRICIÚMA, 1990a).

A Lei Complementar nº 033, de 02 de setembro de 2004, alterou a Lei Complementar nº 1, revogando-a e destinando a integralidade dos investimentos para a concessão de bolsas. Um novo parâmetro foi estabelecido, a necessidade de residir há pelo menos dois anos no município. Em 2005, por meio da Lei Complementar nº 36, de 17 de janeiro, e da Lei Complementar nº 40, de 14 de outubro de 2005, foram inseridos “portadores de necessidades especiais” e servidores(as) públicos(as) como possíveis beneficiários(as) (CRICIÚMA, 2004, 2005a, 2005b).

A Lei Complementar nº 91, de 7 de fevereiro de 2012, alterou a Lei Complementar nº 033, instituindo que para PcDs não é necessária a comprovação de renda e estabelecendo um percentual mínimo de 15% de destinação das bolsas para essa população, sendo que a não ocupação dessas vagas possibilita a transferência para os demais beneficiários (CRICIÚMA, 2012).

A Lei Complementar nº 96, de 14 de fevereiro de 2013, ampliou as modalidades de concessão da bolsa PMC para: a) bolsas trabalho: com seleção por edital; b) auxílio financeiro: que se subdivide para PcD e para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social; c) e auxílio ou bolsa de estudos para atletas do município: a ser definido pela Fundação Municipal de Esportes (FME). Houve também a redução dos valores para pessoas em situação de vulnerabilidade: passou de 80% da mensalidade para 50% (CRICIÚMA, 2013).

A última alteração legal ocorreu por meio da Lei Complementar nº 162, de 8 de outubro de 2015, em que o tempo de residência no município passou para cinco anos – houve um período de adaptação para os contemplados naquele semestre (CRICIÚMA, 2015).

O artigo 129 encontra-se, no período em que é escrito este trabalho, nestes termos:

O Município proporcionará a seus habitantes oportunidades de acesso ao ensino superior.

§ 1º O município destinará por semestre às universidades de natureza jurídica fundacional, com fins filantrópicos e comunitária em conformidade com a Lei Federal nº 12.881/2013, e com sede no município de Criciúma, bolsas de estudos em percentual nunca inferior a 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) da população estimada no Município pelo IBGE [...].

§ 2º A distribuição de bolsas entre as universidades mencionadas no parágrafo anterior será proporcional ao número de alunos matriculados na instituição.

§ 3º As bolsas de estudos previstas no §1º deste artigo serão integrais para os portadores de necessidades especiais e no mínimo de 50% (cinquenta por cento) para os demais beneficiários.

§ 4º Os recursos para custear as bolsas previstas no §1º deste artigo serão repassados em parcelas mensais e terão sua aplicação definida em Lei Complementar) (CRICIÚMA, 1990b, p. 48).

Originalmente, como citado anteriormente nesta seção, a destinação dos recursos se daria para a FUCRI, mantenedora da UNESC, porém o Ministério Público do Estado de Santa Catarina peticionou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 9147455-45.2015.8.24.0000 (SANTA CATARINA, 2017), fundamentada na impossibilidade de vincular impostos a uma entidade específica<sup>19</sup>. Como alternativa e visando à resolução da questão, o poder executivo local à época propôs a Emenda nº 23/2015, em que vinculava a receita às Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES), conforme regulamentação pela Lei Federal nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, de forma que a ADI perdeu o objeto e o artigo 129 da LOM foi alterado.

---

<sup>19</sup> Matéria regulamentada pelo art. 123, inciso V e art. 167, inciso IV, ambos da Constituição Federal.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

É possível observar, a partir da ótica de Bourdieu (1989), a interligação entre teoria e prática – teoria da prática – para a construção de um objeto de estudo. Diante dessa premissa inicial, desenvolve-se a construção do referencial teórico utilizado para a análise deste trabalho. Além disso, será resgatado o pensamento de Bourdieu sobre sua própria construção teórica, a fim de relacioná-la com o objeto de estudo: não a partir da reprodução da teoria pela teoria, mas por meio de uma instrumentalização teórica.

Inicialmente, será observada a teoria dos campos para uma teoria geral destes e a sua configuração. A partir dessa análise, pretende-se pensar o campo político e o campo universitário utilizando como aparato outros trabalhos desenvolvidos sob a ótica de Bourdieu nesses campos, como forma de aprimorar a sustentação da teoria bourdieusiana.

Em um segundo momento, abordar-se-á a concepção de política pública, uma vez que as políticas públicas não são variáveis independentes. Cabe, portanto, considerar que estas, ao serem formuladas e implementadas, não estão em um ciclo fechado de acontecimentos, possuem relação a aspectos históricos, sociais e econômicos (FONTAINE, 2015). Quanto às políticas públicas para a Educação Superior, serão compreendidas aquelas nas quais a Bolsa PMC se enquadra (até determinado parâmetro, uma vez que houve o alargamento das modalidades de concessão com as alterações legais), com o objetivo de observar se, entre elas, há ações afirmativas.

A competência atribuída aos municípios na educação também é objeto de teorização nesta seção, visto que implica observar sua participação na Educação Superior. Para tanto, fez-se um recorte no Plano Plurianual de Criciúma, em alusão à pesquisa de Carvalho (2014), com o objetivo de verificar como está estabelecida a participação da Bolsa PMC no orçamento público do município.

### 2.1 TEORIA DOS CAMPOS

Ao longo de suas obras e aulas, Bourdieu estudou diferentes campos: artístico, literário, educacional e político. Em 1976, em uma exposição feita na *École Normale Supérieure*, discursou sobre a possibilidade de uma teoria geral dos campos por haver algumas similaridades; ao se estudar um campo, era possível replicá-las para serem observadas em outros campos. Dentro de cada campo, conforme o autor, haverá uma luta que terá uma forma específica, na qual é possível haver a contraposição entre um novo

concorrente, que busca possuir o direito de adentrar o campo, e um antigo concorrente, que buscará manter o monopólio (BOURDIEU, 2019).

Bourdieu (2011, p. 195) aponta que “o campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social”. A autonomia a que se refere o autor está associada às existências de leis próprias que gerem cada campo, que possuem suas próprias regras internas de organização e funcionamento, e que não terão validade em outros campos. Os indivíduos que adentram esse campo devem se converter e aceitar as regras do jogo, ação que, de fato, realizam, mesmo que inconscientemente (BOURDIEU, 2011).

A gênese da teoria dos campos está pautada na análise relacional, a qual permite que propriedades similares em diferentes campos sejam observadas. Em uma crítica ao exame dos aparelhos Igreja, Família, Estado e Escola, Bourdieu (1989) salienta a necessidade de se compreender a relação entre o *habitus* e o campo em que é gerado, pois não se delimitam um ao outro. Nesse sentido, a razão de ser e os efeitos sociais que uma instituição ou medida causa não estão ligados às vontades de um indivíduo ou de um grupo, mas sim aos *habitus* e interesses associados aos diferentes campos nos quais seus indivíduos estão localizados. Logo, no antagonismo e na complementação entre as forças dos campos ocorre a mudança nas instituições e nos seus efeitos sociais.

Nas palavras de Bourdieu (2019, p. 115):

O *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, e gerador de estratégias que podem ser objetivamente conformes aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para esse fim.

Observa-se, portanto, o *habitus* como disposições formadas e incorporadas diante da socialização com base nos campos em que se atua e que os agentes estão inseridos. Cabe lembrar que, para o autor, o *habitus* não é determinista: expressa uma probabilidade que poderá contar com um desvio (BOURDIEU, 1989, 2019).

Ao observarem a gênese das instituições, os indivíduos responsáveis por suas criações não conseguem, nem mesmo em reflexões posteriores, determinar as motivações que os levaram a criá-las e como elas se mantiveram existindo no mundo social. Quanto à manutenção de um campo e de uma instituição, observa-se que os indivíduos com menos liberdade fora do campo, ou com maior capital específico dentro dele, serão os mais propensos a defendê-lo e a lutar por sua manutenção (BOURDIEU, 1989, 2019).

Bourdieu (1989) aponta, como exemplo, o aparelho Igreja Católica e a internalização da política em suas discussões e as conversões como um reflexo – não

propriamente consciente – tomado dentro do próprio campo para a manutenção de sua condição social e influência, em antagonismo ao anticlericalismo. Nesse caso, visualiza-se uma das propriedades dos campos de sua teoria, ao descrever que as pessoas engajadas num campo possuem interesses fundamentais equivalentes ligados à existência dele.

Além disso, dentro do próprio campo concordam com o que deve ser combatido, como argumenta o autor: “para que um campo funcione é preciso que haja desafios e pessoas prontas para jogar o jogo, dotadas do *habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, questões etc.” (BOURDIEU, 2019, p. 110). Assim, parte-se de um reconhecimento prévio da importância do jogo.

A autonomia do campo pode ser observada pelo seu poder de refratar as pressões externas. Todo campo é um campo de forças e de lutas para conservá-lo ou transformá-lo (BOURDIEU, 2003). Nessa lógica, o campo é o espaço com energia social armazenada que se refere ao acúmulo de capital: os agentes lutam para adquirir o capital necessário para esse campo e também se utilizam de capitais adquiridos em lutas anteriores (BOURDIEU, 1989, 2019).

Para a compreensão do conceito de campo, Bourdieu (2005) salienta que é necessário analisá-lo em relação ao campo de poder, a fim de planificar as relações objetivas possuídas pelos agentes e/ou instituições de acordo com suas posições no campo, ou seja, observar o *habitus* dos agentes.

Considerar o que está em jogo em um campo é o monopólio da violência legítima (uma autoridade específica, característica de determinado campo), em que vão coexistir dois polos: os que buscam a manutenção e os que buscam a subversão da distribuição do capital específico (BOURDIEU, 2019).

Geralmente, há a manutenção defendida pelos que já possuem uma posição e um alto capital específico necessário para o campo. A subversão é normalmente defendida por aqueles novos no jogo e possuem menos capital específico necessário. Nesse confronto, observam-se as crises nos campos, em que os subversivos obrigam os ortodoxos a dele saírem em defesa explícita da manutenção e de um processo silencioso de aceitação (BOURDIEU, 2019).

Em distinção à teoria marxista de divisão em classes, segundo Bourdieu (1989), a relação de classes ocorre dentro de um espaço social, em que coexistem diferentes campos a partir de um conceito relacional. O autor não associa a classe somente ao capital econômico, mas também ao capital cultural, ligado à herança familiar, ou seja, o acesso à cultura, como livros, obras de arte, filmes, teatro; ao capital social, traduzido nas conexões, na rede de

relacionamentos do indivíduo; e o capital simbólico, relacionado ao reconhecimento dos capitais e à legitimidade dada pelos outros (BOURDIEU, 1989).

As lutas que ocorrem dentro desses campos não são necessariamente para ascensão de posição, mas também para diminuição de posições de outros indivíduos ou para mudança de critérios presentes nesses campos, em virtude de o campo impor limites próprios. O campo não é algo imutável, pois pode ser alterado, possibilitando que se trace sua história a fim de compreender suas alterações (BOURDIEU, 2011).

A estrutura das relações objetivas entre os agentes determina o que eles podem ou não podem fazer. É importante saber qual espaço ocupado pelo agente no campo, para se determinar o que diz ou fala. Ele consegue submeter suas vontades ao campo, na medida em que possui força dentro do próprio campo, salvo exceções, isto é, consegue alterar as regras (BOURDIEU, 2003). Dessa forma, revela a necessidade de aquisição do capital específico daquele campo para manutenção ou elevação de sua posição e busca pela legitimidade simbólica.

A intersecção entre os campos é também o espaço de atualização em que os indivíduos que contemplam essa relação buscam demonstrar que suas percepções são objetivas e imparciais; entretanto, a posição que ocupam dentro de determinado campo depende dessa imposição (BOURDIEU, 1989).

### **2.1.1 O campo político**

O campo político nasce de um longo processo histórico, que não deve ser excluído. É costumeiro pensar que a capacidade política é algo natural, sem observar a condição de acesso à política e de que modo foi desenhada historicamente. Uma das condições necessárias para se adentrar o campo político, por exemplo, é o tempo livre que existe diante de o indivíduo possuir capital econômico excedente e pode dispor de seu tempo para se colocar como porta voz desse campo (BOURDIEU, 1989, 2011).

O poder político, ou seja, o capital político necessário, também está ligado à notoriedade de ser reconhecido. Portanto, para quem o adentra, é necessário compreender na prática e internalizar como ocorre o tratamento com os adversários, com a mídia, além de saber quando se calar e como proteger os amigos de forma discreta (BOURDIEU, 1989, 2011).

Ao funcionar como um jogo, o campo político apresenta-se de forma que, por suas condições, alguns são excluídos e considerados “profanos”. Quanto mais acontece sua

autonomização e sua profissionalização, mais são observados os excluídos e ilegítimos no campo político (BOURDIEU, 1989, 2011). Contudo, essa autonomização do campo político possui limitações, uma vez que depende e é submetido à apreciação dos profanos. Ainda é, por parte dos políticos, necessário fazer referência a quem eles representam e prestam contas, por mais que seja feita de forma fictícia (BOURDIEU, 1989, 2011).

Geram-se discursos sobre a irresponsabilidade desses “profanos”, de quem os políticos buscam uma legitimidade, alegando que somente políticos podem falar de política e a existência de uma competência. Bourdieu (1989, 2011) analisa a força dessa palavra, ao pressupor uma competência técnica e jurídica. Esse sentimento de pertencimento ao campo político ultrapassa, inclusive, as lutas que nele ocorrem, à medida que os ditos “profanos” intuem a existência dessa cumplicidade.

O campo político e os indivíduos que o constituem são observados diretamente como parte do jogo; há a percepção de que seus posicionamentos podem ser enviesados, em virtude de ocuparem posições diferentes dentro dele, na medida de sua filiação partidária, posição dentro desse partido e/ou relevância no local, regional ou nacional (BOURDIEU, 1989). Para Bourdieu (2011), dizer que existe um campo político é uma lembrança de que, para além dos interesses dos eleitores, os interesses também são moldados com base na relação com os outros membros do campo. Com o objetivo de compreender, portanto, o que faz um político, é necessário observar qual sua base eleitoral, sua origem social, sem omitir a posição ocupada dentro do campo, inclusive com sua relação com o partido e contra outros partidos, uma vez que os partidos ganharam expressão e passaram a ser um banco que possui capital político específico.

Dessa forma, a relação entre os políticos e os partidos ocorre de forma a manter estes para que aqueles possam assegurar sua reprodução. Nesse sentido, manter um partido político é manter também a existência de seus membros (BOURDIEU, 1989, 2011).

O campo político e burocrático possui participação para que os problemas particulares se transformem em universais e socialmente aceitos (BOURDIEU, 1989). A política é uma luta pelas ideias, uma vez que a busca é por conseguir estabelecer a visão de divisão social, ao se conseguir estabelecer uma lei com uma determinada visão da divisão social, é necessário transformá-la em uma ideia-força, pois é considerada universal, gerando, inclusive, poder de mobilização por aqueles que pensam da mesma maneira (BOURDIEU, 2011).

### 2.1.2 O campo universitário

A concepção de um campo universitário passa pela obra *Homo Academicus* de Bourdieu, em que há uma análise do campo universitário francês, fundamental para o reconhecimento institucional desse modelo, voltando-se para as disciplinas Direito, Medicina, Artes e Letras (CATANI, 2011).

Catani (2011, p. 198), em uma tentativa de compreender e estabelecer uma leitura de Bourdieu voltada ao Ensino Superior brasileiro, considerou que o campo universitário pode ser descrito como:

[...] o campo universitário é um *locus* de relações que envolvem como protagonistas agentes que possuem a delegação para gerir e produzir práticas universitárias, isto é, uma modalidade de produção consagrada e legitimada. É um espaço social institucionalizado, delimitado, com objetivos e finalidades específicas, onde se instala uma verdadeira luta para classificar o que pertence ou não a esse mundo e onde são produzidos distintos *enjeux* de poder. As diferentes naturezas de capital e as disposições acadêmicas geradas e atuantes no campo materializam-se nas tomadas de posição, no sistema estruturado das práticas e das expressões dos agentes.

São observadas também as relações mantidas entre o campo universitário (que pode ser representado pelas instituições privadas e públicas) e o Estado, uma vez que esse campo é perpassado por órgãos de fomento, conselhos de educação federal, estaduais e instituições de avaliação. Logo, Catani (2011) demonstra também o interesse de manutenção de uma visão por parte do Estado, consideração análoga à de Silva (2017), que, em sua tese, observou o campo universitário e assim o definiu, uma vez que o campo acadêmico trata de uma especificidade do campo. A possibilidade de observar esse campo como universitário é mais abrangente, ao se considerarem as relações.

Deve-se, portanto, observar o campo como:

[...] um *locus* de relações no qual os protagonistas são levados a produzir conhecimento acadêmico, como um tipo de prática social legitimada e reconhecida como tal, **mas também participam de outras atividades para além das acadêmicas, a exemplo de atividades políticas, culturais, esportivas, festivas, dentre outras, que, de alguma forma, podem estar relacionadas às produções acadêmicas**, contribuindo assim para a construção das trajetórias de formação (SILVA, 2017, p. 55, grifo nosso).

Considerar o campo universitário dessa forma parece pertinente a esta pesquisa, uma vez que se pretende observar duas instituições inseridas nesse campo e sua relação de poder, dentro e fora do campo em questão: Universidade do Extremo Sul Catarinense

(UNESC)<sup>20</sup> como IES e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) João Baptista Rita Pereda<sup>21</sup>.

Gianezini (2009, p. 50), em sua pesquisa, observou as relações de uma Universidade em um contexto de expansão da Educação Superior, a partir da ótica de Bourdieu. Especificamente, analisou as relações entre agentes, conflitos, alianças e tensões, pensando nas “imbricações entre capital cultural, econômico e social dos agentes envolvidos”, devido ao campo universitário ser constituído, em sua observação, pela relação entre técnicos, professores e alunos.

Quanto ao movimento estudantil, Costa e Costa (2020) o definem como dotado de capital simbólico institucionalizado, já que ganha legitimidade para ser porta-voz dos estudantes do discurso sobre causas estudantis. Bourdieu (2011) relaciona os movimentos estudantis com pessoas dotadas de conhecimento político, as quais utilizam o campo jornalístico-político para conseguirem se manifestar e tornar visíveis as reivindicações como ato dotado de caráter político.

## 2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas constituem um objeto particular entre os processos políticos, cuja abordagem muda de acordo com os enfoques dados, tanto teórico quanto epistemológico. Fontaine (2015) alega, de forma provocativa, que todas as disciplinas podem ser chamadas a contribuir com as Políticas Públicas, mesmo que de forma teórica, utilizando, como exemplo, a engenharia em projetos de cunho científico e tecnológico; ademais, cada disciplina pode trazer contribuições particulares para a análise e compreensão das políticas públicas.

A ciência política, por exemplo, traz elementos que ajudam na análise e execução de políticas públicas com base nas teorias do poder e do historicismo ligado às instituições e à governança; a economia traz questões sobre o custo e o benefício de implementação e avaliação de uma política pública; e a sociologia contribui na observação dos problemas sociais e do funcionamento das organizações, da elaboração das agendas e das falhas de execução (FONTAINE, 2015).

---

<sup>20</sup> Desde 1983, a UNESC possui voto universal para eleição de reitoria e coordenação de cursos de graduação.

<sup>21</sup> O nome do DCE da UNESC é uma homenagem ao estudante preso e desaparecido político no período da Ditadura Militar no Brasil.

Sobre a sociologia, com base em um olhar sociológico que pode auxiliar na compreensão desta pesquisa, Fontaine (2015, p. 6, tradução nossa) aborda que:

[...] análise em primeiro lugar as interações, os intercâmbios, os mecanismos de coordenação, a formação de grupos, o jogo das normas e os conflitos entre os indivíduos, e parte dos fatores de mudança, dos grupos de interesse e movimentos sociais, como atores de mudanças nas políticas públicas.<sup>22</sup>

Ao explicitar sobre essa interdisciplinaridade, Fontaine (2015) ressalta que a análise das políticas públicas não pode ser feita de forma isolada das relações sociais e econômicas, visto que poderia comprometer a validade para a academia e para a própria sociedade. Ele parte do pressuposto de não ser possível explicar a ação pública sem a contextualização do Estado frente ao local, nacional e internacional, âmbitos em que estão inseridas as ações do Estado e dos atores não estatais.

Farah (2011) discorre sobre como a análise de políticas públicas no Brasil foi vinculada principalmente à área da administração, isolando o caráter político da administração pública. Em um primeiro momento sobre a história da análise de políticas públicas no país, era dado esse caráter racional e neutro à administração pública, com a utilização de métodos quantitativos de análise.

A partir desse ponto de vista, é pertinente pensar como a globalização influencia os Estados, enquanto nesse processo os Estados se subdividem para o regional e o local. Nesse movimento, ocorre, por exemplo, a transferência dos serviços públicos, por meio de parcerias público-privadas e privatizações. A política pública é uma variável dependente, pois está relacionada aos acontecimentos históricos, sociais, econômicos; pelo comportamento de grupos, relaciona-se à teoria dos campos (abordada na seção anterior). Desse modo, a política pública também não pode ser considerada de forma isolada de outras políticas que são postas (FARAH, 2011; FONTAINE, 2015).

Fontaine (2015) utiliza como referência a observação de uma Política Pública Educacional, que deverá ser feita por meio de uma análise voltada ao papel do Estado, tanto no presente, quanto no passado: além da análise dos efeitos, é importante compreender suas forças e suas debilidades, para conseguir interpretar a eficiência e a efetividade de um governo.

---

<sup>22</sup> “[...] analiza en primer lugar las interacciones, los intercambios, los mecanismos de coordinación, la formación de grupos, el juego de las normas y los conflictos entre individuos, y parte de los factores del cambio, los grupos de interés y movimientos sociales como actores del cambio de políticas públicas” (FONTAINE, 2015, p. 6).

Dessa forma, busca-se pensar em que medida o Estado – nesta pesquisa representado pelo município de Criciúma – é o agente principal de uma política pública. A análise das políticas públicas rompe com três pressupostos sobre o Estado: o primeiro, sobre a passagem de dominação do Estado, em seguida a observância de sua capacidade de resolver problemas; o segundo, sobre o caráter racional do Estado, que passa a ser atravessado pelas tensões e alianças com outros campos não estatais; e o terceiro, sobre sua dependência pela questão histórica (FARAH, 2011; FONTAINE, 2015).

Sobre o caráter racional do Estado e das Políticas Públicas, Fonseca (2013), expressa a preocupação sobre a utilização do termo Política Pública dotado de uma forma que pareça sem conflitos, isento de tensões entre os agentes envolvidos. Nesse sentido, revela o senso comum de pensar as políticas públicas como promotoras de um bem comum e de um estado de bem-estar social (BONETI, 2017; FONSECA, 2013).

O próprio ciclo das políticas públicas, amplamente utilizado na análise das políticas públicas, pode contribuir para o apagamento dessas tensões. Por isso, deve-se utilizá-lo, considerando seu caráter pedagógico e a desestruturação do mundo real, em razão de ser confuso e com fases não tão bem delimitadas (FONSECA, 2013; FONTAINE, 2015).

Quando se observa a política pública como variável dependente, também é possível identificar três conceitos e suas diferenças: o político; a política e as políticas públicas. O político, definido como as pessoas ligadas à vida pública de uma comunidade; a política como um confronto de ideias e visões sobre as preocupações que assolam determinada comunidade; e as políticas públicas como mecanismos capazes de responder às necessidades daquela comunidade. Por conseguinte, tem-se a compreensão de que as políticas públicas estão no final da política, após uma expressão de ideias e visões, alianças e tensionamentos que buscam uma solução para um problema (FONTAINE, 2015).

Ao se analisar Estado, é necessário observar que este passou por transformações que ocasionaram duas mudanças a serem destacadas. A primeira relaciona-se à influência de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia (UE), que apesar de não constituírem uma hierarquia com os Estados membros, passaram a ter influência nas tomadas de decisão e no modo como os países conduzem suas políticas sociais e econômicas (FONTAINE, 2015). Inclusive, a ONU teve participação na criação da área de análise de políticas públicas no Brasil, influenciando a criação de escolas e revistas voltadas à administração pública (FARAH, 2011).

A segunda observação é a descentralização interna; tal qual observado, a descentralização interna ocorreu de diferentes formas, em diferentes países, como os Estados

Unidos da América e o Brasil. Isso não significa uma debilidade estatal, pois dependerá da coordenação dessa descentralização pelo Estado (FONTAINE, 2015). No Brasil, até o final da década de 1970, a análise de políticas públicas foi considerada uma ciência administrativa; no início de 1980 – ligando-se à redemocratização, que trouxe para o debate questões de poder e política – começou a surgir estudos sobre outros agentes sociais envolvidos nas políticas públicas (FARAH, 2011).

Passa-se, então, a pensar o Estado a partir de governo, governabilidade e governança, distinção necessária para compreender os pilares de manutenção de um país. O governo é caracterizado pelas ações dos agentes políticos, sociais e administrativos que gerem a administração pública, ao passo que a governabilidade está ligada à concepção de balanceamento entre as necessidades do país e à capacidade do Estado em atendê-las. Já a governança é o modelo que emerge das ações como a forma utilizada para manter as relações entre os campos (FONTAINE, 2015; GONÇALVES, 2006).

Com relação à governança, o funcionamento do Estado aponta a existência de diferentes campos: grupos de interesse, governantes, apoiadores e o próprio governo; a intersecção entre esses campos delimita como será a ação pública. Nesse sentido, a relação entre os grupos de interesse e o Estado é tradicional; com a descentralização, tomou-se uma nova forma a partir do momento em que ocorreu a execução dessa descentralização (FONTAINE, 2015).

As interações entre esses campos e os governantes geram alianças para que pautas apareçam nas agendas públicas. Esses campos utilizam o discurso, a mobilização e a capacidade negociar interna e externamente com os outros campos que integram o espaço social, inclusive com o político, constituído pelos tomadores de decisão (FONTAINE, 2015).

Após esses apontamentos sobre o cuidado necessário ao analisar as políticas públicas, teve-se o objetivo de não pensar essas de forma enrijecida, trazendo para o contexto das políticas públicas a necessidade de observar os campos envolvidos na disputa pelas políticas públicas e pela noção de ideia-força, estabelecida por Bourdieu. Passa-se, portanto, na próxima seção, a observar as políticas públicas para educação superior e as competências municipais.

### **2.2.1 Políticas Públicas para Educação Superior**

As políticas públicas para educação superior podem ser compreendidas no âmbito das políticas sociais; porém, deve-se considerar que elas podem ser utilizadas em qualquer

tipo de governo, correndo o risco de ser uma expressão vaga (HÖFLING, 2001) assim, deve-se acatá-las sob um contexto histórico e político (VIANNA, 2002).

As políticas públicas e as políticas sociais, como categoria da primeira, estão relacionadas ao modelo de Estado vigente. Assim, observa-se que Estados Liberais darão às políticas sociais um contorno direcionado para que ajam priorizando a liberdade individual e a livre-concorrência, ao passo que Estados de Bem-Estar Social direcionam seus contornos para minimizar impactos de um sistema capitalista sobre os indivíduos (HÖFLING, 2001; ALMEIDA, 2011).

Esse fato pode ser contextualizado para a realidade brasileira: a partir da década de 1990, no processo de redemocratização, deu-se a primazia para o neoliberalismo, com discursos voltados à minimização da atuação estatal e a privatização de serviços públicos (DOURADO, 2002; LUCCHESI, 2007). Dessa forma, como apontado por Fontaine (2015) e Farah (2011) sobre a influência de organismos internacionais na agenda de concepção de políticas públicas, essa ação também foi sentida nas políticas públicas para educação superior.

Dourado (2002) e Lucchesi (2007) demonstram a influência do Banco Mundial nas diretrizes para educação, em que se preconizava a Educação Básica e voltava a instrumentalização para o mercado de trabalho. Para a Educação Superior, nesse contexto, essa instituição financeira orientava, em 1995, a privatização para países como o Brasil, que não conseguiam estabelecer políticas para expansão desse nível de ensino e o fomento de instituições para o conhecimento técnico, ou seja, não universitário.

Nesse sentido, diante de um país voltando-se para o neoliberalismo, compreende-se que as políticas sociais foram adotadas em duas vertentes: as políticas sociais universais e as focalizadas. A primeira visa a igualdade de direitos e a oportunidade de acesso a todos, tal qual o Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto a segunda objetiva focalizar um grupo específico para modificar as disparidades e produzir efeitos de equidade em grupos historicamente marginalizados (KERSTENETZKY, 2006). Neste, é possível considerar as ações afirmativas.

As ações afirmativas nascem na Índia, em 1950, em um processo de independência (FERES JÚNIOR; DAFLON, 2015; GIANEZINI, 2014), e ganham força nos Estados Unidos da América (EUA) a partir de 1960, em um contexto de abolição de leis segregacionistas. O movimento negro teve influência na criação de políticas que visassem a melhoria das condições de vida dessa população historicamente segregada. No contexto de países europeus, as ações afirmativas também foram incluídas, não somente com contornos

raciais, mas também objetivando questões de trabalho e acesso à Educação Superior, por exemplo (GIANEZINI, 2014; MOEHLECKE, 2002).

Assim, no âmbito da Educação Superior, além de oportunizar acesso, pode-se pensar também em ações afirmativas voltadas à assistência estudantil, com diferentes recortes, como recortes de raça, de pessoas com deficiência ou em condições de vulnerabilidade. Como a política observada nesta pesquisa possui duas modalidades de concessão, será dado mais enfoque conceitual para as pessoas com deficiência e em vulnerabilidade.

É necessário, portanto, problematizar a questão da vulnerabilidade, não restringindo esse conceito à pobreza, mas também a inserindo nesse contexto. Desse modo, pensa-se a vulnerabilidade como social, em que há a exclusão de pessoas e/ou famílias do acesso a bens e serviços prestados para e na sociedade: de certa forma, há uma exclusão dos seus direitos (PEREIRA; ALMEIDA, 2014).

No Brasil, com a CF/88 foram consideradas as discriminações positivas e, para alguns juristas, é um marco regulatório das políticas de ação afirmativa, contudo somente a partir da entrada do ano 2000 que o debate e a implementação de políticas de ação afirmativa ganharam força. No Rio de Janeiro, em 2003, foram implementadas ações afirmativas para pessoas oriundas de escolas públicas e, em 2002, no estado do Paraná, foram implementadas ações afirmativas para a população indígena da região (MOEHLECKE, 2002).

As ações afirmativas para pessoas com deficiência, por mais que sejam asseguradas na CF/88, voltam-se, especificamente, para o mercado de trabalho e para a reserva de vagas ao Ensino Superior. Seu processo para oportunizar o acesso foi mais longo: somente a partir de pautas voltadas a essa população por organismos internacionais que ocorreu uma maior aderência por parte do Estado brasileiro. A fixação para pessoas com deficiência foi definida somente em 2016, mediante a alteração da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que previa a reserva de vagas para instituições federais de ensino voltada às pessoas que tivessem cursado integralmente o Ensino Médio em escola pública e a candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (CABRAL, 2018).

Apesar disso, 31 (trinta e uma) IES haviam implementado, anteriormente, a referida lei e as ações afirmativas como políticas institucionais. É interessante observar, a partir desse ponto, que, em 1990, Criciúma já implementava, por meio de sua Lei Orgânica<sup>23</sup>, ações afirmativas para pessoas com deficiência e em vulnerabilidade econômica.

---

<sup>23</sup> A partir da Lei Orgânica Municipal de Criciúma e da Lei Complementar n. 1, de 6 de dezembro de 1990, Criciúma destinava parte das bolsas para PcD (CRICIÚMA, 1990a, 1990b).

### 2.2.2 Uma diferenciação do sistema de educação superior catarinense

No sistema educacional brasileiro, em especial sobre educação superior, tende-se a realizar a divisão entre público e privado, no entanto, o conceito de público-privado deve ser problematizado, uma vez que, normalmente, associa-se “público” com pertencente ao Estado e com a gratuidade, enquanto “privado”, independente se com ou sem fins lucrativos, associa-se ao pagamento de mensalidades e mercado (FIOREZE, 2017).

Essa classificação, contudo, não dá conta de explicar a educação superior brasileira, uma vez consideradas as relações complexas entre público e privado. Essa linha tênue se reflete nas Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) (FIOREZE, 2017).

Para Vannucchi (2013), naquela época, a ausência da universidade estatal no interior e o fato de as confessionais também estarem localizadas na sua maioria na capital levaram a sociedade civil a pautar local e regionalmente a educação superior, inicialmente por meio de cursos isolados. Nesse sentido, surgiram então universidades fomentadas pela comunidade local e, em muitos casos, subsidiada exclusivamente pela municipalidade, pensadas como “serviço público e não como negócio particular” (VANNUCCHI, 2013, p. 10). Essas iniciativas surgiram em diferentes estados do país, e em especial na região sul.

De acordo com Machado (2009), a interiorização e o crescimento das ICES em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul são provenientes de um esforço coletivo entre o poder público municipal e as organizações da sociedade civil, diante do não atendimento, por parte dos estados e da federação, a regiões mais afastadas das capitais e grandes centros urbanos. Uma das preocupações de Machado (2009), corroborada por Fioreze (2017) e Lückmann, Cimadon e Bernart (2015), está ligada à oposição público x privada das IES.

Para tanto, o modelo de público não-estatal apresenta essa distinção, tanto do público, quanto do privado. Nesse sentido, Schmidt (2010, p. 29) condensa essas distinções das instituições comunitárias:

São traços distintivos dessas instituições: criação impulsionada por organizações da sociedade civil e do poder público local, a quem pertence o patrimônio; não estão orientadas para a maximização do lucro, sendo os resultados financeiros reinvestidos na própria universidade; têm profunda inserção na comunidade regional, interagindo com os seus diversos segmentos; os órgãos deliberativos superiores são integrados por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos) e da comunidade regional; os dirigentes são professores da universidade, eleitos pela comunidade acadêmica e por representantes da comunidade regional; a forma jurídica da mantenedora é a de fundação de direito privado, de associação ou de sociedade civil; o controle administrativo e da gestão

financeira é feito pela mantenedora; o patrimônio, em caso de encerramento das atividades, é destinado a uma instituição congênera.

Cabe considerar que as ICES já possuíam essas características que as distinguem tanto do público quanto do privado, contudo, em 2013 foi regulamentada a Lei das Comunitárias, que se apresenta como um marco jurídico dessa distinção e da observação por parte da legislação ao caso específico das ICES. Assim, considera-se a educação superior catarinense com uma diferenciação em relação às dos demais estados do país, uma vez que é marcante em seu sistema as instituições fundacionais, criadas pelo poder público municipal (LÜCKMANN; CIMADON; BERNART, 2015), algo que também é observado por Schimdt (2010, p. 28): “Em Santa Catarina, o estoque de capital social também foi fator fundamental do surgimento e fortalecimento das comunitárias. Um traço peculiar do modelo comunitário catarinense é a forte presença do poder público local, especialmente das Prefeituras”.

Contudo, assim como no restante do país, os primeiros cursos de educação superior surgiram de forma isolada, é com a aglutinação dos cursos isolados que surge, em 1960, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), até 1989 a única instituição pública gratuita em Santa Catarina (PEGORARO, 2008).

O surgimento de instituições isoladas no estado, em cidades interioranas e de pequeno e médio porte se deu a partir da década de 1960. Elas surgem de pressões sobre o poder público local, por parte da sociedade civil. Considerando a necessidade do acesso à educação superior no estado, para além da capital. Estas instituições surgem com cursos isolados, normalmente ligados à formação de professores, pelo baixo recurso necessário para a execução desta formação e para suprir a carência de professores habilitados nos demais níveis de ensino (PEGORARO, 2008). Essas instituições isoladas começaram como faculdades, para então, especialmente durante a década de 1980 e 1990, tornarem-se universidades (LÜCKMANN; CIMADON; BERNART, 2015).

Para Pegoraro (2008), esse processo de transformação das fundações em universidades pode gerar dois tipos de análise: o primeiro diz respeito ao fato de ocorrer a aglutinação dessas instituições, para que cumprissem os requisitos necessários, como, por exemplo, o número de cursos; e o segundo, se refere ao fato de que o período de transformação das fundações em universidades foi marcado por uma nova constituição e um período de fortalecimento do neoliberalismo, o que facilitaria esse processo de transformação.

O referido processo acarretou na criação da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) em 1974, atualmente composta pela Universidade Regional de Blumenau (FURB); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);

Universidade do Contestado (UnC); Centro Universitário Católica de Santa Catarina (PUC-SC); Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE); Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI); Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE); Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC); Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE); Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); Centro Universitário Municipal de São José (USJ) e Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) (SCHMITD; CAMPIS, 2009).

A Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) esteve presente na ACAFE até o ano de 2020. Com a efetiva compra da IES por um grupo privado fez com que a UNISUL já não figure mais entre as instituições comunitárias do sistema ACAFE. Cabe o adendo de que a ACAFE possui instituições comunitárias tanto no sentido estrito, como as criadas por meio de fundações ligadas ao poder público e a organizações da sociedade civil, quanto as comunitárias no sentido amplo, como as confessionais e ligadas a segmentos religiosos (SCHMITD; CAMPIS, 2009).

A ACAFE surgiu da necessidade de fortalecimento das ICES, em formato de associação, é a partir dela que são pensadas estratégias conjuntas e pleiteados recursos em nível estadual e federal. Além disso, a ACAFE organiza um vestibular de forma unificada para as instituições parceiras (PEGORARO, 2008).

### **2.2.3 A competência dos municípios**

A CF/88 promulgou um novo formato de federação, com a elevação dos municípios a categoria de ente federado. Contudo, a compreensão da uma federação perpassa não somente pelos conflitos entre os entes, mas também pela coordenação intragovernamental. Isso porque a federação advém de um pacto federativo, em que os entes subnacionais possuem instrumentos para a manutenção de seus direitos originários (ABRÚCIO, 2005).

Os novos recortes dados ao federalismo brasileiro, com a redemocratização e a constituição, foram marcados pelo poder dos estados e a municipalização. Pode-se atribuir, como uma das causas, a incerteza que pairava sobre o executivo federal. Os entes subnacionais, então, buscavam o seu papel, em vez de tomarem ações coordenadas, o que representa um problema para o campo das políticas públicas (ABRÚCIO, 2005).

Contudo, o federalismo e a descentralização não podem ser tomados como conceitos obrigatoriamente simultâneos. No Brasil, criou-se fortemente a vinculação entre federalismo e descentralização, pois ambos aparecem no mesmo contexto, com o repúdio ao autoritarismo e a centralização ocorridos durante a ditadura militar. O federalismo é compreendido, então, essencialmente como a autonomia política dos governos subnacionais, e a descentralização como a atribuição das funções administrativas entre os níveis de governo (ARRETCHE, 2002).

Para Arretche (1999), a descentralização fiscal foi um fator de mudanças profundas nas relações intragovernamentais, uma vez que houve o ganho de autonomia política e administrativa dos municípios por incidência da CF/88. Os estados e municípios podem estabelecer políticas públicas por iniciativa própria, estimulados por outro ente federativo ou por estarem constitucionalmente incumbidas de desenvolverem determinada política pública, diante da sua competência. Estas alterações fazem com que a União não consiga tão facilmente delegar funções, sem que tenha adesão por parte dos entes subnacionais.

Arretche (1999, p. 115) ainda expõe que:

[...] a adesão dos governos locais à transferência de atribuições depende diretamente de um cálculo no qual são considerados, de um lado, os custos e benefícios fiscais e políticos derivados da decisão de assumir a gestão de uma dada política e, de outro, os próprios recursos fiscais e administrativos com os quais cada administração conta para desempenhar tal tarefa.

Os municípios passaram a ter autonomia, entendida em três eixos:

[...] esse ente federativo detém a tríplice capacidade (norteadora da autonomia dos entes federativos): de auto-organização – através de suas Leis Orgânicas; de autogoverno - através de eleições próprias para os cargos do Poder Executivo municipal – Prefeito e vice, e para o Poder Legislativo local – Câmara dos Vereadores, sem ingerência dos outros entes da federação; e o poder normativo próprio ou de autolegislação - mediante elaboração de leis municipais circunscritas às suas competências exclusivas e das leis suplementares previstas na Constituição Federal (BARACHO; SOUZA, 2010, p. 514).

Para as políticas públicas sociais, as decisões tomadas a nível regional e local podem condicionar sua realização. As políticas sociais que são estabelecidas nacionalmente permitem, no entanto, uma variação para além do mínimo. Com as competências sendo estabelecidas como concorrente, foi diferente a absorção por parte dos estados e municípios, gerando duplicidade de ações, assim como omissões (SOARES; MACHADO, 2018).

Lucchesi (2007), ao analisar o contexto de políticas públicas e a descentralização, observou que, a partir da década de 1990, houve a municipalização de responsabilidades, como a saúde e a educação, porém sem acompanhamento pelo orçamento público. Os municípios passam a ter maior capacidade financeira, contudo com uma participação que não supera 20% da receita tributária total, o que minimiza a possibilidade de criação de políticas públicas próprias (TEIXEIRA, 2002).

Especificamente sobre educação, a CF/88, em seu texto original, previa no artigo 211, parágrafo segundo, que o município atuará prioritariamente no Ensino Fundamental e Pré-escolar (BRASIL, 1988). A partir da Emenda Constitucional nº 14 de 12 de setembro de 1996, foi colocada ao município a responsabilidade do Ensino Fundamental e da Educação Infantil (BRASIL, 1996a).

O artigo 212 da Constituição Federal preconizava que: “a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (BRASIL, 1988). Todavia, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB) abre a possibilidade de os valores direcionados à educação serem maiores; quando forem estabelecidos pelas constituições dos estados ou por leis orgânicas dos municípios, o novo montante estipulado será a quantia que deve ser seguida (MENEZES, 2008). A vinculação toma como base de cálculo a receita gerada a partir dos impostos “Receita resultante de impostos = Impostos + Transferências constitucionais que tenham como base os impostos + Parcelas da dívida ativa e multas que resultem de impostos” (MENEZES, 2008, p. 156).

Carvalho (2014) observa que os estados brasileiros apresentam diferentes formas de gerenciar essa vinculação. Em Santa Catarina, o estado em sua Constituição Estadual vincula a receita mínima obrigatória de 20% à Educação Básica e os 5% restantes são direcionados ao fomento da Educação Superior em instituições habilitadas em SC. Inclusive, o artigo 170 da Constituição Estadual Catarinense destina parte do recurso às instituições comunitárias.

No que diz respeito aos municípios, a LDB faz uma complementação ao artigo 212 da Carta Magna, explicitando que o município poderá participar de outras esferas da educação, além de sua competência, contanto que tenha como recursos destinados à educação mais do que o mínimo previsto constitucionalmente (BRASIL, 1996b; MENEZES, 2008; REZENDE; DONADELI, 2007).

Em alusão ao trabalho de Carvalho (2014), que buscou observar os estados brasileiros e a vinculação de receita, entendeu-se necessário observar o caso específico de Criciúma, em que a vinculação ocorre no valor de 30% da receita proveniente de impostos para toda a educação do município, abrindo precedente para sua participação na esfera do Ensino Superior. Mais especificamente, essa regulamentação está contida no artigo 124 da Lei Orgânica Municipal (Lei Orgânica nº 1/1990), trazendo em seu *caput* e parágrafo terceiro, considerações quanto à aplicação de receita na educação e à exceção formada pelo artigo 129, de forma que o município deve aplicar, no mínimo, 30% (trinta por cento) da receita gerada por impostos na educação; nesse percentual mínimo, estará também presente a parcela da bolsa PMC (CRICIÚMA, 1990b).

Ao se observar as planilhas que compõem o Plano Plurianual Municipal (PPAM) que se encontra em vigência durante o andamento da pesquisa (anos de 2018 a 2021), fundamentado na Lei nº 6.984, de 27 de setembro de 2017 de Criciúma, nota-se que contemplam 28 (vinte e oito) programas. Dentre eles, oito são de competência da Secretária Municipal de Educação, como visualizados no Quadro 2, resultando em um total de R\$1.489.016.264,00 (um bilhão e quatrocentos e oitenta e nove milhões e dezesseis mil duzentos e sessenta e quatro reais):

Quadro 2 – Programas executados pela Secretaria Municipal de Educação de Criciúma

<b>CÓDIGOS</b>	<b>PROGRAMAS</b>	<b>VALOR</b>
1005	Gestão de Qualidade no Ensino	R\$ 773.368.000,00
1006	Central de Alimentos	R\$ 26.500.000,00
1007	Gestão de Qualidade na Educação Infantil	R\$ 100.450.000,00
1008	Gestão de Qualidade (PROEJA)	R\$ 949.664,00
1009	Gestão de Qualidade na Perspectiva da Educação Inclusiva	R\$ 23.955.000,00
1010	Espaço de Formação e Pesquisa “Prof. Paulo Freire”	R\$ 2.455.600,00
1011	Núcleo de Formação Continuada (NCE)	R\$ 2.610.000,00
1012	Diversidade Étnico-Racial/Perspectiva Inclusiva	R\$ 580.000,00

Fonte: elaborado pela autora (2021) com base da Lei nº 6.984/2017 (CRICIÚMA, 2017).

Para uma análise mais aprofundada, realizou-se um recorte no rol de programas destacados no Quadro 2, selecionando somente o Programa 1005 de Gestão de Qualidade de Ensino, para o qual foi destinado o total de R\$ 773.368.000,00 (setecentos e setenta e três milhões e trezentos e sessenta e oito mil reais). O programa possui, em seu detalhamento: diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produtos, unidade de medida, meta, valor e fonte, conforme a lei que estabelece o PPAM.

De acordo com o Quadro 3, a Prefeitura Municipal de Criciúma considera os 19 mil alunos atendidos e 2 mil profissionais que atuam na rede municipal de ensino e Centros de Educação Infantil Municipal (CEIM). Apesar de não estar claro nos documentos do município de Criciúma, em análise aos dados do Observatório Social (RELATÓRIO..., 2018) verifica-se que o contingente a que se refere o PPAM de servidores é referente ao número de professores, visto que, em 2017, o número de professores ligados à Secretaria Municipal de Criciúma era de 1935.

Quadro 3 – Recorte do Programa 1005

PLANO PLURIANUAL 2018/2021					
PROGRAMA – 1005 – GESTÃO DE QUALIDADE NO ENSINO					
DIAGNÓSTICO					
A Rede Municipal de Educação atende aproximadamente 19 mil alunos e conta com aproximadamente 2.000 profissionais que atuam nas escolas municipais e CEIM. A Educação Municipal necessita de investimento para garantir uma educação pública de qualidade, que contribua para a formação do Cidadão Criciumense.					
DIRETRIZES					
Promoção e gerenciamento de ações administrativas que visam potencializar o trabalho educativo de qualidade nas escolas e CEIM.					
OBJETIVOS					
Garantir espaço educativo adequado para a promoção da formação humana;					
Fornecer materiais de consumo e didático, gêneros alimentícios, limpeza e outros para as escolas e CEIM;					
Acompanhar e dar suporte administrativo e financeiro às Unidades Escolares;					
Manter e ampliar os espaços físicos internos e externos das escolas e CEIM;					
AÇÕES	PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	META	VALOR	FONTE
1.036 Auxílio ao Ensino					
Cumprimento ao Art. 129 da LOM	Manutenção	Unidade	100%	R\$ 22.400.000,00	101
	Manutenção	Unidade	100%	R\$ 42.000.000,00	101
	Convênio	Unidade	100%	R\$ 4.000.000,00	119/136

Fonte: elaborado pela autora (2021) com base da Lei nº 6.984/2017 (CRICIÚMA, 2017).

Observa-se, ainda, que quanto ao Ensino Superior e aos auxílios de ensino, não há menção no diagnóstico. Contudo, é possível notar a existência de bolsas de estudos para além do cumprimento ao artigo 129 da LOM, uma vez que Criciúma também as direciona para atletas de nível médio, por meio da Fundação Municipal de Esportes (FME), e para funcionários públicos, por meio da Lei Complementar n. 12, de 20 de dezembro de 1999, vinculadas à receita proveniente de impostos.

O Programa apresenta, na categoria “Auxílio ao Ensino”, a bolsa da Prefeitura Municipal de Criciúma (chamada Bolsa PMC) como ação a ser realizada. A bolsa é regulada pelo artigo 129 da Lei Orgânica Municipal e dispõe que o município garantirá aos habitantes oportunidade de acesso ao Ensino Superior. Em seu parágrafo primeiro, estabelece que as IES

enquadradas na Lei nº 12.881/2013<sup>24</sup> receberão bolsas de estudos superior a 0,33% do número de habitantes, segundo a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CRICIÚMA, 1990b).

Como produto presente no PPAM, a bolsa aparece categorizada como manutenção do fornecimento. Nas metas, há a previsão do cumprimento integral do artigo 129 da LOM de uma forma quantitativa, de modo que o valor que se prevê destinado é de R\$ 22.400.000,00 (vinte e dois milhões e quatrocentos mil reais) nos quatro anos de exercício do PPAM (2018 a 2021). No Quadro 4 é possível observar quais são as receitas englobadas e a utilização dos impostos para o cumprimento da LOM. A fonte de recursos para manutenção e cumprimento do artigo está representada pelo número 101.

Quadro 4 – Fonte de Receita para a bolsa PMC e bolsas de estudos

RECEITAS	FR	TOTAIS
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte – Trabalho – Principal	101	R\$ 11.500.000,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte – Outros Rendimentos – Principal	101	R\$ 215.000,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Principal	101	R\$ 30.750.000,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Multas e Juros	101	R\$ 4.125.000,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – Dívida Ativa	101	R\$ 10.625.000,00
Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – Principal	101	R\$ 15.700.000,00
Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – Multas e Juros	101	R\$ 1.250.000
Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – Dívida Ativa	101	R\$ 175.000,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	101	R\$ 35.250.000,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Multas e Juros	101	R\$ 3.500.000,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – Dívida Ativa	101	R\$ 2.950.000,00
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – Cota Mensal – Principal	101	R\$ 53.239.126,00
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural – Principal	101	R\$ 15.972,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 – Principal	101	R\$ 255.548,00
Cota-Parte do ICMS – Principal	101	R\$ 76.664.342,00
Cota-Parte do IPVA – Principal	101	R\$ 22.892.824,00
Cota-Parte do IPI - Municípios – Principal	101	R\$ 1.064.783,00

Fonte: elaborado pela autora (2021) com base no PPA referente aos anos de 2018-2021 (CRICIÚMA, 2021).

No que se refere ao Plano Plurianual do Município de Criciúma, apesar de haver oito programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Criciúma, somente em um constatou-se a existência da bolsa PMC. Trata-se do Programa “Gestão de Qualidade

<sup>24</sup> Lei Federal que dá providência as Instituições de Ensino Superior de caráter comunitário.

de Ensino”, o qual recebeu o maior valor: R\$ 773.368.000,00. Cabe salientar que não estava identificado como bolsa PMC e sim como cumprimento ao artigo 129 da Lei Orgânica Municipal (CRICIÚMA, 2021).

### 3 OS CAMPOS E AS NARRATIVAS DOS SEUS CONTEXTOS

Neste capítulo, busca-se produzir, a partir das entrevistas realizadas, uma contextualização da situação de cada campo: Campo político e Campo universitário (FUCRI e DCE), considerando que os campos aqui desenvolvidos foram identificados previamente.

Com as entrevistas, alguns momentos de maior destaque foram dados pelos entrevistados, de forma que se fez uma relação entre as suas narrativas e os momentos que se passaram a nível nacional e local. Foi possível perceber que algumas situações que apareceram na pesquisa não apareceram por meio de uma pergunta direta realizada pela pesquisadora, mas sim das vivências e memórias que estes apresentavam, de momentos que foram marcantes para a trajetória dos entrevistados.

No campo político, as eleições de 1988 (que definiram os executivos e legislativos municipais), bem como as bases eleitorais dos entrevistados e sua organização em relação ao executivo municipal e os cenários de disputas entre os vereadores e suas experiências ao estarem no legislativo municipal. No campo acadêmico, ao falar de FUCRI as questões que surgiram foram ligadas à inflação e à organização acadêmica da FUCRI. Ainda no campo universitário, mas em relação ao movimento estudantil, o surgimento do Diretório Central dos Estudantes foi uma das pautas, como também, as disputas dentro do próprio campo, buscando-se contextualizar diante do cenário do movimento estudantil nacional e estadual, uma vez que houve essa correspondência entre as três instâncias.

#### 3.1 O CAMPO POLÍTICO

O ano de 1988 marcou as eleições municipais e nacionais que constituíram as câmaras de vereadores, prefeituras e o Presidente da República. O pleito aconteceu no dia 15 de outubro de 1988, nacionalmente mais de 80 milhões de eleitores foram às urnas. As disputas em Criciúma ocorreram com a presença dos partidos PMDB, PDS, PT, PFL, o PDT, PCB e PCdoB (TRICHES; ZANELATTO, 2015).

Nas referidas eleições, concorreram 241 candidatos a vereador, o PMDB, elegeu 9 vereadores dos 63 que disputaram pela sigla. O PDS elegeu 7, dos 61 que concorreram, o PFL dos 48 candidatos, elegeu 3. O PT elegeu 2 vereadores, do total de 25 que disputaram. O PDT, o PCB e o PCdoB, não tiveram candidatos eleitos, mesmo o PCdoB, despontando com uma candidata, Maria Rosimeri Monteiro de Resende, que recebeu a quarta maior votação em

números totais, não foi eleita, pois o partido não teve votos suficientes para a legenda (TRICHES; ZANELATTO, 2015). A casa foi composta, então, por 21 vereadores.

Quanto ao executivo, a coligação entre PDS e PFL venceu a eleição com uma porcentagem de 34,37% dos votos, de um total de 78.802 (setenta e oito mil, oitocentos e dois) eleitores, ganhando a eleição da coligação entre o PDT e o PMDB, que receberam 33,45%, uma diferença de 724 votos em números totais. Enquanto o PT recebeu 20,19% dos votos para prefeitura, o PCB recebeu 0,22% e o PCdoB, 0,10% (TRICHES; ZANELATTO, 2015).

Sobre o cenário das eleições, alguns aspectos foram lembrados pelos entrevistados, o entrevistado CP4<sup>25</sup> se ateu a como era a organização das campanhas políticas na época em comparação com o que ocorre nos dias atuais. O Código Eleitoral vigente (Lei nº 4.737) remonta à 15 de julho de 1965, de modo que já se encontrava em vigor durante as eleições de 1988, no entanto, percebe-se na fala do entrevistado uma relativização quanto aos crimes eleitorais, uma vez que já era previsto no artigo 299 do referido código a proibição quanto a dar vantagens, de qualquer ordem, ao eleitor, mesmo que fosse recusada, pelo voto ou pela abstenção do voto (BRASIL, 1965).

Destaca-se a fala de CP4:

[...] eleições de 88 ela tem uma série de coisas que era mais liberal vamos dizer assim né, reunião, almoço, churrasco. Depois veio as leis eleitorais que proibiu tudo isso aí né, que proibiu uma série de coisas [...], você não pode fazer um jantar para dar um discurso político, porque isso fica caracterizado como compra de votos né, o candidato tem que, como é que eu vou te dizer assim, ele tem que seguir essa lei eleitoral que é muito rígida hoje, digamos assim. Para você entender, ele tem que fazer um planejamento de despesas da campanha e depois fazer a prestação de contas também, por meio de documentos idôneos. Que era muito comum na época, você distribuía combustível à vontade, hoje já não é assim. Hoje você tem que constar o nome da pessoa que está trabalhando, fazer o contrato de trabalho, dizendo para fornecer combustível né, algum pagamento, outros pagamentos assim pelo trabalho executado. Quem analisa as contas do candidato hoje são muito rígidos, são muito rígidos nisso aí. Então naquele período era assim, para você fazer um jantar, convidava as pessoas, pedia voto, passava a mão num bilhete e distribuía gasolina, autorizava, coisas que hoje não tem mais nada disso, a lei eleitoral é muito rígida hoje né. E hoje tem que seguir o que a lei eleitoral determina, as despesas de um candidato [CP4].

No entanto, apesar da proibição, essas práticas eram corriqueiras nas eleições. Conforme discorrem Palmeira e Herédia (1995), com a chegada das eleições, alteravam-se as relações sociais das cidades, principalmente interioranas, e acrescentando novas atividades e

---

<sup>25</sup> O entrevistado CP4 foi vereador de Criciúma/SC durante o mandato de 1989 a 1992, além de ter figurado como suplente em duas ocasiões 1983 a 1988 e 1993 a 1996, foi filado ao PDS.

desdobramentos para a população, como, por exemplo, a ida a comícios, reuniões e visita às casas dos candidatos, com a troca de favores sendo prática corriqueira.

Como na presente pesquisa a maioria das entrevistas foi realizada com vereadores no campo político, entendeu-se que seria interessante observar, a partir das informações prestadas por eles, um pouco sobre suas trajetórias para as candidaturas, de acordo com a visão bourdieusiana (1989), de que para a compreensão do campo político é necessário perceber quais são as bases eleitorais dos agentes, assim como sua relação com o partido e com os outros partidos, pois para além da relação com os eleitores existe a relação dentro do próprio campo.

CP4 expôs o que o motivou a ser candidato nas eleições municipais:

Eu fui estimulado por um deputado [...] que precisava ter um representante na região sul do município, na época eu era jovem, tinha 19 para vinte anos e nós fundamos uma associação de jovens e dentro dessa associação de jovens a gente promovia baile, festa e essas coisas e tal e a gente foi se envolvendo em política. Quando o Altair Guidi se elegeu, foi candidato a deputado, ele disse, olha [nome do entrevistado] tu te preparas que eu vou ser candidato a deputado [...] se eu me eleger, eu volto e sou candidato a prefeito, queria voltar a ser prefeito de Criciúma, porque ficou um monte de obras que eu queria concluir... Eu morava num bairro, aqui no Sangão [...] do Pinheirinho para lá, não tinha asfalto. Diz ele assim: se eu voltar a ser prefeito, eu vou pavimentar daqui até a BR-101, daqui até a Forquilha e o bairro Sangão eu quero deixar todo lajotado<sup>26</sup>. Nós também tínhamos a necessidade de um campo de futebol que foi tornado de utilidade pública uma área, que hoje está lá o campo de futebol, futebol suíço e tal. Mas diz ele assim: mas para que eu faça isso, tu vais para o sacrifício e seja candidato a vereador, eu vou te ajudar. Eu disse: então tubo bem, a gente na época, o tempo foi passando e a comunidade foi começando assim a me estimular [...] nós [do bairro] não aguentamos mais aquela pirita, lamaçal... quando era seco passava a patrôla<sup>27</sup> era pó, quando era chuva era aquela lama. Então eu digo: não, então, vamos lá e com o apoio do falecido Altair, fui o segundo vereador mais votado [...] O que me estimulou a ser candidato foi fazer algo pelo bairro, principalmente o Sangão, São Roque, que hoje está todo pavimentado, o Verdinho, um pouco mais para lá, que esses bairros eram muito prejudicados pela mineração [...] porque aí quando você tem um mandato e o prefeito do seu lado [fica mais fácil] [CP4].<sup>28</sup>

Percebe-se nessa fala algumas características descritas por Bourdieu (2011) sobre o campo político. Inicialmente, a questão dessa relação entre os membros do partido, e uma relação de influência local e regional, uma vez que se tem menção a três esferas: vereador, prefeito e deputado. Nota-se também a preocupação com as melhorias para o bairro e como isso foi usado na narrativa de CP4 objetivando fortalecer a candidatura por meio da voz de fundo da comunidade.

<sup>26</sup> É uma expressão utilizada para dizer que a rua foi coberta com lajotas.

<sup>27</sup> Apesar de ser a flexão na 3ª pessoa do singular do verbo patrôlar, patrôla faz referência a motoniveladora utilizada em terraplanagem.

<sup>28</sup> Sangão, São Roque, Verdinho e Pinheirinho são bairros da Cidade de Criciúma.

Quanto à candidatura do entrevistado CP1, inicialmente a questão de sua base eleitoral pode ser identificada ao discorrer sobre o contexto que vivenciou da Ditadura Militar, destacando sobre a cidade de Forquilha, onde foi formada a sua base eleitoral. A sua base eleitoral foi constituída em Forquilha, pois até 1989 era pertencente ao município de Criciúma, segundo CP1 esse processo de emancipação ocorreu após discussões e que foi uma estratégia eleger, em Criciúma, pessoas interessadas na emancipação, para que o processo fosse concluído. CP1 foi ligado ao PMDB durante suas candidaturas e mandatos e teve como base, além do eleitorado de Forquilha, a pauta da questão agrícola, uma vez que era formado Técnico Agrícola e chegou a ser secretário de Agricultura em Criciúma, no mandato do Prefeito José Augusto Hülse, antes de pleitear o cargo de vereador.

Para CP2, no entanto, a participação política se iniciou a partir de uma questão de disputa partidária. CP2 que possuía e possui ligação com o sindicato, coloca em sua fala tanto o momento em que decidiu se candidatar quanto o momento que escolheu renunciar ao mandato. A candidatura de CP2 foi vinculada a uma disputa com relação à sua atuação no sindicato, uma vez que era necessário que CP2 saísse do sindicato por determinada justificativa, de modo que CP2 poderia se tornar uma liderança que ameaçava os interesses desse vereador não nominado. Destaca-se:

Um amigo meu aqui do sindicato [...] veio e falou comigo: ó o fulano [que era vereador na época] veio e falou comigo e disse que tu és uma pedra no sapato dele, que ele está muito de olho em ti porque tu podes ser uma liderança, eu disse: eu nunca pensei em ser candidato, mas então eu vou me lançar. Fui o mais votado do PMDB, dos nove eu fui o mais votado mas renunciei 9 meses antes [de terminar o mandato], porque eu fui comprar uma panela, a gente como vereador tinha 6, 7, 8, 9 testemunhas de casamento por mês, e eu fui comprar um jogo de panela para dar para uma testemunha minha. Aí eu vi que uma senhora chegou lá, olhou e disse: quanto é esse jogo de xícara ali? Ela estava comprando também, era um sábado de manhã no Fretta<sup>29</sup>, responderam: aquilo é tanto. Ela olhou para mim e disse: e que inflação desgraçada e esses vereadores o que fazem lá na Câmara? Como se a inflação fosse dos vereadores. Aí eu disse para minha esposa na hora: segunda-feira eu renuncio, não quero mais, chega [CP2].

O que culminou na renúncia por parte de CP2, ao que demonstra o trecho acima, foi uma situação em que uma cidadã de Criciúma o questionou sobre a inflação e como isso gerou um mal-estar em CP2 visto que os vereadores não tinham ingerência sobre a inflação. O mandato terminava em 1993 e a renúncia foi nove meses antes de findar o mandato, crê-se então que esse momento citado aconteceu no início no primeiro semestre de 1993.

---

<sup>29</sup> Fretta é uma loja de departamento existente em Criciúma desde 1958.

Percebe-se que a inflação foi um tema recorrente nas falas dos entrevistados de todos os campos, é algo que foi explanado, às vezes como uma justificativa, às vezes como uma narração de um momento que marcante, como aconteceu com CP2, em que as consequências da inflação foram um pano de fundo para a sua renúncia. Na sequência, CP2 além de colocar o motivo de ter se candidatado a vereador, colocou também o motivo de ter entrado na política, ou melhor, releva que não tem certeza sobre o entrar, mas diz que sabe por que estava lá:

Para ser bem sincero querida, eu nem sei por que entrei. Sei por que estava lá, sei para o que estava lá, que eram avanços sociais, mudanças [...] também poder defender algumas coisas dos trabalhadores lá na câmara, fazer algumas denúncias importantes. Era uma Câmara muito ativa, eu digo que a câmara municipal daquela época, mesmo respeitando todas e sei que depois da nossa teve umas duas de muito debate e enfrentamento entre os vereadores, mas a nossa era terrível, porque nós tínhamos vereadores ricos da cidade, empresários e que representavam a extrema direita e contrário aos avanços sociais e nós entendíamos que tinha que avançar, que precisava haver participação do próprio estado, da União. Isso que me fez estar lá, mas quando eu vi, eu dizia sempre assim ó: para que ser vereador? Se você pede: vereador terminamos a Lei Orgânica, que foi um período de muito trabalho, muitas reuniões, muitas discussões e eu era representante da Comissão do Trabalho, inclusive greve de mineiros na época, enfrentamento de mineiros com a polícia, com o exército [...]. Eu dizia às vezes na tribuna, o prefeito parece que é o maior jogador de basquete a gente faz indicações aqui para patrolamento de rua, porque os vereadores fazem muito isso, não quer dizer que faça só isso...patrolamento de rua, colocar luz no poste, mudar a placa da rua e o prefeito toda indicação que o PMDB e o PT, ele amassava e jogava na cesta, é o maior cestinha [CP2].

Também se nota nessa parte da narrativa de CP2 a questão da greve dos mineiros, que foi algo mencionado também por parte de CP4. Além dessa visão de transformação social, que é presente em mais de um momento nas falas de CP2, aparece também a questão da dificuldade dessa legislatura, dos enfrentamentos ferrenhos e da oposição ao governo executivo.

Em 1988, houve uma greve em virtude do não reajuste salarial de 145% para os trabalhadores de carvão da mineradora Próspera, o que deflagrou uma greve de 40 dias, que teve seu fim após um confronto violento entre os manifestantes (apoiados pelos comerciantes) e a polícia. Ainda em 1988 e no ano de 1989 novas greves ocorreram diante da demissão de 680 trabalhadores pelo fechamento de duas minas de carvão, uma em Siderópolis e uma em Içara. Após isso, com a eleição do presidente Fernando Collor se iniciou uma série de privatizações de cunho neoliberalista, as mineradoras não ficaram de fora dessas privatizações, com a privatização da mineração Próspera que fazia parte da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (MONTEIRO, 2017).

Com a iminência dessa privatização, 1500 trabalhadores do setor de carvão receberam seus avisos prévios de demissão, o que deflagrou uma nova greve. Nesse momento se criou, dentro da organização dos trabalhadores, um movimento para pautar a viabilidade da empresa, de modo que representantes dos trabalhadores, do sindicato e juntamente com dois vereadores, foram para Brasília pautar essa viabilidade. Os trabalhadores pediam apoio ao governo estadual e criticavam o governo local, do prefeito Altair Guidi, alegando sua inércia em relação às pautas defendidas pelos mineiros.

A greve, iniciada em 1990, perdurou até 1991, com diversos acontecimentos até mesmo após a licitação concluída, isso porque a mineradora foi vendida à Realdo Guglielmi que, em acordo, se comprometeu a recontratar 80% dos trabalhadores, no entanto não cumpriu o acordo, o que gerou novos embates. Somente em dezembro de 1991, em novo acordo, que cerca de 200 trabalhadores foram recontratados. Após, houve ainda a abertura de inquérito por conta de incêndios e invasões realizadas pelo Comando dos Mineiros, com a acusação de 11 membros (MONTEIRO, 2017). Quanto às greves que se instalaram no período, além da greve de mineiros, ocorreu também a greve dos servidores públicos<sup>30</sup> de Criciúma.

CP3 de forma espontânea fala sobre a sua base eleitoral, por ter sido servidor público federal ligado à previdência, tornando o apoio aos aposentados a sua pauta principal:

Eu não vou te narrar ir a Brasília tratar de assuntos de previdência como eu ia, dos aposentados [...] até cassar um presidente [...] na época tiramos o Collor que saqueou a poupancinha dos aposentados que eles tinham guardado [...] Só para tu ir sabendo, meu caminho era ir a Brasília para ajudar os aposentados que eles que me candidataram e me elegeram, foram eles que escolheram o partido que eu ia me candidatar, me elegeram três vezes para mim ajudá-los (sic) [CP3].

Na referida fala é possível perceber a vinculação direta do entrevistado com os aposentados, inclusive no que diz respeito à escolha partidária e às subsequentes aparições de CP3 como vereador em Criciúma. CP3 fez parte da bancada do PMDB, em comparação às demais falas da oposição, a de CP3 aparece de forma mais velada:

O prefeito não ia na Câmara, mas ele mandava os vereadores dele [...] Eu dentro de uma lógica de um futuro melhor para a cidade e para as pessoas e alguns também, mas com medo porque tu és beneficiado com poder, eu não era de situação, eu era de oposição, mas a minha posição se eu fosse de situação ou oposição não mudava. O prefeito podia ser do meu lado [...] não pede isso para mim, que eu lido com isso,

---

<sup>30</sup> As greves dos servidores públicos de Criciúma foi tema de dissertação no PPGDS/UNESC e pode ser consultada em Felício (2015).

a minha realidade que eu vivo na carne, eu senti. Isso eu dizia lá como oposição e disse como situação [CP3].

Mais velada no sentido de falar sobre os próprios posicionamentos ou uma certa compreensão em relação à posição de alguns vereadores que almejavam uma melhoria para a cidade, mas que eram amarrados ao poder que tinha beneficiado eles em algum momento. Na sua fala, percebe-se essa marcação entre como alguns tinham medo, contudo ele não possuía esse medo, nem quando foi oposição nem quando foi situação de enfrentar o prefeito.

Sobre o momento das eleições, o entrevistado CP4 ressalta que em Criciúma, as disputas políticas eram acirradas: “Eu confesso, assim, que as disputas entre os partidos, as discussões assim, eram muito acirradas [...], era um partido querendo denegrir o outro, isso foi uma coisa que me marcou na época assim, de querer desmoralizar o candidato em si né” [CP4]. Essa fala, relacionada à questão de disputas nas eleições, ao que tudo indica, permaneceu presente durante o mandato.

O seguinte trecho da fala de CP1<sup>31</sup> demonstra que essas disputas permaneceram:

Se não tivesse discutido lei orgânica, olha.... Poderia dizer que tinha feito uma passagem inexpressiva por dentro da câmara de vereadores, a não ser umas briguinhas políticas de ir para a tribuna, tirar fundo de um partido A ou B e tal, e aquela coisa de mais à direita ou mais à esquerda [CP1].

CP2<sup>32</sup>, ao falar sobre as relações de disputas, apresenta considerações mais leves e de entendimento sobre o que foi feito na época. Demonstra, em suas falas, uma certa compreensão em relação às decisões do executivo para, em seguida, considerar que a diferença entre a situação e oposição era uma questão de situação financeira. Há a utilização do termo “eles”, demonstrando essa cisão: “eles tinham vereadores muito bons de discurso, muito forte e que geralmente era um pessoal de uma situação econômica e financeira bem melhor, então não se preocupavam muito né” [CP2].

CP2 possuía uma visão de que a oposição detinha bandeiras mais progressistas: “nós éramos maioria, o PMDB tinha 9 vereadores e o PT tinha 2 [...] aí nós éramos 11 então nós avançávamos, então no PMDB tinha assim pessoas bem progressista [...] vereadores que pensavam também muito numa melhoria na situação social né, da pobreza” [CP2]. Assim como o entrevistado utilizou o termo “eles”, nesta fala utilizou o termo “nós” justamente para

---

<sup>31</sup> O entrevistado CP1 foi vereador durante o mandato de 1989 a 1992 em Criciúma, ligado a bancada do PMDB na câmara de vereadores. Foi Vice-prefeito de Forquilha durante dois mandatos 1993 -1996 e 2001 a 2005.

<sup>32</sup> Foi vereador em Criciúma de 1989 a 1992, na ocasião integrava a bancada do PMDB. O entrevistado é ligado ao movimento sindical.

marcar a situação e a oposição, mesmo em nenhum momento tendo utilizado o termo oposição durante a entrevista.

A Câmara de Vereadores de Criciúma, no período em questão, foi turbulenta, iniciando inclusive com a votação para a presidência da casa legislativa em que houve relatos de confusão entre vereadores da oposição e situação, uma vez que, em teoria, a oposição era maioria e elegeria o vereador José Tadeu Mossmann Rodrigues para a presidência. Contudo, Arnaldo Paulo Ribeiro foi eleito, também da oposição, porém com a ajuda da situação. Ao ser perguntado sobre o processo de situação e oposição na Câmara de Vereadores, CP4 relembra esse momento, explicando como obtiveram a maioria para a situação:

Eu tinha um bom relacionamento [...] com o falecido já Arnaldo Ribeiro e me deram a incumbência de conversar com o Vereador Arnaldo que era do PMDB, qual era a possibilidade de ele vir a somar conosco e ele foi bem enfático: eu voto com vocês se vocês me elegerem presidente da Câmara, então nós aqui, nós tínhamos 10, com mais o voto dele, 11, iria empatar ele ia se eleger presidente da Câmara [...] ele disse assim: meu sonho é ser presidente da Câmara [...] então vocês prometendo os 10 votos em mim eu me elejo presidente e eu passo a compor com vocês [...] Depois eu fui líder da bancada, na reunião os 7 mais os 3 concordaram, nós votamos ele desempatou e ele foi o presidente da Câmara e a partir disso ele foi muito sacrificado principalmente pelo PT e pelo PMDB [...] Ele se desfilou do PMDB, ficou sem partido e foi até o fim do mandato votando com nós [CP4].

É possível perceber que tanto os entrevistados de situação quanto os de oposição, em determinado momento, explanam que tiveram a maioria da Câmara de Vereadores, porém na fala dos de oposição esse momento de perda da maioria não foi mencionado.

Com a CF de 1988 sendo promulgada em 5 de outubro daquele ano, gerou, nos estados e municípios, a necessidade de constituírem suas legislações próprias adequadas à Lei Maior (nos estados, as Constituições Estaduais, e nos municípios, as Leis Orgânicas). Os deputados estaduais e os vereadores municipais receberam, respectivamente, essa incumbência. Adentra-se, assim, na questão da percepção dos entrevistados sobre a atividade de escrever e organizar uma LOM e sobre as alterações sentidas a partir de uma nova CF.

Arretche (1999) evidencia que, durante a década de 1980, no processo que se consolidou com a CF/88, houve uma aproximação de discursos, tanto da esquerda quanto da direita, sobre a relação entre democracia e descentralização. Existiam duas correntes que se aproximavam sobre a questão de que o local em que se processavam as decisões políticas viabilizava a realização da democracia.

Pode-se perceber em dois trechos da entrevista realizada com CP1 que esse ideário estava presente no momento, uma vez que o entrevistado relaciona a questão da

descentralização presente na CF/88 com novas relações entre o estado e o cidadão, e a questão de democracia:

A constituição veio para determinar realmente o papel da federação, o papel do estado, o papel dos municípios, qual era definição do papel do legislativo e executivo, o judiciário, o ministério público, que não existia. Então assim, a gente sentiu que na prática realmente o que se vivia antes da constituição era de um jeito e com a nova constituição começaram a surgir novas formas dessa relação, vamos dizer assim, Estado-cidadão. [...] Inclusive a lei orgânica... ela é consequência da Constituição [...] ela exigiu que os Estados e Municípios fizessem as suas constituições estaduais e no município a nova lei orgânica. Então realmente foi um período que nos deu muito trabalho legislativo, porque fazer toda uma nova lei orgânica na nova concepção democrática de uma constituição que inovou imensamente toda a relação estado cidadão. Tanto assim que a constituição na época, e ainda perdura até hoje, é tida como a Constituição cidadã, porque ela criou os direitos e se tornou uma constituição mais de cunho social. Então nós trabalhamos intensamente na lei orgânica mais ou menos no mesmo sentido que foi o trabalho de fazer a constituição federal e estadual [CP1].

De acordo com Abrúcio (2005), houve o renascimento da federação brasileira a partir da redemocratização, contudo, é necessário observar a coordenação intragovernamental, de acordo com a realidade nacional. A competição na federação entre os entes federativos é vista de forma positiva para o autor, uma vez que possibilita aos cidadãos observarem e avaliarem diferentes tipos de governo.

No caso brasileiro, Abrúcio (2005) pontua que os governadores, tiveram fundamental importância na redemocratização, e que não é por acaso a eleição de Tancredo Neves perante o Colégio Eleitoral, uma vez que o mesmo era governador. No mesmo sentido, os municipalistas tiveram participação nesse processo, inclusive alguns pontos da CF/88, principalmente associados à ideia de descentralização à democracia.

Nesse sentido, houve a participação de atores, nesse novo federalismo, que buscavam fortalecer os entes subnacionais e, entre eles, alguns que buscavam a democratização do plano local. Esse processo foi marcado por uma profunda descentralização, tanto política quanto financeira (ABRÚCIO, 2005).

No entanto, como salienta Arretche (1999), não significa dizer que os princípios democráticos não possam ser realizados em moldes de descentralização, contudo, este não é um parâmetro único, como se em governos centralizados não houvesse democracia, uma vez que o deslocamento do poder para além dos governos centrais pode gerar a dominação, nessas novas instâncias de poder. Abrúcio (2005) encaminha no sentido de que se não houver mudanças efetivas nas instituições subnacionais e na relação da sociedade com os governantes, a descentralização não levará necessariamente à democracia.

É o que se percebe na fala de CP2:

Na verdade, depois da Constituição, da aprovação, foi um momento assim [...] de muita indecisão e agora, uma nova Constituição o que que vai acontecer aí inclusive falaram em aumentar o mandato do vereador de 4 para 5 anos para coincidir junto com as eleições de governo, houve aquele trabalho todo nos próximos anos, 80 e foi 90 a aprovação da lei orgânica [CP2].

Nos trechos da entrevista com CP3<sup>33</sup> é possível observar um fator levantado por Abrúcio (2005): em que pese o novo momento para os municípios que recebem o *status* de ente federativo no mesmo patamar que os Estados e a União, houve uma sequência hierárquica jurídica em relação à Constituição Federal e à Constituição catarinense, uma vez que estas não poderiam ser contrariadas formalmente.

Na primeira fala de CP3, destacada abaixo, também é possível observar a existência de uma lei orgânica anterior, que se traduz na regulamentação que era realizada por cada Estado. Em Santa Catarina, a regulamentação era feita pela Lei Complementar nº 5, de 26 de novembro de 1975:

[...] é surgiu a lei orgânica [...]; eu não sabia que os vereadores novos iam ter responsabilidade sobre a lei orgânica, alguém dizia que íamos ser os legisladores da lei orgânica se tu te eleger. Mas aí eu achava, ah mas lei orgânica já tem né. Mas aí depois é que eu [percebi]: não, agora tem que fazer uma nova para se adaptar ao que determina a lei maior, agora ela tem artigos aqui que não podem mais ser utilizados. [...] a lei orgânica, que a gente passava sábado e domingo lá dentro, só separando as emendas, tu acredita? Reuniões, mas aí todo mundo passou a ter conhecimento em todas as áreas, a gente tinha pilha assim: isso aqui é para educação, meio ambiente esse aqui é da saúde. E todos os outros. Então, mas aí ficava estudando e até ver a constitucionalidade né aquilo que realmente podia ser discutido e ser votado, porque às vezes existiam as duplicatas [CP3].

Segundo consta na LOM, foram constituídas comissões e a organização das mesmas se dividiu em: a) sistematização, que teve como objetivo a organização da LOM, desde o regimento interno até a votação para aprovação final; b) capitular I, que tinha como competência discutir o município e seus poderes, versando sobre a competência municipal, os poderes executivo e legislativo e o processo legislativo; c) capitular II, que versava sobre a parte de tributação e orçamento, que discutiu todo o sistema tributário municipal, quais as competências ligadas a essa matéria e as finanças públicas.; d) capitular III, que teve como objetivo discutir as questões de ordem econômica e social, ligadas ao desenvolvimento

---

<sup>33</sup> Foi vereador por três mandatos em Criciúma, de 1989 a 1992, 1993 a 1996, 1997 a 2000. Em seu segundo mandato foi presidente da Câmara de Vereadores. O entrevistado é ligado aos aposentados.

urbano, habitação, desenvolvimento rural, saúde, assistência social, educação, cultura, desportos, meio ambiente, administração pública e família (CRICIÚMA, 1990b).

A organização das referidas comissões aparece nas falas dos entrevistados, como verifica-se nos trechos de CP1 e CP4:

[...] se criou as comissões temáticas e em cima das comissões temáticas cada vereador se encaixava, não lembro bem se em duas ou três comissões temáticas, faziam as audiências e vinham as demandas e depois se sistematizava isso, fazendo a redação ou a proposta de redação final depois para votação em plenário dos vereadores [CP1].

A discussão assim, foram formadas as comissões né, nós tínhamos um assessor que se chamava assessor parlamentar, um assessor assim com um vasto conhecimento da lei orgânica dos Municípios, que nos assessorava né [CP4].

Para a votação da Lei Orgânica, segundo o artigo 29 da CF/88, é necessário para aprovação o voto de 2/3 dos vereadores, em votações que ocorrem em dois turnos com um intervalo mínimo de 10 dias entre as votações (BRASIL, 1988). Assim, como destaca CP1, “[a votação] era dividida por questões temáticas, então assim, eu não devia estar no grupo de vereadores que fazia discussão desse tema [...], mas no plenário, ou num primeiro momento pós-sistematização, a gente tinha discussão própria de cada grande tema” [CP1].

Foi a partir destas comissões que os incentivos à FUCRI foram discutidos na comissão capitular III, o que será abordado no próximo capítulo.

### 3.2 O CAMPO UNIVERSITÁRIO: A FUCRI/UNESC

A FUCRI passou por um período de mudanças durante o final da década de 1980 e 1990, tornando-se UNIFACRI e, posteriormente, UNESC. Esse processo de transformação em universidade seguiu o ritmo de transformações das faculdades fundacionais de Santa Catarina que, por esse mesmo período, foram se transformando em universidades. Esse movimento das instituições comunitárias de ensino superior foi motivado pela autonomia e a competitividade que resultava em ser universidade (BASTIANI; TREVISOL; PEGORARO, 2018).

Aos serem questionados sobre o processo de transformação da FUCRI em UNIFACRI e, posteriormente, em UNESC, os gestores entrevistados apresentaram visões semelhantes e fizeram explicações de como estava organizada a instituição.

CF1<sup>34</sup> coloca a existência das quatro faculdades e a aprovação prévia do Conselho Federal de Educação, após esse momento a competência para o acompanhamento do processo se tornou estadual e foi realizado o acompanhamento nesse âmbito:

Então, assim, na época a gente tinha 4 escolas, sabe, educação física, engenharia, pedagogia, ciências. Então, 4 escolas, cada escola tinha um regimento independente e para transformar em universidade teria que unificar todas essas escolas em um regimento só. O que nós chamamos na época de Unifacri, União das Faculdades de Criciúma, sabe. Pode perceber que a Unifacri é um pré-estágio da UNESC, então, em aprovando a Unifacri desencadeamos o processo de transformação da FUCRI em UNESC, passando pela Unifacri, daí desencadeamos, conseguimos aprovação do Conselho Federal em Brasília, naquele ano, da nossa aprovação lá em Brasília era a última sessão do Conselho Federal de Educação que seria e foi extinto depois daquela sessão, passou a se chamar Conselho Nacional de Educação. Então, quando o Conselho Federal, nos aprovou, aprovou a UNESC o projeto, o nosso projeto veio para acompanhamento pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina sabe, aí passou todo aquele processo de acompanhamento e monitoramento até a transformação em UNESC [CF1].

Sobre esse processo de transformação, CF3<sup>35</sup> ressalta os trâmites internos da instituição e as dificuldades e esforços despendidos para a realização desse processo:

Ah isso foi um processo muito intenso e quem estava lá não tem como não lembrar [...] já havia sido então aprovada o que se chamava na época uma carta consulta de transformação de uma união de faculdades em universidades, eu mesma nem entendia bem como é que era isso, o que que isso impactava na vida das faculdades [CF3].

Chama a atenção a questão de que foi um processo marcante para quem estava no processo e como CF3 explana a dificuldade, até mesmo para os que estavam envolvidos, de compreender a dimensão da transformação. Como CF3 estava ligada diretamente às questões técnicas desse processo, na sua fala é constante a lembrança desses momentos:

Lembro até hoje a elaboração do relatório nº 8 e que era de uma projeção financeira da entidade para os próximos talvez 5 anos, talvez 10 anos, eu agora também não lembro. O relator responsável era um contador que era mestre em contabilidade que era raríssimo na época, um mestre em contabilidade era um professor da universidade de Blumenau e a gente até foi a Blumenau para entender como montar esse relatório. Esse relatório nº 8 ele tinha que ter a projeção de crescimento de alunos, de infraestrutura, de receita, de despesa, de patrimônio, de contratações de professores, de capacitação de professores [...] tudo isso então isso dava assim um volume de informações muito significativo [CF3].

---

<sup>34</sup> O entrevistado foi gestor da FUCRI durante os anos de 1989 a 1993, atualmente permanece como professor na Universidade.

<sup>35</sup> Esteve presente dentro da gestão do entrevistado CF2, principalmente ligada às questões administrativas da instituição, foi pró-reitora de administração e finanças da IES.

Dessa forma, para CF3 uma das dificuldades estava na ordem técnica dos processos de transformação e a necessidade de buscar essas informações fora da região da IES. CF3 expõe como foi realizada a busca por pessoas capacitadas e como era difícil encontrar mestres, como era raro. Vale destacar uma observação que aparece em outro momento na entrevista com CF2: “nós não tínhamos mestrado né, não tínhamos doutorado, nós não tínhamos mestres ou doutores né a gente teve que aos poucos ir compondo essa massa crítica” [CF2]<sup>36</sup>. As falas demonstram tanto a ausência desses mestres e doutores na região, como a necessidade deles para andamento do projeto de universidade.

CF2 retoma a história das quatro faculdades, mas coloca que esse desejo não era algo que foi construído assim que iniciou o processo, mas que vinha sendo desenvolvido anteriormente, principalmente visando a questão da autonomia universitária para a criação de cursos.

É uma história que começa nos anos 80 né, que a gente começou a sentir cada vez mais a necessidade né de buscar essa autonomia universitária. Porque até então a gente ficava preso às decisões e deliberações do conselho para tudo que a gente tivesse necessidade de expandir: curso, sede, enfim e em 1989 eu fui eleito diretor [...] da Faculdade Ciências Educação de Criciúma e nessa data já tinha um processo em andamento né começou em 1980, 1985, 86 até um pouco antes [CF2].

Bastiani, Trevisol e Pegoraro (2018) ressaltam sobre como esse processo de transformação em universidade propicia uma maior facilidade para criação de novos cursos, assim como atrai mais alunos e professores capacitados. Nesse sentido, CF2 realiza um comparativo com a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)<sup>37</sup>, que já tinha se tornado uma universidade em 1989 e como existia essa diferença de autonomia citada anteriormente:

A Unisul começou a criar novos cursos e aqui na época né a FUCRI permanecia sem ter essa possibilidade, os dirigentes da época não entendiam né que tinha essa necessidade urgente e era um grupo né como a relação que a FUCRI tinha com a Prefeitura Municipal. Era uma extensão política da atuação né o líder político do município isso criou de certa forma uma condição né de que um grupo assumisse né a direção da FUCRI na época e tinha uma identidade política né os prefeitos indicavam diretor-executivo e tinham uma influência muito grande no conselho técnico pedagógico [CF2].

---

<sup>36</sup> O entrevistado foi gestor da FUCRI durante os anos de 1993 a 2001, anteriormente a esse período foi professor e diretor de uma das faculdades isoladas que deram origem a Unifacri.

<sup>37</sup> A Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) era uma universidade comunitária que foi vendida para a iniciativa privada, deixando de figurar entre as comunitárias de Santa Catarina.

Além da consideração sobre a criação de cursos, outro momento que chama a atenção na fala de CF2 é a questão do campo político como um impeditivo ou uma barreira a ser transposta no processo de transformação em universidade. CF2 coloca a universidade como sendo diretamente ligada ao poder municipal, existindo essa influência dentro da universidade. Cabe considerar que, como explicam Bastiani, Trevisol e Pegoraro (2018), em Santa Catarina, as instituições comunitárias foram criadas pelos poderes municipais com a intenção de trazer a educação superior para o interior do estado e, conseqüentemente, tornar os municípios mais atrativos; das instituições presentes no sistema ACADE, somente a UDESC foi criada pelo poder estadual e figura entre as comunitárias.

O voto universal aparece tanto nas lembranças de CF1 como de CF2. CF1 colocou a questão quando foi questionado sobre a sua percepção acerca do período conturbado para a instituição durante as décadas de 1970 e 1980. Enquanto CF2 apresenta essa lembrança ao ser questionado sobre o processo de transformação da instituição em Universidade.

CF1 diz o seguinte:

Olha, eu penso que esse movimento se dava por uma luta por democracia, para que o diretor presidente, hoje o reitor, fosse eleito por voto direto e universal, sabe, o que não acontecia antes. Houve diversas manifestações, lutas, entre aspas, buscando esse objetivo então está aí, as lideranças conseguiram, estudantis... eu acho, eu penso, nessa época eu era apenas aluno, daquelas alunos que trabalhavam fora o dia todo, vinha na aula aqui a noite quando tinha qualquer movimento, ah não vou lá porque não vai ter aula, pouco participante, naquele momento, entendeu, mas tem que louvar, quem trabalhou, quem lutou para buscar a concepção desse objetivo, porque foi positivo, a aprovação foi positiva. A UNESC, a FUCRI na época era talvez uma das únicas, se não a única em Santa Catarina, no Brasil, onde os gestores eram eleitos e são hoje eleitos por voto direto e universal. Significa dizer, que a mulher que está ali limpando, passando um pano, que é uma zeladora ela vale um voto. Aquele homem que está lá plantando flores, que está caprichando naquele jardim, no nosso lindo, florido campus, ele também vale um voto, nos todos aqui dando aula, em sala de aula, valem um voto. Um aluninho que entra no colégio UNESC no primeiro ano, quando chega aos 16 anos ele vale um voto, então todos nós temos o mesmo peso é uma coisa democrática, é uma conquista mesmo, das lutas daquele tempo, daquela época que tu te referiste ali no começo, foi o resultado de toda essa dedicação, foi buscado e conseguido com a eleição por voto direto e universal, que o contrário disso, poucas pessoas sabem é o voto paritário, que nós conhecemos instituições que se 100% dos alunos forem contra, eles valem 20% do colegiado de votos, o outro 30% é de funcionários e 50%, 70% é de professores, de tal forma que alunos são sempre minoritários, o peso de votos deles, aqui na UNESC não, nós somos todos iguais, todos valem o mesmo peso, a mesma densidade eleitoral [CF1].

Dessa passagem, pode-se extrair algumas considerações: inicialmente, a presença do movimento estudantil e a questão de uma luta por democracia. Outra questão a ser percebida na fala de CF1 é a questão do seu não envolvimento como aluno e o reconhecimento de que nesse período não era participativo, porém compreende os agentes que

fizeram o movimento, e entende ter sido positivo. Após essa contextualização, o entrevistado explica o que significa o voto ser universal e ressalta o fato de a UNESCO/FUCRI figurar, na época, como uma das, se não a única, instituição a ter o voto universal em comparação à votação paritária de outras universidades.

Cabe, então, um comparativo entre as falas de CF1 e CF2 sobre a questão, para uma complementação da narrativa e novos agentes que aparecem nas falas. CF2, além de considerar o movimento estudantil como foi CF1, também considera o executivo municipal:

O movimento estudantil né junto com lideranças e alguns professores [...] em 1982 havia tido as eleições municipais e foi eleito na época José Augusto Hülse que era do MDB na época né então oposição ao que se tinha antes, de uma sequência né de prefeito do mesmo campo da direita e aí então o prefeito assumiu e nas propostas que haviam sido trabalhadas ele havia assumido o compromisso de democratizar a FUCRI, com os estudante, com a população enfim e aí quando ele assumiu foi isso que ele fez né, [em] 83 ele iniciou e não foi possível porque aí houve aquele aquela questão judicial ao final de 82 e aí ficou dois anos, no meio de 84 se restabeleceu a lei e aí ele iniciou então processo de democratização da universidade em 1985, foi eleito o primeiro diretor-presidente dentro das novas regras que eram voto universal né voto direto e universal, primeiro reitor foi o professor Antônio Milioli, de 85 para 86, e daí estão se seguiu eleições desta natureza ele teve apenas um ano de mandato, mandato tampão [CF2].

Quando CF2 fala sobre “aquela questão judicial” se refere ao momento em que houve dois diretor-presidente na instituição: um indicado pelo conselho técnico pedagógico e um indicado pelo prefeito, no formato em que estava na lei. Houve então a judicialização da questão e o diretor presidente indicado pelo prefeito foi mantido no cargo.

Percebe-se na fala supracitada que o executivo municipal, além do movimento estudantil e dos professores, se comprometeu a democratizar a FUCRI. Após esse período, houve a gestão do professor Antônio Milioli que foi diretor-presidente por um ano, para que pudesse organizar a votação e estabelecer quem seria o diretor-presidente para uma gestão de 4 anos.

CF1 e CF2 falam sobre redemocratização, sobre buscar por democracia dentro da IES. No entanto, CF2 contextualiza com o momento do país, em que essa não era uma pauta somente dentro da instituição, como também era a nível nacional e local, no executivo, inclusive fala sobre o rompimento de uma sequência de prefeitos alinhados à direita. O entrevistado ainda vai além em sua contextualização:

A gente tem que lembrar que a gente vinha num período ditadura militar final de um processo e estávamos reiniciando o processo de democratização, tanto que, em 1982, foi um primeiro passo, assim, importante né com relação a essas questões da política né. Muitos prefeitos de oposição assumiram, muitos governadores posteriormente de oposição assumiram nos estados nós chegamos a ter, se não me falha a memória, 23

estados com governadores de oposição [...] mas houve uma reviravolta do ponto de vista político né. E então aquele processo se alongou até que esses governadores, que depois dos prefeitos pudessem ir assumindo e protagonizando um outro status na política no país né, o processo de redemocratização foi vindo lentamente assim né. E esse processo ajudou bastante né porque essas, pelas amarras que a 477 trazia, por exemplo, contra o movimento estudantil, ele foi revogado, desconsiderou-se inicialmente, depois foi revogado né junto com todas as leis de exceção né que foram criadas na época de perseguição para aqueles que eram contra e tentavam organizar um movimento a gente passou aqui ainda um pouco por isso né, a gente tinha aqui muito acompanhamento de membros da polícia né, espíões, que no movimento estudantil, na própria universidade, contratação dos professores, ele já não era mais tão ostensivo, mas ainda existia [CF2].

Essa fala traz como esse desejo por democracia foi adentrando os muros da IES e como o período de ditadura militar também era sentido dentro da IES, que existia esse acompanhamento por parte do regime militar sobre o que acontecia na instituição e como o processo de redemocratização foi chegando lentamente por meio das alterações nos governos estaduais e nas prefeituras e, por conseguinte, na IES.

A inflação da época aparece como uma contextualização e também como uma justificativa nas falas dos entrevistados ligados à FUCRI. Inclusive, com a fala de CP1 sobre a necessidade de fazer empréstimos pessoais, o papagaio<sup>38</sup>, em que era necessário fazer um empréstimo atrás do outro, pois a instituição não possuía mais crédito nos bancos para isso.

Foi tudo uma questão de negociação, gatilho, disparou o gatilho, aí chamava as lideranças estudantis e falava: oh, disparou o gatilho, agora é mais 10%, mais 5%, mais 1%, para poder acompanhar a atualização e também acompanhar a folha de pagamento. Mas, no geral, eu passei toda a minha gestão, fazendo papagaio, para quem não sabe o que é, é empréstimo bancário, como a FUCRI não tinha crédito [CF1].

Como professor no período de inflação, CF2 coloca que algumas decisões eram tomadas sem o conhecimento por parte da comunidade acadêmica do que estava acontecendo e explicita as divergências entre os professores e a gestão, em especial a questão salarial. Lembra que as folhas de pagamento dos professores estavam atrasadas e que foi oferecido um aumento de 20% aos professores, no entanto coloca que a proposta foi rechaçada “[...] porque nós sabemos [...] se você está numa situação X sem o 20% de aumento e não consegue pagar em dia, tem que parcelar, não consegue repassar o mínimo que é devido, como que você vai fazer isso com 20%? Então era uma oferta sem lastro [...]” [CF2].

---

<sup>38</sup> Papagaio é uma gíria utilizada para definir os empréstimos bancários pessoais feito para cobrir outras dívidas.

CF3, que entrou na FUCRI em 1992, destaca o seguinte:

Em 92, quando eu entrei lá, a FUCRI estava passando por um processo delicado de sustentabilidade, equilíbrio financeiro, tínhamos salários atrasados, tínhamos encargos atrasados e foi um processo bastante demorado para gente equacionar isso e ter todas as CMDS, [...] porque tudo isso impactava em credibilidade para transformação e o reconhecimento como universidade se não tivesse todas as CMDS em dia todas as condições físicas e financeiras, não teria a credencial de Universidade [CF3].

Cabe considerar que CF3 possuía cargo técnico-administrativo, ao contrário de CF1 e CF2, que possuíam cargo de gestão e de docência. Isso pode refletir na preocupação que é expressada por CF3 sobre as credenciais e sobre sua visão mais técnica sobre o processo, inclusive, com sua participação vinculada justamente ao equacionamento e execução de relatório técnico para a transformação em universidade.

Um aspecto incontroverso entre CF1, CF2 e CF3 é sobre como a direção da IES era realizada por pessoas externas, sem a vivência da instituição. CF1 coloca que: “[...] na época era assim: os diretores candidatos a diretor presidente da FUCRI [...] davam o nome, faziam campanha e diziam Universidade Já, rumo à universidade, aí eles se elegiam e voltavam para as suas empresas, eles eram executivos das empresas lá fora” [CF1].

No mesmo sentido, CF2 coloca que:

[...] [faltava] para aquelas pessoas o conhecimento efetivo da instituição né. É posteriormente isso acabou se modificando porque o que acontecia, assim, as pessoas trabalhavam fora e o prefeito indicava para ele ser diretor executivo da FUCRI, diretor presidente da FUCRI e eles vinham aqui à noite, algumas noites para dirigir a instituição, então isso, esse distanciamento essa falta de vivência né da instituição acabava enfraquecendo a direção [CF2].

CF3 interliga os problemas sofridos pela instituição, tanto com a questão da gestão, ressaltando a não participação integral do diretor-presidente, quanto com o processo inflacionário e de inadimplência por parte dos estudantes, além do desequilíbrio nas contas da IES:

Eu não tenho assim uma percepção única, talvez algumas decorrências de não ter um processo de gestão bem definido, porque o presidente não fazia, ele não tinha expediente lá dentro ele era um presidente que não fazia expediente direto. Talvez o processo de gestão, o processo inflacionário comprometeu muito, porque os acadêmicos [que] não pagavam as mensalidades em dia ficaram inadimplentes, aí no final do semestre iam lá negociar; [a correção dos] juros era pesada e isso comprometia o fluxo de caixa da entidade. E, talvez eu não possa te afirmar hoje, [mas] talvez também [tenha] desequilíbrio de receita e despesa mesmo assim né [CF3].

A divergência acontece no momento em que CF1 apresenta como se mesmo após a eleição direta e universal essa prática de distanciamento entre a gestão e a instituição continuasse. No entanto, CF2 dá a entender que esse distanciamento acontecia enquanto os gestores eram indicados pela prefeitura, que isso se alterou com as eleições diretas para a gestão.

### 3.3 O CAMPO UNIVERSITÁRIO: DCE

O Movimento Estudantil (ME), a nível nacional, estava se reorganizando após o longo período de Ditadura Militar. Esse período de reabertura política fez com que o ME diferenciasse suas pautas e se reorganizasse, buscando a identificação tanto com pautas gerais, como com pautas específicas.

A década de 1980 pode ser configurada como um período de transição, pois nesse período tem-se a nível nacional, como bandeira, as questões voltadas à nova Constituição Federal, às eleições nacionais, à questão de reforma agrária e dívida externa, defesa de educação pública e gratuita, o que demonstra essas pautas gerais e a ligação com outros movimentos. Nesse período também inicia o surgimento de movimentos de estudantes negros, pautando a questão de democracia racial e de mulheres, pautando a questão de gênero, contudo esses movimentos ganhariam maior força em 1990 (MESQUITA, 2001).

Da mesma forma, no ME dos estudantes da FUCRI se percebe essa aproximação com pautas gerais. No panfleto de uma das chapas que concorreu à primeira eleição do DCE, por exemplo, se tem a participação efetiva na construção da Lei Orgânica Municipal de Criciúma, em um paralelo à discussão nacional da Constituinte.

Outro movimento que começou a ser pautado a nível nacional, foi a questão da institucionalização de bandeiras como, por exemplo, esporte e cultura dentro da organização da UNE, setorizando as discussões. Uma vez que essas pautas começaram a ser discutidas, era necessário colocá-las na instituição, para além dos debates (MESQUITA, 2001).

Mesquita (2001) explica que esse movimento de setorização, além de ser incorporado pela UNE, passou a ser incorporado pelos DCEs, algo que foi visível também no DCE da FUCRI. A partir do seu edital e do panfleto de proposta da chapa vencedora “Mobilização”, é possível perceber que teve a criação de setores ligados à cultura e esporte.

O Diretório Central dos Estudantes João Baptista Rita Pereda foi fundado, como dito anteriormente, em 1989. O entrevistado CME1<sup>39</sup> conta que o nome surgiu em um congresso de estudantes, em homenagem a um preso político da Ditadura Militar. No entanto, antes desse congresso, o nome do DCE era Don Paulo Evaristo Arns<sup>40</sup>. Como pontuam Costa e Costa (2020), a institucionalização do DCE surge como uma possibilidade de representação efetiva (“porta-voz”) dos estudantes da época.

Percebe-se nas falas dos entrevistados CME1 e CME2<sup>41</sup> como o período da Ditadura Militar foi marcante. Como os movimentos sociais haviam sido coibidos durante esse período, surgia uma motivação ainda mais forte para construção do DCE: “a gente reconstruiu, porque era um período logo depois da ditadura, então os movimentos sociais que sempre foram proibidos durante a ditadura começaram a se reerguer [...] a gente disse, vamos fundar o DCE, que era uma coisa que não existia” [CME1]. Cabe considerar que, no referido período, existiam apenas os Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos de cada curso da FUCRI.

CME1, ao falar sobre seu envolvimento com o movimento estudantil, relembra que já estava atuante no movimento secundarista de Criciúma: “É que [quando] eu comecei a estudar lá, eu tinha um irmão que fazia pedagogia, e ele era bem envolvido no movimento estudantil e a minha origem também, antes de entrar para fazer a faculdade, eu já fui, eu militava no movimento estudantil secundarista, em Criciúma” [CME1].

Cabe perceber que o movimento estudantil da IES, apesar de ter somente a constituição do DCE em 1989, já era um movimento estudantil forte, com inclusive diversas passagens que são rememoradas pelos estudantes da época e comentadas até hoje. Como, por exemplo, a greve de fome que ocorreu por questão das mensalidades, inclusive o irmão de CME1 e mais um estudante foram os grevistas.

Durante a década de 1980, os estudantes já buscavam uma organização, exigindo dos CAs e DAs da instituição, e nas manifestações entoavam “cadê o DCE?” (BITENCOURT, 2011), justamente por entenderem a necessidade de um órgão de representação. Esse período, como aparece nas falas de CME1, foi marcado pela inflação e, conseqüentemente, pela alta de preços das mensalidades, algo que foi pauta do movimento

---

<sup>39</sup> O entrevistado foi o primeiro presidente do Diretório Central dos Estudantes, atuava também como assessor na Câmara de Vereadores de Criciúma.

<sup>40</sup> Don Paulo Evaristo Arns nasceu em Forquilha, cidade divisa com Criciúma. Possuía atuação vinculada aos Direitos Humanos e ao trabalho pastoral. Entre suas publicações está o livro Brasil-Nunca mais, obra que traz documentos do período da Ditadura Militar no Brasil (FGV, 2021).

<sup>41</sup> O entrevistado estava na primeira gestão do DCE, assim como estava ligado ao Centro Acadêmico de Pedagogia.

estudantil da FUCRI, com e sem o DCE: “[...] a inflação chegava a 80%, então se esse mês pagava 100 reais na mensalidade, mês que vem tu pagavas 180, e o salário não acompanhava isso, e a mensalidade acompanhava e na época muita gente não tinha condições” [CME1].

A existência de lideranças estudantis anteriores aparece na fala de CME2: “[...] eu entrei num momento que já tinha uma geração de estudantes, uma liderança estudantil já fazendo toda a discussão do processo de reivindicação de maiores liberdades” [CME2]. Contudo, a necessidade de pautar o movimento estudantil e o DCE, por uma questão de autonomia, aparece também em sua fala:

[...] nós também sentimos necessidade de organizar o movimento estudantil porque ainda quando eu entrei aqui [...] a estrutura de organização de uma frente onde estava num modelo do regime militar, a estrutura do diretório muito estruturado, muito mais para se ter um controle dele. Então, quando nós fizemos movimento para organizar o DCE é para também ter mais autonomia, porque até então os diretórios ainda estavam com uma aquela cultura estrutural ainda muito presente do regime militar [CME2].

A questão de autonomia estava presente no período com discussões feitas por parte dos estudantes de Santa Catarina e no Brasil. A União Catarinense dos Estudantes (UCE), em documento intitulado “Ousar Lutar, Ousar Vencer”, coloca a necessidade de organização tanto da UCE como de sua base, constituída por Centros Acadêmicos e DCEs, de se organizarem, reabrirem e criarem os órgãos em todas as universidades (UCE, 1990).

A fundação do DCE contou com o apoio dos Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos da IES, além de outras instâncias, como, por exemplo a UNE e a UCE, como apontaram CME1 e CME2. Contudo, dentro do movimento estudantil, também houveram disputas, com duas chapas para a primeira eleição. Na fala seguinte, de CME1, é possível perceber sobre as disputas que ocorriam dentro do próprio campo:

Teve disputa, nós ganhamos com quase 90% dos votos, porque o pessoal percebia que era nós que nos movimentávamos, então chegou no dia da eleição... Claro, isso é uma visão nossa né. Isso é, a própria direita, que administrava esses cursos, lançou uma chapa, como sempre lançou, eles dominavam a UNESC, mas como a gente tinha praticamente todos os centros acadêmicos juntos, então, ganhamos de lavada [...] [CME1].

Medeiros e Castanho (2014) refletem sobre o processo vivenciado a nível nacional no que tange à vinculação partidária dos estudantes do movimento estudantil. Para alguns, nesse momento questionou-se se o atrelamento a partidos políticos não perderia o caráter de movimento estudantil, apontando que a UNE deveria ser apartidária. É interessante, portanto, observar que essa discussão não se restringiu somente à UNE; a chapa que venceu a primeira

eleição de DCE trazia, entre suas propostas e meios de ação, a desvinculação partidária e a desvinculação à direção da IES.

Na fala de CME2, percebe-se a afirmação sobre a participação dos estudantes nos órgãos nacionais e estaduais: “[...] a gente participava dos encontros estaduais, nacionais da UNE, e nós tínhamos essa clareza da necessidade de ter uma organização mais autônoma” [CME2]. Pode se considerar, para isso, duas questões: uma que reflete que a chapa opositora era de direita e relacionada à diretoria da instituição, e outra que reflete uma discussão que estava sendo feita à nível nacional sobre a presença dos partidos políticos no movimento estudantil, para que tenha surgido tal proposta na chapa.

Cabe, no entanto, considerar que o movimento estudantil estava inserido em uma instituição comunitária de educação, o que pode gerar embates diferentes dos vivenciados em IES privadas e em IES públicas, diante da particularidade apresentada pelo sistema fundacional. O público e o privado, discutidos por Fioreze (2017), Schmidt (2010) e Machado (2009), podem novamente ser evocados ao se tratar de movimento estudantil, sob a perspectiva de que o movimento estudantil em uma instituição comunitária trará recortes de suas particularidades, como, por exemplo, a questão das mensalidades, cobrada nas ICES.

Como aponta Pegoraro (2008), por muito tempo a mensalidade foi o meio de subsistência das ICES, diante do não envio de recursos pelas municipalidades para a criação das fundações educacionais. Há uma diferença substancial também quando adentra-se na questão do voto para a diretoria da instituição, algo que se aproxima mais das instituições públicas, ao se pensar na gestão democrática. Há, ainda, o adendo de que o movimento estudantil formado na FUCRI fez parte das reivindicações para o voto direto e universal na instituição, algo que não aparece nas falas dos entrevistados do movimento estudantil, contudo aparece na obra de Bitencourt (2011) e dos entrevistados do campo universitário ligados à gestão da FUCRI.

Esse movimento de voto universal e direto na instituição, apesar de não incluir o DCE, que não estava formado ainda, envolveu os centros acadêmicos e demais estudantes do período, que impulsionaram tanto a criação do DCE, quanto que a chapa dos entrevistados do movimento estudantil fosse eleita.

## **4 AS RELAÇÕES ENTRE OS CAMPOS PARA A CONSTRUÇÃO DO ARTIGO 129 DA LOM**

A política pública para Educação Superior no município de Criciúma iniciou com dois recortes, dados a partir da LOM e, posteriormente, pela Lei Complementar nº 1 de 6 de dezembro de 1990. O artigo 129 previu que seriam destinados investimentos à FUCRI no formato definido em Lei Complementar; desse formato, extrai-se dois recortes, 1) o de destinação de aporte financeiro para a ICES, para fomento de pesquisa, ensino e extensão, bem como infraestrutura e 2) as bolsas de estudos, destinadas às pessoas em situação de vulnerabilidade financeira e PcD.

Fontaine (2015) destaca que ao pensar políticas públicas é importante levar em consideração o contexto em que estão inseridas e como estas apresentam-se na fase final da política, definida anteriormente nesta pesquisa como um confronto de ideias que objetivam resolver os problemas de uma comunidade. Esse confronto de ideias é permeado por tensões e alianças. A preocupação de autores como Fontaine (2015), Farah (2011), Fonseca (2013) e Mainardes (2006) é que essas tensões e alianças sejam retiradas da criação das políticas públicas, como se elas fossem, de plano, algo pacificado.

Dessa forma, existem dois objetivos no presente capítulo: perceber como se deu a criação do artigo 129 da LOM, a partir da percepção dos campos, e observar a relação entre esses campos durante esse período de discussão. Quando se pensa na oralidade como fonte, em diversos momentos, questões debatidas no capítulo anterior reaparecem nesse capítulo e foram aqui mantidas, por fazerem parte também da discussão de uma política pública, do jogo de tensões e alianças e de como as narrativas são verbalizadas por parte dos entrevistados. Dessa forma, as divisões permanecem as mesmas do capítulo anterior, contemplando os 3 (três) campos: campo político, campo universitário/FUCRI e campo universitário/DCE.

### **4.1 O CAMPO POLÍTICO**

A partir do capítulo anterior, foi possível observar que existiam situações de embate dentro do campo político, entre situação e oposição ao executivo local, algo que se perpetuou em relação à discussão do artigo 129. Essas tensões e alianças são identificadas nas falas dos entrevistados, como se pode perceber no trecho abaixo, do entrevistado CP1:

Eu me lembro que houve uma discussão de bolsa de estudos, porque a bolsa de estudos era conforme o prefeito queria dar, dava para quem ele entendia que tinha direito ou que tinha compromisso político ou sei lá qual era o motivo. Então era de livre, vamos dizer assim, doação do prefeito ou da equipe da prefeitura [CP1].

No entanto, destaca-se que previamente existiam 200 bolsas de estudos para alunos com hipossuficiência econômica, que eram repassadas a critério dos vereadores e que serviam, em grande medida, para obtenção de apoio político. O que se observa, então, é um indício de tensão dentro do próprio campo. Essas 200 bolsas e, inclusive, com recurso para a FUCRI, estavam regulamentadas pela Lei nº 2.272, de 21 de dezembro de 1987, que consolida a legislação referente à FUCRI, dispondo que a prefeitura deveria destinar dois mil salários mínimos e 200 bolsas de estudos integrais para, nos termos da lei “alunos carentes de Criciúma”. Posteriormente, alteradas pela Lei nº 2879, de 15 de outubro de 1993, que modificou a vinculação ao artigo 129 da Lei Orgânica Municipal (BITENCOURT, 2011).

Cabe considerar que, como salienta Bourdieu (1989), os posicionamentos dos agentes do campo político se moldam também diante do seu posicionamento dentro desse campo, por sua filiação partidária, por exemplo. Dito isso, as narrativas acerca dos incentivos e da bolsa fornecida tomam recortes nesse sentido, uma vez que se tem no jogo político uma oposição e uma situação em relação ao executivo local, que são explicitadas nas falas dos entrevistados.

Destaca-se a fala do entrevistado CP4:

Essa verba, vou ser sincero assim, o prefeito na época queria que fosse distribuído de uma forma em bolsa e que fosse feita uma análise para as pessoas carentes realmente precisasse da bolsa né. Que a FUCRI na época fizesse uma pesquisa com os alunos e realmente constatasse quem eram as pessoas carentes que precisavam né, então o município já passava para os alunos uma cota disso aí ficou para o município também fazer essa pesquisa aí. [CP4]

Percebe-se, então, que para CP4, o executivo local estava pré-disposto a viabilizar bolsas de estudo e que gostariam que esse tipo de prática fosse realizado, mediante pesquisas que determinassem quais os estudantes em situação de vulnerabilidade financeira.

Contudo, CP1 e CP2 se posicionam de forma diferente e demonstram, em suas falas, que para o estabelecimento dessa política pública houve uma oposição em relação aos vereadores de situação e ao executivo local. Destacam-se, então, dois pontos levantados pelos entrevistados. O primeiro ponto refere-se à oposição ao executivo: “[...] a bolsa de estudo passou de ser de livre indicação, vamos dizer assim, do executivo municipal e começou a passar por um conselho e dentro de critérios, e um dos critérios obviamente era a questão social-financeira do aluno” [CP1]. Sobre o conselho, na Lei Complementar nº 33, de 02 de

setembro de 2004, encontra-se a primeira menção sobre quem estaria compondo a comissão: um representante da União da Associação de Bairros de Criciúma (UABC); um representante Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma (SISERP); um representante do executivo municipal; um representante da UNESCO; um representante do DCE; e um representante do legislativo municipal (CRICIÚMA, 2004).

O segundo ponto, refere-se à oposição e situação dentro da câmara de vereadores, como CP2 coloca:

Claro, isso nós tivemos resistência muito forte né e os vereadores da situação, uma boa parte deles era meio dividido, mas entendiam também que não isso aí não é para o município isso é para o governo federal, mas o governo federal não ajuda, nós temos que resolver a nossa situação aqui, essa era a discussão na lei orgânica [CP2].

Cabe, aqui, relacionar a fala de CP2 também ao descrédito existente com o governo federal, que foi discutido tendo como base Abrúcio (2005) e Arretche (2002), no capítulo anterior. No entendimento desse entrevistado, percebe-se que houve uma discussão sobre a competência municipal em trabalhar a questão de educação superior.

Sobre as motivações da necessidade de bolsas de estudos, CP2 coloca que: “[...] a universidade federal é mais pra rico, filho de rico que pode pagar, que[m] tem as melhores escolas também, aí essa discussão progrediu nesse sentido” [CP2]. Vale destacar, ainda, que a vulnerabilidade financeira aparece na fala de CP2, e também apareceu na fala de CP4 anteriormente.

CP3, sobre a questão para PcDs, coloca que: “[a pessoa com deficiência] sempre teve o amparo na Lei Orgânica, seja até na exigência da modificação de calçadas, de tudo né que eles necessitavam [...], então isso aí nós colocamos e tenho muito orgulho disso, porque muitas pessoas [com deficiência] a gente viu trabalhando”.

Cabe, no entanto, considerar que ao serem questionados sobre as bolsas de estudos, a maioria dos entrevistados se ateuve à questão da vulnerabilidade financeira, o que pode justificado pelo fato de que já havia uma legislação anterior à LOM versando sobre bolsas de estudos para alunos em vulnerabilidade financeira, além de não possuir um debate mais extenso sobre a questão da contemplação de PcDs.

Para CP2, nota-se que a oposição dentro da câmara de vereadores oportunizou que o assunto fosse debatido, juntamente com a maioria na Câmara de Vereadores.

[...] é uma nova possibilidade de a gente abrir um pouco de leque e oportunizar o pessoal pobre para fazer faculdade, universidade que não pode ser só o pessoal rico; era o que decidia, definia o pessoal do PMDB, o pessoal do PT. Nós éramos

maioria, PMDB tinha 9 vereadores e o PT tinha 2, [...] ai nós éramos 11 então nós avançávamos, então no PMDB tinha assim pessoas bem progressista [...] então vereadores que pensavam também muito numa melhoria na situação social né, da pobreza, então isso é que levou a gente a fazer, ó o município não precisa fazer só estrada, só estrada, ele precisa fazer também estrada para a sociedade, criar oportunidade para o pessoal pra poder estudar [CP2].

No entanto, CP1 coloca que, no momento de discussão da LOM, o tema já estava pacificado, em sua visão:

[...] mas eu até acho que ele foi um tema consensual, porque essa condição de só o executivo dizer quem merece bolsa e quem não merece era meio constrangedor e já tinha sido motivo de falatórios e desgaste político, de reportagem e discussão em programa jornalístico, ela tinha rendido antes [CP1].

Cabe também salientar que as falas de CP1 demonstram essa oposição ao executivo: “[...] não existia o caráter da política pública. Era o prefeito e a primeira dama que faziam como bem entendiam, então era um tempo de extremo paternalismo” [CP1]. Dessa última fala é possível também extrair mais uma consideração: a inexistência do entendimento de política pública em si.

Cabe, a partir dessa fala, associar ao entendimento de Vianna (2002) com o objetivo de considerar que as políticas públicas podem ser desenvolvidas em qualquer tipo de organização governamental. Por isso, é necessário pensar no momento histórico e político que se encontra pautada uma política pública. Fica entendido com a frase “inexistência do caráter de política pública” que o entrevistado CP1 acredita que, a partir de uma nova constituição de Estado e forma de governo, nasceu o caráter de política pública.

Outra questão que foi levantada e parece ter relação direta com o artigo 129, foi sobre o artigo 124, que apareceu na fala de dois entrevistados do campo político. O referido artigo de lei discorre sobre os recursos públicos destinados à educação no município de Criciúma, em que subiu do mínimo constitucional de 25% para 30%. Ao falar sobre esse artigo, CP3 coloca:

A Constituição determinava que no mínimo 25% do orçamento tinha que investir na educação e eu simplesmente aumentei na lei orgânica de 25 para 30%, mas com objetivo de que 7% [...] fossem investidos no ensino superior; ainda estava começando a engatinhar as nossas faculdades em Criciúma [CP3].

Esse artigo, ao que consta, foi discutido na mesma comissão temática que discutiu o artigo 129, uma vez que versa sobre educação. CP3 diz, ainda, que partiu dele a concepção do artigo 124 da LOM de Criciúma, e que se alegra em poder perceber como a UNESCO e os 7% possíveis de serem aplicados na FUCRI geraram as bolsas de estudo. No entanto, tanto

para CP3 da oposição, quanto para CP4 da situação ao governo local, o artigo 124 gerou polêmica, mas por motivações diferentes.

Para CP3, a questão estava vinculada à discussão sobre de qual recurso seria proveniente esses 5% de aumento, e que houve, por parte do entrevistado, essa iniciativa de demonstrar como cobrir esse aumento. Relata também que houve tentativas posteriores de alterar o artigo 124 e, conseqüentemente, o 129 da LOM. No entanto, há na narrativa de CP3 a questão do apelo popular que a UNESCO possui e a questão da pressão social para a não alteração desses valores:

Porque às vezes sabe que tem [quem vá dizer que] vai gerar despesa, [vai questionar de] onde é que vai tirar esses recursos, sempre tem na área do executivo aqueles que querem medir como é que você vai botar 5%, onde é que eu vou buscar isso. Nós como legisladores não, eu demonstrei onde ele podia buscar para investir na educação e realmente aí houve aprovação disso, começou a fazer parte da lei orgânica e aí a prefeitura ela repassa até hoje esses recursos que os vereadores, alguém quis mexer, mas os vereadores são questionados até por toda a população para não mexer nisso não é, então ela permanece, é importante hoje, hoje quem é que vai mexer? Quem vai lá na faculdade, na universidade, na UNESCO e ver toda aquela estrutura? [CP3].

Para CP4, por sua vez, a aplicação do art. 124 gerou polêmica sobre a questão de diferenciação de taxa e imposto:

O artigo 124 diz que o município aplicará anualmente o mínimo de 30% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e no desenvolvimento do seu sistema de ensino. Então gerou uma certa polêmica por causa do seguinte, o que que é imposto e o que que é taxas? Então o município repassava uma quantia inferior [...] o município entendia que isso não era um imposto, que era uma taxa, mas está aqui, imposto sobre transmissão de bens Imóveis, então o município sempre repassava uma parcela inferior daquela que os estudiosos, inclusive da FUCRI na época, achavam que eles tinham direito, tem que ser sincero [...] porque nós tivemos várias reuniões e consultamos alguns órgãos assim para ver o que que era realmente de repasse, é, mas vou ser sincero, sempre ficou além do que a FUCRI achava que tinha direito de receber [CP4].

Após essa fala, questionou-se ao entrevistado CP4, para fins de esclarecimento, se a fala “além do que a FUCRI achava que tinha direito de receber” se referia a receber mais ou menos do que o devido, momento em que CP4 respondeu que acreditava que a FUCRI recebia menos do que tinha direito, por conta dessa confusão entre taxas e impostos.

Nesse sentido, vale destacar que, de acordo com Melchior (1991), com a CF/88 e as legislações de organização tributária, o caso da educação em específico, exigiu dos entes federativos praticamente uma nova forma de organização orçamentária (frisa-se que o autor teve como referência o anteprojeto da LDB, pois esse só viria ser aprovado em 1996). Mas,

com essa consideração, a partir da CF/88, Melchior (1991) traz esclarecimentos de quais seriam os impostos próprios e transferidos dos quais estão vinculados à educação.

Ultrapassando as relações com o próprio campo, ao formular a LOM, o campo político fez discussões com diferentes organizações, como por exemplo a OAB, o Criciúma Esporte Clube, associação de moradores, cada um buscando pautar suas necessidades, como apontou o entrevistado CP1. Não foi diferente para a FUCRI e para o DCE, contudo, a extensão dessa participação é visualizada de forma diferente pelos agentes do campo político.

Inicialmente, CP1 emitiu sua opinião sobre a importância do movimento estudantil em contextualização à questão da Ditadura Militar: “[...] através dos movimentos estudantis e tal é que se foi criando o conceito de que não tínhamos eleições, as eleições que existiam eram municipais, que não havia democracia, que haviam presos políticos, que havia perseguição política” [CP1]. No entanto, pontuou que: “Acho isso tudo hoje muito extrapolado, mas é verdadeiro, isso tudo houve, mas não na intensidade que muitos falam [...]” [CP1].

Quanto à participação da IES, CP1 coloca que “a Universidade sempre participou, a imprensa participou muito. Todo dia nós tínhamos matérias de como andavam as comissões, foi um ano e meio que a gente trabalhou nisso assim, de muita produção” [CP1]. Interessante observar que a imprensa apareceu de forma espontânea inicialmente, aproveitou-se então para questionar sobre a participação da mídia, o que resultou na seguinte resposta:

Nós tínhamos dois jornais na época, a Tribuna Criciumense e o Jornal da Manhã, acho que era, tinha a TV Eldorado, acho que era ligado ao [...] grupo da filial da Globo, tinha a TV Eldorado, Rádio Eldorado, a Rádio Difusora de Içara, que estava começando, então da mídia da época tinha uma cobertura muito presente [CP1].

Sobre a participação do DCE, dos estudantes na discussão sobre o artigo 129, há duas posições visualizadas dentro do campo político: 1) a dos entrevistados que viam a participação e declaravam ela como positiva e 2) os que observavam essa mobilização de uma forma menor.

CP2 observa que aconteciam reuniões com os estudantes e declara que essa reunião era por meio do DCE:

A gente trouxe para discussão, fazia reunião, fazia reuniões com os estudantes né através do DCE né nessa reunião eles apresentavam as dificuldades e a gente discutia lá na câmara com os vereadores [...] e os estudantes tinham uma atividade muito forte né através do DCE deles lá e isso enriquecia muito nosso conhecimento. [CP2].

Algo interessante também a ser extraído da fala de CP2 é que, para além da discussão nas comissões temáticas, os assuntos eram abordados também de forma à parte com a bancada do seu partido: “[eu] era líder da bancada do PMDB, então a gente coordenava isso à nível de comissão da Câmara e depois discutia com os vereadores do PMDB o que a gente estava encaminhando lá né? Então é uma discussão bem ampla [...]” [CP2].

Uma visão um pouco menor do movimento foi sentida por CP3, que engloba tanto a IES como os estudantes, os intitulando como “jovens”:

Olha, que eu sabia tinha o pessoal mais velho que vinha que eu conhecia [...] eu acho que reitor vinha, o pessoal de administração vinha, jovem também, alguns jovens né [...] não era muito porque a Galeria da Câmara não comportava [...] e educadamente, muito educado. Mas participaram, foi importante porque ajuda, né porque o pessoal também tem seus vereadores, votou num, tem amizade com outro e se tu não falar, aí as vezes fica difícil o embate porque daí 5 submisso ao prefeito [CP3].

Dessa fala de CP3, existem algumas considerações a serem feitas: a primeira, já levantada anteriormente, com relação ao número de participação, atribuindo uma menor expressão ao grupo, justificada pelo tamanho da Câmara de Vereadores, que não comportaria um maior número de pessoas. A segunda está ligada à sua fala de que os que estiveram presentes faziam tudo de forma muito educada. A terceira está ligada ao fato de que, para CP3, algo importante durante a votação e construção dos artigos que beneficiaram a FUCRI e os estudantes era o diálogo entre os interessados e os vereadores, uma vez que o embate ficaria facilitado se a comunidade acadêmica fizesse essa fala com os vereadores de situação. Percebe-se, então, que na fala de CP3 a dificuldade estava ligada ao executivo local.

Para CP4, no entanto, o movimento estudantil não teve participação na Lei Orgânica Municipal, colocando como motivação a questão de que o horário não permitia essa participação dos estudantes. Ao mesmo tempo que coloca, novamente, o interesse que o executivo municipal tinha em fornecer as bolsas de estudos para alunos com vulnerabilidade financeira e funcionários da prefeitura:

Os estudantes assim ó, o que aconteceu, foi estabelecido na época, entre FUCRI e o Poder executivo, o poder executivo dizia assim ó, nós vamos repassar esse valor, não tenho certeza, mas desse valor, nós vamos repassar esse valor, mas 30% nós queremos distribuir em forma de bolsas para alunos carentes e funcionários da prefeitura né, então os alunos não tiveram muita participação assim lá na elaboração da lei orgânica na câmara porque as reuniões sobre a Lei Orgânica eram durante o dia, era terça, quinta, que nós tínhamos reuniões nas terça e quinta-feira à tarde então os alunos tiveram pouca participação eu confesso que tiveram pouca participação [...]. A direção na época, isso aqui foi aprovado com no mínimo de 7% podendo chegar mais de 7%, claro que o Poder Executivo teve um período assim que eu me lembro que foi feito, foi construído lá na FUCRI [...] salas de aula e [...] a prefeitura

forneceu todo o material, porque a condição de conseguir um preço melhor, então, a prefeitura também entendia que aquilo ali também já era uma contribuição do poder público que estava dando para a FUCRI na época, foi obras grandes que foram construídas lá na época. Vários blocos que a prefeitura forneceu todo o material, telha, tijolos, cimento, areia, telha, tudo né. Todo esse material na época, a prefeitura, o executivo tinham essa autonomia, hoje não tem mais [CP4].

Outra questão que aparece na fala de CP4 sobre a participação da FUCRI, é sobre os recursos e como esses recursos foram distribuídos, destacando que a prefeitura, além do repasse de 7%, investia na FUCRI ao conceder material para a parte de infraestrutura que estava em expansão da IES. Cabe perceber que os entrevistados do campo político, ao serem questionados sobre a participação da IES e do movimento estudantil, concederam respostas diferentes em alguns momentos, focando na não-participação do movimento estudantil, em outras colocando essa participação, mesmo que de forma reduzida. Quanto à participação da IES, as respostas foram de certa forma mais neutras e em certos momentos até houve uma invisibilização da participação da FUCRI, as respostas focaram na participação ou não do movimento estudantil.

#### 4.2 O CAMPO UNIVERSITÁRIO: A FUCRI

Quando adentra-se no campo universitário, especificamente o campo FUCRI, inicialmente foi questionado como foi a participação desse campo na criação do artigo 129 da LOM. CF1 iniciou contextualizando a situação e cabe considerar que não se ateu à Criciúma, houve na sua fala a percepção de que o campo agiu em diversas câmaras de vereadores da região, para que houvesse algo similar ao que se tem em Criciúma nos dias de hoje:

Então assim, eu vou só lembrar, para quem não é da época, não acompanhava que houve a mudança da Constituição Federal, logo em seguida, algum tempo houve a mudança da constituição estadual e em seguida também houve a mudança, adaptação da Lei Orgânica dos Municípios, que é a constituição dos municípios e na época a gente conhecia diversos prefeitos com muito interesse em ajudar alunos carentes, até com transporte de alunos, eles tinham dificuldade porque não havia uma rubrica na constituição municipal, na lei orgânica, para dar cobertura legal para essa ajuda, então, nós formamos diversas equipes de trabalho para visitar todas as câmaras de vereadores desde o pé da serra lá em Lauro Mueller, até na outra serra, aqui no Timbé do Sul, São João do Sul, todos os municípios, nós visitávamos as câmaras de vereadores, pedíamos a palavra, um de nós falava nas vantagens em aprovar, em colocar na Lei Orgânica uma rubrica que facilitasse a ação dos prefeitos e todas aproveitaram a oportunidade e colocaram: o município está autorizado a conceder bolsas de estudos para alunos de primeiro grau, segundo grau e terceiro grau, o município está autorizado a conceder transporte e tal. Tudo isso está previsto em lei hoje, mas não havia essa disposição na época, então foi um trabalho muito rigoroso, criterioso nosso, com diversos colegas da universidade. Eu falava assim:

quem é de Lauro Mueller<sup>42</sup> aqui? Um falava: Professor, eu sou de lá! Tu pode ir lá na comissão e falar? Quem é do Timbé, o mais perto do Timbé? Um falava: é sou eu. Tu pode ir falar? Eu sou de Pedras Grandes, eu vou lá em Pedras Grandes e formamos diversas equipes e depois a gente se reunia, ah como que foi lá? Ah foi positivamente, foi legal, foi bom. Trabalhamos intensamente nessa busca aí e conseguimos sim. É que hoje as pessoas são beneficiadas e não sabem da luta, da vida naquela época para conseguir essa rubrica [CF1].

Nessa fala se observa que havia um interesse dos diversos municípios visitados, em fornecer transportes e bolsas de estudos para os estudantes, no entanto, não possuíam uma autorização legal para tal, o que era uma dificuldade enfrentada pelos municípios. No entanto, essa boa relação com os municípios da região, não parecia ser a mesma relação de boa vontade com a cidade de Criciúma, uma vez que na fala subsequente, ao ser perguntado especificamente sobre essa relação com Criciúma, CF1 coloca que:

[...] vou te ser sincero, porque as relações não eram assim, muito amistosas não, porque os prefeitos da época tinham o hábito de mandar para cá uma lista com 200 alunos, aí era uma escolha política para a gente aceitar, matricular e tal e a prefeitura pagar a mensalidade, a anuidade, semestralidade e havia prefeito que demorava um ano, dois, três para pagar, o que quase inviabilizava a nossa fundação, porque ela vivia basicamente de mensalidade de alunos e passava de um prefeito para outro e dizia, não, essa dívida é do prefeito anterior, eu não tenho nada com isso. Então assim, eu peguei algumas brigas com alguns prefeitos, houve até indisposição mesmo. Na imprensa, fui perguntado ao vivo, ao meio dia num programa de TV sabia que toda nossa equipe aqui de professores, alunos estava vendo aquele horário, que foi anunciado: O [nome do entrevistado] estará ao vivo na TV Eldorado. A primeira pergunta foi essa: o prefeito está pagando ou não? Eu falei: não, se eu falar que está pagando faço uma média com o prefeito, minto para nossa comunidade acadêmica, eu prefiro ser sincero, comunidade acadêmica o prefeito não está pagando, ele está gerando esse problema. Mas já passou, depois houve um acerto e tal, mas nunca foi muito amistoso esse relacionamento não, porque preferiam fazer uma lista, ou mandar uma cartinha, conceder bolsa para fulano de tal, conceder bolsa para fulano de tal [CF1].

Dessa fala podem ser destacados três pontos: que as relações entre os prefeitos e a IES eram turbulentas no que se referia aos pagamentos de bolsas de estudos concedidas; outro ponto se refere ao fato de que havia o envio de uma lista contendo quem seriam os bolsistas e que a IES deveria matricular esses estudantes que eram provenientes de uma escolha política; e o terceiro ponto se refere a uma situação vinculada ao envolvimento com a mídia, em que houve um questionamento ao vivo sobre os pagamentos, e CF1 manifesta que deveria escolher entre ser honesto com a comunidade acadêmica ou manter uma boa relação com a prefeitura de Criciúma, optando por ser honesto.

---

<sup>42</sup> Lauro Mueller, Timbé do Sul e Pedras Grandes, citadas pelo entrevistado, são cidades localizadas no sul de Santa Catarina.

Para CF2, uma das questões que permeou a discussão sobre os recursos seria a criação de uma comissão que avaliaria a distribuição de recursos:

Eu lembro que a gente lutava insistentemente né para que a comissão distribuição dos recursos fosse estabelecida né conforme a previsão na lei, mas isso não aconteceu, quem decidia sobre isso era a prefeitura, eles mandavam a lista para a Universidade com o nome dos alunos que seriam beneficiados com os recursos [CF2].

A comissão a que se refere CF2 estava elencada no artigo 2º, parágrafo único da Lei Complementar nº 1, de 6 de dezembro de 1990, que estabelecia que os critérios seriam definidos por uma comissão paritária da instituição (CRICIÚMA, 1990a). Como visto anteriormente, somente na LC n. 33 de 2004 aparece como foi composta essa comissão. A criação de uma comissão aparece diversas vezes na fala de CF2, para o entrevistado essa comissão permitiria uma maior participação da comunidade e dos acadêmicos, além de impedir que os bolsistas fossem indicados por arranjos políticos:

Tudo sempre foi muito difícil assim né primeiro que a gente queria muito que os recursos fossem distribuídos por uma comissão né, nem pela prefeitura nem pela UNESC, mas por uma comissão onde os alunos e a comunidade né pudessem estar juntos e participar desse processo né porque senão ela seria viciada como estava antes [...] de que alguns receberiam porque certas ligações político-partidária e não, nós não queríamos isso, mas sempre foi muito conflituosa né porque normalmente os prefeitos não gostam disso [CF2].

CF2 afirma, inclusive, que houve uma resistência por parte da prefeitura, visto que retirava o poder de decisão do órgão público, de modo que somente a partir da entrada dos anos 2000 que houve a criação dessa comissão. Apesar de ter sido criada a comissão somente depois desse período, para CF2 as bolsas de estudos permitiam uma sustentabilidade da IES:

A gente sempre tinha mais cuidado com as bolsas porque a gente entendia que era uma forma de se criar uma sustentabilidade para Universidade né, o poder público não estaria diretamente colocando recursos na universidade, mas estaria criando condição para que os municípios seus pudessem ter acesso ao ensino superior que era uma coisa muito mais difícil né do que é hoje. Hoje já tem tantos recursos né que facilitam o acesso, lá naquele tempo não era, era uma coisa muito sugeres que é uma Prefeitura, como você disse né, que estava fazendo isso normalmente as verbas do governo Municipal destinadas à educação sempre deveria ser para o ensino fundamental, hoje o Infantil e Fundamental e na época também a legislação previa isso, mas a gente quando iniciou a FUCRI o destino das verbas da prefeitura chegou a compor o orçamento em 36% no início em 1968, se não me falha a memória, é 1969, 1970 e 1971 era mais ou menos isso assim né porque isso aqui era muito pequeno ainda né e o recurso que se destinava acabava tendo uma repercussão muito grande, por isso que os prefeitos se achavam no direito de indicar o diretor presidente, uma verba pública e aí criaram esse tipo de ligação e com o passar do tempo mostrou-se bem nociva pra vida institucional [CF2].

Dessa fala é possível extrair algumas considerações, como por exemplo a questão de como era necessário pra IES, desde a sua fundação, a verba que era destinada pela prefeitura e, como delineado no capítulo anterior sobre a questão do diretor presidente da instituição, CF2 relaciona com a questão financeira e de verba destinada à FUCRI, como isso influenciava a visão que os prefeitos tinham da instituição. Cabe considerar que como as instituições fundacionais foram criadas em Santa Catarina especialmente vinculadas ao poder municipal (SCHMIDT, 2010; PEGORARO, 2008), pode-se associar que esta influência de criação e manutenção, diante da vinculação de recursos públicos para as IES, pode ter sido prejudicial à instituição.

Ainda sobre a relação com a prefeitura, CF2 coloca que eram permeadas por disputas, em especial com relação à questão das contas da universidade. Destaca, inclusive, que em alguns momentos houve a possibilidade de judicialização das questões referentes aos pagamentos e ao não cumprimento da legislação:

Era sempre uma disputa muito grande né, a conta da universidade e a conta da prefeitura não fechavam nunca, era uma dificuldade muito grande com alguns prefeitos a gente tem absoluta certeza que eles não cumpriram a legislação, mas que não tinha como você fazer uma luta dessa nessa natureza porquê aquilo judicializado se teria um tempo enorme, então a preferência sempre foi pelo diálogo, tentar encaminhar as questões né da melhor forma para os dois, mas tiveram momentos bem difíceis [CF2]

Por outro lado, CF3 coloca que a prefeitura também vinculava as bolsas de estudos aos professores da rede municipal, como uma forma de cumprir outra obrigação. Essa vinculação aos servidores públicos e funcionários internos da prefeitura foi algo citado também por outros entrevistados, aparecendo anteriormente na fala de CP4 e também na de CME1:

Eu não lembro, mas elas vinham com critérios definidos [...], acho que prioritariamente eu vou te dizer, mas não tenho certeza, eram os professores da rede pública municipal, acho que seriam os primeiros favorecidos que eram os professores da rede pública que teriam direito a essa bolsa porque indiretamente a prefeitura cumpria com uma outra obrigação dela [...] Mas me parece também que nesse período houve uma distorção, eu não estou afirmando, mas me parece que aí começou a ter também uma convenção do município previa um auxílio de formação para os professores, eu acho, e daí a prefeitura cumpria parte também das obrigações de convenção dela com essa bolsa, se eu não me engano [CF3].

Quanto à participação e relação com o movimento estudantil da época, CF1 possui uma percepção diferenciada: inicialmente, coloca que não existia uma organização dentro

desse movimento estudantil e que a participação desses estudantes em pautar as bolsas de estudos e recursos voltados para instituição eram ações isoladas de alguns estudantes:

Houve, mas eu não sei te precisar, que eu não lembro agora, penso que na época não tinha DCE era Centro Acadêmico, cada curso tinha um centro acadêmico e aqueles mais interessados participavam, outros não, e eu não sei nem te precisar agora, mas quando o aluno [dizia] oh eu sou de Urussanga, eu posso ir lá, ou quem faz parte da comissão vai para Urussanga, faz parte da Comissão que vai para Araranguá, para Meleiro, para Turvo, para Timbé, Forquilha, a gente fazia comissões os alunos participavam quando eles se dispunham a participar, não havia assim hoje, um DCE formalizado, não havia um Centro Acadêmico, hoje tem, formalizado, participante, atuante, com toda a participação dos gestores da UNESC [CF1].

Na continuidade de sua fala, percebe-se uma comparação com o movimento estudantil atualmente e, no fim da sua fala, constata-se que para CF1 é importante que os estudantes tenham uma vinculação com a gestão da IES, algo que, como foi visto no capítulo anterior, era algo que o DCE defendia ao contrário, a questão da perda de autonomia.

Quanto à relação com os estudantes e com o DCE, cabe inicialmente considerar que, para CF1, como colocado anteriormente, o movimento estudantil não era forte, então a fala se apresenta neste sentido:

Eu posso te precisar que a minha relação era boa com os alunos líderes, nunca tive nenhum problema com nenhum deles. Haviam grupos assim, que gostavam de fazer greve se a mensalidade fosse aumentar 0,5 centavos se reuniam no bloco E, lá tinha um barzinho, subia na mesa e gritava: vai subir a mensalidade nós somos contra e uhul! 10, 20 pessoas o resto ia embora, no dia seguinte: greve, aí tinha que negociar: o pessoal é só 50 centavos, 1 centavo [CF1].

Sobre a relação com os estudantes, CF3 coloca que uma das situações que vivenciou durante o período que entrou na instituição foi a questão do descrédito e que foi a partir da contratação de uma auditoria que os estudantes começaram a dar maior crédito à gestão. Chama a atenção que CF3 coloca que, até então, as contas da instituição se resumiam a somente uma folha e que isso foi se alterando com o passar dos anos, mas que as discussões sobre mensalidade eram afoitas:

[...] quando eu entrei, eu inclusive me assustava assim, porque era muito conflituosa a relação de questionamento, cada vez que tinha que registrar mensalidade, era discussão era briga, ia para aprovação... e aí não [...] saberei precisar em que ano foi, a gente fez uma planilha porque era assim a gente tinha que fazer a planilha em outubro acho, a projeção para reajustar mensalidade em fevereiro ou março do ano subsequente. Porque tu tinha que aprovar no orçamento para poder aplicar o reajuste acho em março, se não me engano era assim... E aí a gente fez uma projeção de reajuste, nossa, deu uma discussão, [os estudantes] não aceitavam [...]. Naquela época, tinha muita gente com mais idade frequentando a universidade e que também queriam o bem da universidade, não queria ser qualquer preço a mensalidade tem que ser baixa não tinham competência para avaliar as planilhas e tudo e aí teve um

ano que a gente fez a projeção e teve uma discussão muito severa e aí o professor [nome suprimido] se comprometeu a contratar uma auditoria, a pagar uma auditoria indicada pelos alunos, aí essa auditoria fez todo levantamento que, quando a gente calculava os valores da mensalidade, a gente tinha todos os critérios bem estabelecidos, assim no começo quando eu cheguei lá, eu nunca esqueço, o orçamento era numa única folha depois a gente foi aprimorando [...] e esse auditor veio e ele chegou a uma diferença de centavos a partir daquela auditoria, [...] houve um arrefecimento na dúvida, no descrédito e começou a se ter então valor de base que aí era transparente então foi sempre muito transparente [CF3].

Na visão de CF2, a relação com o movimento estudantil era uma boa relação, novamente o que aparece é a questão da mensalidade como o ponto de embates. CF2 então coloca esse contraponto, que compreendiam o posicionamento dos estudantes, porém a instituição tinha a necessidade de pensar nas folhas de pagamento, na infraestrutura:

Sempre o movimento estudantil teve um papel importante aqui né na época a gente tinha uma boa relação, isso não quer dizer que a gente não tivesse embates né porque quando começa a discutir preço de mensalidade é sempre muito difícil, porque a gente não quer que as mensalidades aumentem, mas a gente tem que dar conta da contrapartida, que é a estrutura física pessoal, enfim, equipamentos né e tudo sempre sobe os preços. Então, mas assim, sempre muito cordial né sem agressão aquilo que aconteceu antes né, das eleições diretas paulatinamente começou a deixar de acontecer, o movimento estudantil começou a fazer outras lutas pela permanência estudantil pela qualidade do ensino, pelos laboratórios e antes eles tinham que fazer a luta política né, na sociedade [CF2].

Nas falas dos entrevistados, é possível perceber que, a partir de 1993, as relações com a prefeitura de Criciúma foram amenizadas, esse período é localizado pelas falas de CF1 e CF3, pela nomeação do prefeito da época, Eduardo Moreira, que foi prefeito de Criciúma uma vez de 1993 a 1996:

[...] não [a prefeitura não teve participação em conter/diminuir os problemas da IES], ela apenas pagou o débito que tinha, parte do débito, quando entrou o Eduardo Moreira, o financeiro era o Paulo Meller, começou a chamar lá, para começar a fazer acerto. Ah vou te pagar tanto, ok, vou te pagar um ano, ok, vou te pagar um semestre, ok. Foi botando em dia. Mas não, não houve participação nenhuma não [...] [CF1].

[...] Então na época talvez que o prefeito fosse o Eduardo Moreira, era uma relação boa, eu lembro que a gente fazia encontro de contas e tem pessoas assim que hoje, tipo o Ronaldo Benedet, Paulo Meller, que eram secretários de finanças da prefeitura, a gente ia lá fazia encontro de contas e prestação de contas, compensava, me parece que a gente compensava alguns impostos também me parece que na época a gente compensava imposto de renda retido na fonte [...] [CF3].

Pelas falas acima, percebe-se que, apesar dos pagamentos serem colocados em dia, não houve uma participação mais intensa da prefeitura.

### 4.3 O CAMPO UNIVERSITÁRIO: O DCE

Dentro do campo universitário, considerando o DCE, iniciou-se questionando sobre como foi o processo de criação do artigo 129 da LOM, momento em que CME1 respondeu o seguinte:

E na época a FUCRI tinha muita [dívida], estava atravessando uma dificuldade financeira muito grande, enorme mesmo, então a gente estava vendo a possibilidade de a prefeitura ajudar de alguma forma a UNESC, a FUCRI, a UNESC vem bem depois. Tanto que, isso é inédito na Lei Orgânica de qualquer município do país, que aqui na LOM de Criciúma, tem uma parte do capítulo de educação [...] específica sobre a FUCRI, o que destoa um pouco, tu não pode tratar numa lei orgânica, que trata de assuntos gerais, especificamente de uma instituição, mas ali se criou, de uma forma, parece que é 5% dos 30% destinados para educação, dos 30% da receita é destinada para educação, 5% não me recordo se é 5% ou 3% por cento, é destinado à UNESC, a FUCRI, e destes 30% aí, foi resolvido fazer o que, porque era uma forma de a prefeitura ajudar e não dar dinheiro direto, então se criou uma forma, então se resolveu dividir esse dinheiro, era 30% pra extensão, 30% pra pesquisa, então o resto era para bolsas de estudos, então foi daí que surgiu [CME1].

Cabe observar que aparece na fala de CME1 a questão da crise financeira enfrentada pela instituição, assim como aparece a questão de a FUCRI possuir um artigo específico dentro da LOM. CME1 possui a compreensão de que não há uma possibilidade de, atualmente, ocorrer o que ocorreu em 1990, que é a vinculação direta de recurso público a uma instituição específica. Isso foi alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), em 2015, como visto, porém, manteve-se a destinação exclusivamente para FUCRI/UNESC, uma vez que, nos novos termos, somente as IES que se configuravam dentro da lei das comunitárias poderiam receber tal fomento e a FUCRI/UNESC se mantém sendo a única na cidade a estar apta.

Para CME1, essa destinação era uma forma de a prefeitura ajudar a FUCRI sem envio direto de dinheiro, uma vez que o montante era destinado tanto à pesquisa, extensão e infraestrutura e o restante para bolsas de estudos. CME1 também explica como funcionava a distribuição das bolsas de estudos:

Na verdade, não foi chamada bolsa PMC, depois que deram esse nome, na época era aquele capítulo específico da FUCRI, a bolsa PMC pode ver que depois ela ficou mais para funcionários internos, da prefeitura, mas na época, não era bolsa PMC, era a bolsa do artigo 129, então assim, não havia... Porque, na verdade, no começo, também havia um aproveitamento por parte dos vereadores, de alguns, que tinham acesso ao prefeito, daí eles distribuía, chegava lá conversava com determinado vereador, eles te davam os créditos de acordo com, por exemplo, o prefeito chegava na época e dizia, tu tem direito a 200 créditos, tô chutando, ele pegava aqueles 200 e dava trinta para ti, 20 para outro, 10 para outro, ia dando distribuindo assim, isso veio depois, com uma Lei Complementar, que ela estabeleceu regras, eu não vou te

precisar quando foi feito isso, mas demorou muito tempo para ser regulamentada, essa lei, eu acho também que essa lei tem um monte de remendo, porque tem várias leis depois dela que foram se adequando, ai sim, ai houve o interesse da prefeitura em negociar essas bolsas com as dívidas da UNESCO, havia toda, muita coisa que rolou depois [CME1].

A fala do entrevistado também alerta para a questão de como era entendida a bolsa que atualmente leva o nome de bolsa PMC, mas que no momento de sua criação não era assim denominada. Outra questão que chama a atenção na fala do entrevistado está na sua compreensão da demora para a sua regulamentação, como ela foi alterada com o tempo e como ela passou a ser utilizada para funcionários da prefeitura, algo que também foi comentado por um dos entrevistados da FUCRI.

Contudo, percebe-se que no momento da presente pesquisa de dissertação, a bolsa PMC hoje também atende os estagiários da prefeitura municipal, com a denominação Bolsa Trabalho, porém é uma regulamentação de 2013, enquanto para servidores públicos a questão foi regulamentada em 2005.

Na fala de CME1 aparece que os vereadores de situação, ligados à prefeitura possuíam uma cota para ser distribuída. Cabe considerar, também, que CME1 além de ligado ao movimento estudantil da FUCRI, era também ligado à bancada de oposição na Câmara de Vereadores, vinculado à bancada do PT:

Na época, então como eu estava lá, eu até dei uma ideia para ele [um dos vereadores do PT], eu sugeri né, porque a gente não bota um capítulo específico para a FUCRI como eles estão com tanta dificuldade né. Então foi por isso, eu estudava na UNESCO, era presidente do DCE, percebia as dificuldades que a FUCRI estava passando e trabalhava na câmara assessorando na questão da Lei Orgânica, então fui juntando os interesses [CME1].

Já aparece na fala de CME1 sobre como mesmo que na LOM haja o estabelecimento da distribuição, não houve uma mudança significativa até a lei complementar regular a distribuição. Para CME2, no entanto, o movimento estudantil possuía uma resistência em transformar os recursos em bolsas de estudos, pois o movimento estudantil entendia que a bolsa de estudos podia ser utilizada como um mecanismo de controle. Destaca-se da fala de CME2:

É que nós tínhamos receio de que transformar esses recursos em bolsa, naquele contexto que nós vivíamos, a bolsa ficaria sob controle do prefeito ou dos vereadores, e isso ia se transformar [na] nossa avaliação na época, como um mecanismo político de controle [...]. Então a gente tinha algumas restrições, a forma como se ia fazer isso. Então, a ideia é que se fosse passado para a universidade e o movimento estudantil junto com a instituição, definir a melhor forma de uso dos recursos. Mas no processo de regulamentação, não é, houve uma mudança e eles,

não me lembro qual é o prefeito que estava mais junto com os vereadores, eles, se transformado essa, essa forma, esses recursos na modalidade de bolsa, porque daí prefeito também, vereadores também passam a ter controle, mas na nossa concepção inicial, autonomia ficaria para a instituição, que ia decidir a melhor forma de usar esse recurso, não é? Junto com o movimento estudantil. Mas mudou a conjuntura, mudou também, nós saímos também [...] do movimento estudantil de cada geração, é um mandato [...]. Depois a gente sai, entram outras pessoas, outras demandas, né? Outras pautas e aí eu não me lembro dessa parte aí, como é que foi essa discussão [CME2].

Para CME2, deveria ser destinado à instituição o poder de decisão sobre esse recurso e, junto com o movimento estudantil, decidir como utilizar da melhor forma possível. Algo que também aparece na fala do entrevistado, tem como referência o fato da gestão do DCE ser de apenas um ano, o que dificulta o acompanhamento das informações sobre as pautas do movimento estudantil.

Aparece na fala de CME1 que houve uma parceria para pautar a mesma emenda de destinação de recurso para a FUCRI em outros municípios da região, com a gestão da FUCRI, como é possível visualizar no seguinte trecho:

[...] depois que a gente propôs a emenda, a FUCRI, na época ela tinha interesse, tinha porque era uma verba que entrava e eles estavam com uma dificuldade financeira muito grande, e por sinal, só pra ressaltar, depois da ideia daqui, a gente começou a visitar várias câmaras de vereadores, daqui da região, nós estudantes, nós do DCE no caso junto com o presidente da UNESC, na época não era reitor, a gente visitou câmara de vereadores praticamente da região da AMREC<sup>43</sup>, AMUREL<sup>44</sup>, visitando, reunindo com eles, porque tinha muitos estudantes deles aqui né, que estudavam na FUCRI, a gente foi lá, pra fazer a mesma emenda que a gente fez aqui, fazer lá [...]. A gente visitou várias câmaras de vereadores, claro depois a UNESC, a FUCRI nos excluiu os estudantes, e depois ficou ela sozinha fazendo esse trabalho, como se fosse uma ideia deles né, como era de praxe na época [CME1].

Contudo, como narra CME1, essa parceria foi ignorada, na visão dos estudantes, e a gestão continuou fazendo as movimentações sem a participação do DCE, utilizando a ideia como se fosse da gestão, algo que o entrevistado colocou como sendo algo que acontecia com frequência. Sobre uma das especificidades que CME1 coloca está a questão de as bolsas de estudos contemplarem PcDs e demonstra que, na realidade, não se teve um estudo ou uma maior visibilidade e que apareceu da sua sugestão, ao ser provocado por um colega de faculdade:

Na época, esse debate sobre deficiência não era tão em evidência, até a Constituição Nacional trazia alguma coisa, mas aqui na UNESC, eu lembro que tinha um aluno que não tinha as pernas, ele perdeu num acidente e eu lembro que em uma conversa

---

<sup>43</sup> Associação de Municípios da Região Carbonífera.

<sup>44</sup> Associação de Municípios da Região de Laguna.

ele que me alertou para isso, aí eu alertei o grupo que deveria ter também naquela coisa lá, o deficiente físico né, o carente, o aluno carente, ter também uma parte de deficiente físico<sup>45</sup> [...]. Essa parte do deficiente físico foi uma visão pessoal minha, porque que esse cara, tem tanta dificuldade né, um cara sem perna, ele era até funcionário da prefeitura, acho que eles tinham direito de ter alguma vantagem, porque o mundo já é tão difícil para eles né, então porque para estudar eles não têm nenhuma, então por isso que a gente colocou isso [CME1].

Verifica-se que, para CME1, a relação de implementação do artigo 129 com o município não foi algo que gerou uma divergência, principalmente por conta da pressão por parte da IES, que possuía respaldo na sociedade:

Não houve muita, muita divergência não, passou normalmente, não houve nenhuma resistência, porque na época também houve uma pressão por parte da FUCRI [...] e, como sempre, foi uma instituição que teve muito respeito, muito respaldo aí na sociedade aí ficou até mais fácil. [CME1]

Para o entrevistado, um dos fatores que influenciaram foi a não compreensão do executivo sobre o impacto da destinação de recursos para a FUCRI e o aumento da destinação de recurso para a educação em geral, talvez por conta de toda a movimentação para a criação da LOM. No entanto, também coloca que houve uma resistência do executivo quanto aos valores:

Da parte do executivo não me recordo muito bem, mas na época como estava em debate a LOM como um todo, não havia aquele debate, aquela participação, aquela preocupação do município, acho que eles não conseguiram avaliar o reflexo que isso poderia dar, porque aqui geralmente era 25% destinado à educação, então aqui em Criciúma havia uma pressão da sociedade para criação da LOM, então já foi para 30%, que era 25%, havia uma resistência do executivo quanto a esses números. [CME1].

Uma visão diferente da apresentada por CME2 que coloca que:

Essa discussão na câmara vereadora é sempre, foi sempre difícil, porque a câmara, ela tem representação de vários segmentos da sociedade, mas, sobretudo, o segmento do segmento particular, privado. Então, para convencer, né, a câmara de vereadores que a prefeitura destinasse recurso exclusivo para UNESC e não para outras entidades privadas, por exemplo, foi difícil [CME2].

Para CME2, o que favoreceu a instituição foi a atuação de um dos vereadores, que era ligado à bancada do PT e foi professor da instituição, pois a discussão foi feita em torno do fato da IES ser uma instituição que não possuía lucro, diante do caráter comunitário:

---

<sup>45</sup> Cabe considerar que, na época em questão, a bolsa de estudos era concedida somente às pessoas com deficiência física, não abrangendo os demais tipos de deficiência. Foi somente em 2005 que o termo “portadores de necessidades especiais” aparece substituindo “pessoa com deficiência física”.

A prefeitura, liberar recursos públicos para a Unesc por causa da sua natureza específica. Ela não tinha a finalidade de lucro, não era privada e, portanto, era uma universidade que na sua maioria eram estudante das famílias trabalhadoras, não eram [...] alunos de camadas mais ricas. Pelo contrário, na época, a maioria dos alunos de camadas mais ricas iam para as federais, né? Por conta disso, então, foi possível fazer uma articulação na Câmara com essa articulação do vereador [...]. Mas com a nossa presença sempre, não é? Nós conseguimos, então, convencer, mas sempre com um processo de disputa, muito conflito. Não foi uma coisa simples né [CME2].

Na fala de CME2, além da questão da natureza específica, outro ponto que fomentou que o recurso viesse a ser atribuído à IES foi o fato de os alunos serem de famílias trabalhadoras, uma vez que, na sua visão, os de camadas mais ricas iam para as instituições federais. Essa questão é, inclusive, um dos pontos de motivação para o DCE pautar a necessidade desse recurso e do artigo 129 da LOM. Destaca-se a fala recorrente de CM2:

[...] O que nós defendíamos na época [...] [era] a mensalidade, [que] era muito cara e praticamente não tinha bolsa, né? O percentual de bolsa que havia na época era muito restrito, então isso restringia muito a entrada de pessoas, filhos da classe operária na universidade. Então a gente queria [...] que a universidade tivesse mais recurso público para baixar a mensalidade ou para que mais pessoas das camadas mais populares tivessem condição de entrar na universidade, de fazer UNESC, de fazer, na época, FUCRI. Era essa nossa preocupação maior, que a universidade tivesse mais recursos para baixar a mensalidade ou que possibilitasse maior acesso de pessoas das classes populares na universidade, porque a mensalidade paga restringia muito a entrada na universidade [CME2].

Quanto às relações estabelecidas entre os campos para a formação da política pública, algo que aparece na fala de CME2 é que foi um momento de união entre a IES e o movimento estudantil, pois todos queriam o bem da instituição: “sim, foi um dos poucos momentos que a gente fez uma aliança em que estavam todos juntos naquele contexto, ali na câmara, sobretudo como estava na Câmara, nós todos defendíamos a UNESC, a FUCRI, na verdade, na época, né?” [CME2]. Assim como apareceu anteriormente na fala de CME1, essa parceria se estabeleceu, mas o que as entrevistas indicam é que a relação dentro do campo universitário, entre DCE e a FUCRI, não eram pacíficas em outros momentos e que a pauta da LOM foi algo que uniu o campo, diante do interesse mútuo no recurso a ser disponibilizado.

Em outros momentos, no entanto, a relação era de embate e disputa, como coloca CME1:

A FUCRI tinha 2000, 1500 alunos, não era igual a hoje que é uma cidade, então ficava fácil mobilizar, passar em todas as salas, conversar, então a gente fazia isso. Então se tu for pegar naquela época do Sarney era aquela inflação galopante, e não dava, os professores exigiam o aumento, e a gente não queria pagar a inflação porque era muito alta já, então teve conflito, era greve, boicote para não pagar as

mensalidades, então a gente [...] se movimentava na época, mas a gente sabia que a dificuldade era para todo mundo [CME1].

Percebe-se que a pauta da mensalidade, devido à inflação, aparece recorrente na fala de CME1 como um motivo de disputas, apesar do entrevistado apresentar uma fala compreensiva em relação à dificuldade da instituição e dos professores, algo que também aparece na fala de CME2:

Geralmente, na década de 80, o movimento estudantil e de um modo geral, ele tinha uma atuação mais do campo da esquerda e as gestões da universidade do campo mais à direita, então, era sempre uma relação de embates, de conflito, as vezes de diálogo. Mas em muitas situações de conflitos e embates, não é? Nós tínhamos sempre como uma dedicação a diminuição das mensalidades, a gestão tinha sempre a necessidade de bancar a folha e os cursos da universidade, e daí às vezes tinha que aumentar os valores das mensalidades. Era um período de inflação alta e isso impactava muito a nossa situação. Então nós, enquanto nós defendíamos a preservação da mensalidade ou até a diminuição dela, os gestores, para poder cumprir as suas necessidades. Claro que nesse contexto, nós focávamos nas nossas necessidades, não é? Mas a atuação da gestão naquele contexto de inflação, ela tinha que estar repassando os custos por cidades. E aí era um embate, às vezes bastante duro. Às vezes tivemos a organização, algumas greves, o movimento, um movimento de Campos, protestos, muitos, muitos embates. Alguns gestores tinham mais capacidade de ouvir, outros nem tanto. Às vezes eram duros, então a gente também teve várias situações de enfrentamento [CME2].

Algo que marca a posição de CME2 em relação à IES é o fato de o movimento estudantil num geral, ser alinhado à esquerda e as IES serem vinculadas à direita, o que levava aos embates. Apesar de CME2 também apresentar uma compreensão sobre os gestores precisarem cumprir algumas necessidades, o entrevistado demonstra que o foco do DCE eram as necessidades dos estudantes e que isso refletia nos embates, e que por vezes foram embates bastante duros.

Para CME2, a relação que o movimento estudantil e o DCE apresentavam tanto em relação à IES quanto em relação à prefeitura, era uma relação de autonomia e essa relação apresentava nuances, tanto de diálogo quanto de embate. Assim como nas falas anteriores de CME2, é marcada a posição de que o DCE tinha clareza de quais pautas defendia e que estava para defender os estudantes e o acesso à educação:

Naquele contexto, a nossa relação, tanto com tanto com a gestão da universidade quanto com a prefeitura, o prefeito e os vereadores era uma relação de autonomia. Nós tínhamos nossas indicações na proposta, estabelecia um mecanismo de diálogo, né? Às vezes de conflito ou de confronto, dependendo das questões envolvidas. Mas preservamos sempre a nossa autonomia, sem se atrelar a ninguém. Esse é um momento também de clareza que nós tínhamos. Nós tínhamos uma pauta, tínhamos clareza das necessidades dos estudantes, não é, sobretudo, e nós tentávamos estabelecer estratégias para conquistar esses recursos públicos para viabilizar a

condição de estudo dos estudantes, sobretudo os estudantes das camadas, mais populares [CME2].

Percebe-se, então, que as mobilizações comentadas pelos entrevistados via DCE, aconteceram tanto dentro do movimento estudantil quanto em relação ao campo político. No panfleto de campanha, pautar os recursos da LOM que seriam destinados à bolsa PMC aparece como uma de suas propostas. O que se pode perceber, porém, é que essa movimentação dentro do campo e entre os campos é anterior à discussão da LOM e ao DCE, como também foi evidenciado no capítulo anterior.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os campos aqui observados, político e universitário, apresentam, por meio das falas dos entrevistados, algumas considerações sobre o período objeto de estudo, destacando-se, no entanto, a não linearidade das narrações apresentadas, uma vez que elas fazem parte da memória apresentada por cada um dos entrevistados. Dessa forma, buscou-se considerar, nas respectivas falas, os momentos que aconteceram, em uma tentativa de intercalar os pensamentos apresentados com a bibliografia e os documentos utilizados como referência nesta pesquisa, para a compreensão dos campos.

No campo político, as bases eleitorais fazem parte da tomada de informações, uma vez que buscam localizar o agente social no espaço em que ele estava inserido. Apresentou-se nesse ponto, uma base ligada ao sindicalismo, uma ligada à agricultura, uma ligada ao bairro e uma ligada aos aposentados, que foram as bandeiras apresentadas e, em algumas situações, foi dito explicitamente: “foram eles que me elegeram”. Assim, ao falar sobre sua base eleitoral, os entrevistados levam em consideração a necessidade de fazer referência a quem eles representavam, uma vez que, como dito por Bourdieu (1989, 2011), o campo político depende dos eleitores, dos “profanos”.

Foram entrevistados quatro vereadores, sendo um de situação e três de oposição. A partir das falas, foi possível perceber que o sentimento (tanto de situação, quanto de oposição) era forte em relação ao executivo. Considerando-se, também, a questão de como é a relação dentro do próprio campo e que as visões desses políticos podem ser enviesadas e distintas, justamente pela posição que possuem dentro do campo e na sua relação com outros membros do campo, como delineado por Bourdieu (1989, 2011).

Sobre essas narrativas de embates, é possível perceber que ambos os lados possuíam a certeza desses embates, inclusive com uma fala pontuando que esses embates eram algo do cotidiano. Outra questão interessante que emergiu do campo político, embasada nessas disputas internas, foi a questão da eleição de presidente da Câmara de Vereadores e como de uma maioria de oposição, passou-se a uma minoria. Em algumas falas, esse momento foi ignorado, mantendo-se uma visão de maioria.

Outra questão levantada foi a construção da Lei Orgânica Municipal e as respectivas considerações sobre como vivenciaram esse momento. Inicialmente, alguns entrevistados demonstram que se tratava de um momento de incerteza para os vereadores, diante de uma nova Constituição e, portanto, de uma nova Lei Orgânica. Houve, inclusive, o comparativo entre a CF/88 e a LOM como uma constituição do município. Os entrevistados

demonstraram que foi um período de muito trabalho e explicaram a divisão em comissões temáticas que sistematizavam para depois haver a aprovação em plenário.

No campo universitário ligado à FUCRI, e o período de transformação em UNIFACRI, posteriormente, foi possível também perceber uma série de disputas internas e que ilustram uma insatisfação com o campo político. Inicialmente, os 3 entrevistados da FUCRI contaram como foi esse processo de transformação que as faculdades passaram para se tornarem UNIFACRI, visto a necessidade de transformar os regimentos de cada uma das 4 escolas em um único. Nesse sentido, notou-se em uma das falas que uma dificuldade presente foi conseguir que as faculdades e seus diretores abrissem mão do seu tempo de mandato para iniciar o processo de transformação. Considerando que o campo universitário é, como definem Silva (2017) e Catani (2011), para além do acadêmico e constitui uma série de relações culturais, sociais e políticas.

Sobre a motivação para a transformação, se percebeu fortemente na fala de CF2 que a busca por autonomia universitária era o grande propulsor, pelo seu ponto de vista, uma vez que era necessário abrir mais cursos. Outro ponto trazido, que é algo recorrente nos discursos ligados à FUCRI/UNESC é a questão do voto direto e universal para diretor-presidente e, posteriormente, para reitor(a) da instituição. Há, nesse sentido, uma lembrança de contexto, em que o processo de redemocratização a nível nacional foi sentido também dentro da IES, o que gerava uma motivação.

Os 3 entrevistados da FUCRI concordam ao falar sobre a administração da instituição e a ausência, por um período, de diretores-presidentes que tivessem dedicação exclusiva à instituição e como isso prejudicava a gestão da IES. Ao falarem sobre a questão das mensalidades e pagamentos de professores, no entanto, surge uma divergência entre CF1 e CF2, sendo que CF1 apresentou uma perspectiva de gestor, considerando a necessidade de diálogo com os estudantes e com a comunidade acadêmica, enquanto CF2 apresentou uma perspectiva de professor da instituição, narrando que o não pagamento dos salários dos professores acarretou disputas com uma das gestões da IES e como houve uma tentativa fictícia de aumento de salário.

No campo universitário, o movimento estudantil foi aqui representado pelo DCE, fundado em 1989. No entanto, o movimento estudantil já se apresentava de uma forma forte dentro da instituição mesmo antes do DCE, com sucessivas paralisações durante a década de 1980 em virtude do aumento das mensalidades. Durante esse período também se percebeu que havia um anseio por parte dos estudantes para a criação do DCE como uma forma de legitimação das pautas estudantis e de uma maior organização.

Para a fundação do DCE, houve o apoio dos CAs e DAs, assim como de entidades estudantis a níveis nacional e estadual. Essa influência das entidades estudantis é expressada pelos entrevistados, assim como é visualizada por outros atos do DCE, bem como pela campanha da chapa eleita para a gestão de 1989/1990.

Apesar do apartidarismo aparecer como pauta, nas falas dos entrevistados é possível perceber que havia um embate interno envolto por questões políticas, traduzidas em direita e esquerda por um dos entrevistados, o que demonstra, como dito por Bourdieu (2011), como o movimento estudantil também se utiliza do conhecimento político para manifestar suas vontades. Além de uma oposição dentro do próprio meio estudantil, percebeu-se que havia uma oposição também em relação à gestão da universidade, algo que era considerado ruim para a autonomia do movimento estudantil e do DCE.

As motivações para a criação do DCE partem inclusive dessa autonomia, que era vista pelos entrevistados como algo necessário ao movimento estudantil, principalmente e contextualizando com a situação do país em dois cenários: o primeiro, partindo do processo de redemocratização e uma nova formulação para o movimento estudantil brasileiro (e, conseqüentemente, para o DCE); e a segunda ligada à questão da inflação, sentida nas mensalidades dos alunos, algo que apareceu na fala sobre o período do governo Sarney, sobre a inflação galopante.

Nos campos apresentados, constata-se que algumas visões são similares, em especial no que diz respeito ao contexto brasileiro nesse período de redemocratização. Obviamente, trazendo pontos de vistas próprios dos campos, destaca-se que, no campo político, a questão da redemocratização aparece vinculada aos direitos que a nova constituição concederia. Na FUCRI, a redemocratização também aparece como um sentimento que foi adentrando a IES e alterando algumas situações diante de uma menor repressão por parte do governo, assim como trouxe um sentimento de necessidade de democracia dentro da IES, que resultou em voto direto para as eleições das gestões futuras. No movimento estudantil, o ponto de vista apresentado foi a alteração do movimento estudantil diante do período de redemocratização e o anseio por maiores liberdades.

Outro fator comum entre os campos foi a questão dos embates internos, que são normalmente mais visualizados no campo político, contudo constatou-se que também houve dentro do movimento estudantil, bem como da FUCRI, momentos de embates entre seus agentes.

Quanto ao caráter da política pública estabelecida pelo artigo 129 da LOM, há de se considerar, por meio do referencial teórico apresentado, que houve um cenário de tensões e

disputas entre os campos, algumas dessas disputas historicamente construídas, como, por exemplo, a relação entre a IES estudada e o campo político, uma vez que há uma vinculação com a criação da própria IES.

Dessa forma, apesar de destinada a PcDs e pessoas em situação de vulnerabilidade social, percebeu-se por meio das entrevistas realizadas que, inicialmente, a implementação dessa política pública ocorreu de forma discrepante à estabelecida pela legislação. Pode-se relacionar essa percepção a Fontaine (2015), que aborda como o ciclo da política pública não é algo que pode ser visto de forma planejada e contínua. Inicialmente, nesta pesquisa, considerou-se a natureza dessa política pública, que em parte configura-se como uma política pública de ação afirmativa, em parte como uma política pública universalista, uma vez que parte do recurso era destinada a melhorias gerais da instituição e não propriamente ao acesso por meio de ações afirmativas. Cabe, contudo, uma ressalva: a política instituída, apesar de considerar a expansão da educação superior no município, nasce voltada diretamente a uma instituição de educação superior.

Acredita-se que o não aparecimento de falas mais contundentes em referência à política pública como uma ação afirmativa deve-se ao contexto da época em que a política foi desenvolvida. Apesar de hoje ser nominada como uma política pública de ação afirmativa, o debate sobre ações afirmativas ou ações compensatórias era ainda escasso, talvez nem soubessem se estariam ou não desenvolvendo uma política de ação afirmativa.

Em especial, as bolsas destinadas a Pessoas com Deficiência aparecem em duas falas, uma de um vereador, com referência à necessidade de contemplar os PcDs para além do ambiente de trabalho, e em outra do movimento estudantil, em que é mencionado que foi um dos estudantes que é PcD que fez essa provocação, então o movimento estudantil pautou. Contudo, destaca-se que essa última fala é bem intimista, não transparecendo que houve um debate sobre a questão dentro do movimento estudantil. Já quanto à questão das bolsas para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, apareceram de forma mais contundente, no entanto, não associadas propriamente ao termo ação afirmativa. Acredita-se que, por já existir lei anterior em Criciúma que objetivava bolsas de estudos para essa parcela da população, e por ter sido questionado sobre “bolsas de estudos”, o seu aparecimento foi mais recorrente nas falas.

Como exposto por um dos entrevistados, o caráter de política pública, na sua percepção, era inexistente, quiçá pensar em caráter de políticas públicas de ação afirmativa, de forma pragmática, como inicialmente foi suposto (equivocadamente) pela pesquisadora.

Como exposto por Moehlecke (2002), os debates sobre a temática no Brasil ganharam recortes mais contundentes a partir dos anos 2000, com a implementação de políticas de ação afirmativa em alguns estados brasileiros.

Não há, na política pública estudada, como definir todos os momentos dentro de um ciclo, uma vez que se percebe que a entrada na agenda dessa discussão sobre os recursos e bolsas de estudos, encontra-se embutida também na história da própria IES, uma vez que possuía sua criação vinculada a recursos públicos e ao executivo municipal. Apesar de promulgada em LOM, houveram diversos indícios nas falas dos entrevistados de que a sua implementação foi feita de formas diversas das esperadas pelo campo universitário.

No campo universitário vinculados à FUCRI, o que se pode perceber em relação à criação da bolsa PMC e ao recurso destinado a IES é que este recurso foi debatido até mesmo antes da implementação da Lei Orgânica Municipal e, por consequência, do artigo 129 da LOM. Há o entendimento de que recursos provenientes do poder público, por um período, mantiveram à IES, contudo esse recurso e a destinação dele gerou conflitos com o campo político local, seja por motivos de inadimplência, seja pela alteração nas formas com que o recurso seria distribuído, seja pela não segmentação da legislação.

Os gestores apresentam falas similares às do movimento estudantil, sobre como as bolsas de estudos eram distribuídas a critério do campo político local e como isso gerava problemas em relação à gestão universitária, que não possuía uma possibilidade de controle quanto a quem estaria matriculado e como as listas eram mudadas diversas vezes. Para o movimento estudantil, essas distribuições de bolsas, sem os critérios definidos, foram utilizadas como controle político, além de não permitirem a destinação de bolsas para as pessoas de classes sociais mais baixas.

Apesar de inicialmente a pesquisa ter se voltado para a questão das bolsas de estudos provenientes do artigo 129 da LOM, deve-se considerar que a política pública também foi uma forma de financiamento e destinação do recurso para a IES, para fomento de extensão, pesquisa e infraestrutura, bem como esteve ligada ao momento em que as ICES estavam passando por transformação, visto que a FUCRI, por meio da UNIFACRI, estava pleiteando a transformação em Universidade.

Considerando o campo universitário do ponto de vista do movimento estudantil, a participação dos estudantes para que fosse realizado esse investimento do município na IES foi extensiva, em especial com a preocupação por conta das mensalidades, que estavam flutuantes devido à inflação do período. O movimento estudantil, em sua relação com a gestão universitária, parece possuir uma visão de “escanteamento” por parte da gestão e o sentimento

de invisibilidade ao terem participado dessas discussões para a viabilização de recursos. Nota-se que há uma noção diferente dentro das gestões, em que um ressalta a participação do movimento estudantil, enquanto outro fala que o movimento estudantil da época não era atuante como unidade.

Nessa relação entre movimento estudantil e gestão fica perceptível que os maiores embates eram referentes à mensalidade e à transparência da gestão e que ocorreram embates às vezes duros, nas palavras dos entrevistados do movimento estudantil. Há, em uma das falas dos gestores, uma diminuição em relação ao movimento estudantil, apontando que não estavam organizados. No entanto, para o movimento estudantil, pleitear o artigo 129 da LOM foi um dos momentos de uma relação mais próxima com a gestão, pois todos estavam pensando na IES, tinham um objetivo em comum e realizavam a mobilização de forma integrada dentro do campo universitário.

Quanto ao campo político, ao serem questionados sobre a participação da IES e do movimento estudantil houve, por vezes, uma maior preocupação em responder que o movimento estudantil participou ou não da ação de pleitear os recursos, do que propriamente dizer se a gestão da IES estava ou não envolvida. Crê-se que essas falas podem dar um indício de que houve um maior protagonismo do movimento estudantil, uma vez que a memória sobre os estudantes era mais vívida, independente de se positiva ou negativa, em especial referente à questão das bolsas de estudo.

Dentro do campo político há uma concordância sobre a importância do fomento às IES e nas falas é possível perceber que, ao citarem a instituição, houve a preocupação sobre a destinação do recurso, a inadimplência. Outro fator que surgiu dentro do campo político foi a questão do artigo 124 da LOM, que ampliava a destinação de recurso para a educação no município, para alguns é desse artigo que surge a possibilidade do artigo 129 sobre os recursos da FUCRI serem implementados.

A oposição e situação também são marcadas dentro da discussão sobre o artigo 129, em relação ao executivo municipal. Os vinculados ao executivo apresentam uma visão de que era do interesse municipal destinar os recursos para a FUCRI e para as bolsas de estudos. No entanto, os de oposição ao executivo municipal possuem uma visão de que não era de interesse da municipalidade.

Nas falas dos entrevistados vinculados ao movimento estudantil, pareceu haver uma relação mais direta com a bancada de oposição ao executivo municipal, em especial ao PT, inclusive com mais menções à atuação do campo político para a efetivação do artigo 129, do que menções à parceria estabelecida entre os estudantes e a gestão da IES.

Quanto aos critérios atribuídos pela legislação para a distribuição de bolsa, ao que parece, eles adentraram a LOM e a legislação complementar sem uma ampla discussão, inclusive com a sua não aplicação nos anos iniciais da legislação. A questão das Pessoas com Deficiência aparece nas falas dos entrevistados como algo que ocorreu por iniciativa do movimento estudantil, enquanto a questão para pessoas em vulnerabilidade econômica apareceu mais fortemente em especial nas falas do campo político. Algo que foi percebido também – e que foi levantado nos momentos iniciais da presente pesquisa –, se refere à distribuição das bolsas para os servidores públicos/professores da rede municipal. Foi algo presente na fala de ambos os campos, podendo se atribuir como um dos motivos, a existência de uma legislação anterior à LOM que previa essa forma de distribuição.

Vale destacar que o campo universitário, para além da LOM de Criciúma, cita a tentativa de sensibilização dos demais municípios da região para a implementação de uma legislação similar à de Criciúma. Pode se atribuir, além do fato citado pelos entrevistados acerca da existência de municípios dos diversos municípios na instituição, o forte apelo ao desenvolvimento regional presente nas instituições comunitárias.

A pesquisa, apesar de apresentar considerações finais, crê-se que ainda há espaço para uma discussão mais aprofundada e ampliação deste objeto de estudo. Portanto, considera-se para pesquisas futuras: uma melhor investigação sobre o processo e o estabelecimento de artigos similares em outros municípios da região; bem como a continuação da investigação sobre o artigo 129 da LOM, uma vez que pensou-se a partir das sugestões dos diferentes professores e professoras que avaliaram esta pesquisa, num recorte aos anos iniciais do artigo 129 da LOM, no entanto, sabe-se que é uma política pública que ganhou outros recortes durante os anos subsequentes e continua em vigência, de modo que há que se pensar nos tensionamentos em outros momentos da existência dessa política pública, talvez utilizando-se como marco temporal os períodos de alteração legal, como possíveis momentos de ruptura e tensionamentos.

## REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, F. L. A Coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 24, p. 41-67, 2005.
- ALESC. Assembleia Legislativa de Santa Catarina. **De Cresciuma a Criciúma: o legislativo catarinense resgatando a história da cidade – 1982/2005**. Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2005.
- ALMEIDA, L. C. Políticas sociais: focalizadas ou universalistas. É esta a questão?. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 123, p. 145-151, 2011.
- ARAÚJO, C. B. Z. M. de. Políticas públicas de permanência na educação superior brasileira nos anos 2000. **Anais [...]**. 36ª Reunião Anual da ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2013. 17p.
- ARRETCHE, M. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 111-141, 1999.
- ARRETCHE, M. Relações federativas nas políticas sociais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48, setembro/2002.
- BALTHAZAR, L. F. **Criciúma - memória e vida urbana**. 2001. 277 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- BARACHO, H. U; SOUZA, J. F. Regionalismo e federalismo: as novas feições do estado brasileiro pós constituição de 1988. **Anais [...]**. XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Junho, Fortaleza, 2010.
- BARRETTO, L. A. M.; GIANEZINI, K. Educação superior e políticas públicas municipais: revisão sistemática na plataforma lattes. **Anais [...]**. X Semana de Ciência e Tecnologia, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma/SC, 2019.
- BASTIANI, S. de; TREVISOL, J., PEGORARO, L. A educação superior em Santa Catarina: um século de história (1917-2017). **EccoS**, v. 0, n. 47, p. 375-395, 2018.
- BITENCOURT, J. B. **UNESC: a trajetória de uma universidade comunitária**. Criciúma: UNESC, 2011.
- BONETI, L. **Políticas públicas por dentro**. São Paulo: Mercado de Letras, 2017.
- BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2003.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 14**, de 12 de setembro de 1996. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Brasília, 14 set. 1996a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm). Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013**. Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências. Brasília: 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12881.htm). Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 6 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965**. Institui o Código Eleitoral. Brasília, 15 jul. 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4737compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm). Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 435/92**. Brasília, 04 ago. 1992. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd003312.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 9 de outubro de 2018.** Define Diretrizes Operacionais complementares para a matrícula inicial de crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos 4 (quatro) e aos 6 (seis) anos de idade. Brasília, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 9 out. 2018. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN22018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN22018.pdf). Acesso em: 03 jun. 2022.

BUCCI, M. P. D. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 34, n. 133, jan./mar. 1997.

CABRAL, L. S. A. Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 57, abr. 2018.

CAMARGO, A. História Oral e Política. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

CAMPOS, D. P. de. **Map locator of Criciúma, Santa Catarina**. [s.l.]: Creative Commons, 2006. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SantaCatarina\\_Municip\\_Criciuma.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:SantaCatarina_Municip_Criciuma.svg). Acesso em: 03 jun. 2022.

CARVALHO, C. H. A. de. Mapeamento do financiamento à educação superior estadual no Brasil: da vinculação de recursos e da evolução dos gastos com pessoal, custeio e investimento. **Anais [...]**. XXII Seminário Nacional Universitas, 2014.

CATANI, A. M. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan.-mar. 2011.

COSTA, R. C. da; COSTA, L. de M. C. Atuação do Movimento Estudantil da Universidade Federal de Alagoas no processo de redemocratização do Brasil. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 20, n. 1, ago. 2020.

CRICIÚM33333A. **Lei Complementar nº 001, de 6 de dezembro de 1990.** Disciplina a aplicação, pela Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) - dos recursos previstos no art. Previsto da Lei Orgânica do Município de Criciúma e dá outras providências. Criciúma: Câmara Municipal, 1990a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/criciuma/lei-complementar/1990/0/1/lei-complementar-n-1-1990-disciplina-a-aplicacao-pela-fundacao-educacional-de-criciuma-FUCRI-dos-recursos-previstos-no-art-previsto-da-lei-organica-do-municipio-de-criciuma-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Considerando, após denúncia e desistentes, república nova relação dos contemplados à bolsa de estudo PMC/UNESC - deficiente/carente primeiro semestre 2020.** Poder Executivo, Secretaria Geral, Apoio Administrativo, 2020. Disponível em: <https://www.criciuma.sc.gov.br/site/files/modif-lista-dos-contemplados-apos-denuncia.pdf>. Acesso em: 05 maio 2020.

CRICIÚMA. **Lei Complementar nº 033, de 02 de setembro de 2004.** Altera a Lei Complementar nº 033, de 2 de setembro de 2004. Criciúma: Câmara Municipal, 2004. Disponível em: <http://leismunicipa.is/capki>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Lei Complementar nº 091, de 7 de fevereiro de 2012.** Altera a Lei Complementar nº 033, de 2 de setembro de 2004. Criciúma: Câmara Municipal, 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/criciuma/lei-complementar/2012/9/91/lei-complementar-n-91-2012-altera-a-lei-complementar-n-033-de-2-de-setembro-de-2004>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Lei Complementar nº 162, de 8 de outubro de 2015.** Dá nova redação ao caput do artigo 1º da Lei Complementar nº 001, de 6 de dezembro de 1990, com redação dada pela Lei Complementar nº 091, de 7 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://www.camaracriciuma.sc.gov.br/documento/lei-complementar-no-162-2015-24598/termo:n%C2%BA%20162>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Lei Complementar nº 36, de 17 de janeiro de 2005.** Dá nova redação ao art. 1º da lei complementar Nº 33, de 02 de setembro 2004. Criciúma: Câmara Municipal, 2005a. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/criciuma/lei-complementar/2005/4/36/lei-complementar-n-36-2005-da-nova-redacao-ao-art-1-da-lei-complementar-n-33-de-02-de-setembro-2004>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Lei Complementar nº 40, de 14 de outubro de 2005.** Dá nova redação ao art. 1º da lei complementar Nº 33, de 02 de setembro 2004. Criciúma: Câmara Municipal, 2005b. Disponível em: <https://www.camaracriciuma.sc.gov.br/documento/lei-complementar-no-40-2005-6846>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Lei Complementar nº 96, de 14 de fevereiro de 2013.** Dispõe sobre os recursos previstos no artigo 129 da Lei Orgânica Municipal destinados à Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) e dá outras providências. Criciúma: Câmara Municipal. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kipac>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Lei Municipal nº 697, de 22 de junho de 1968.** Institui a Fundação Universitária de Criciúma e dá outras providências. Criciúma: Prefeito Municipal, 1968. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/criciuma/lei-ordinaria/1968/70/697/lei-ordinaria-n-697-1968-institui-a-fundacao-universitaria-de-criciuma-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Lei nº 6.984, de 27 de setembro de 2017.** Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Criciúma para o período de 2018-2021 e dá outras providências. Criciúma: 2017. Disponível: [https://www.criciuma.sc.gov.br/site/pdfs\\_gravados/ppa/PPA-2018-A-2021-LEI-MUN-6984-DE-2017.pdf](https://www.criciuma.sc.gov.br/site/pdfs_gravados/ppa/PPA-2018-A-2021-LEI-MUN-6984-DE-2017.pdf). Acesso em: 20 maio 2021.

CRICIÚMA. **Lei Orgânica nº 1, de 05 de julho de 1990.** Lei Orgânica do Município de Criciúma/SC. Criciúma: 1990b. Disponível em: <https://www.camaracriciuma.sc.gov.br/documento/lei-organica-no-1-1990-7807>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CRICIÚMA. Prefeitura Municipal de Criciúma. **Plano Plurianual - 2017 a 2021**. Criciúma, 2021. Disponível em: <https://www.criciuma.sc.gov.br/site/ppa.php>. Acesso em: 10 maio 2021.

CRICIÚMA. **Relação contemplados bolsas de estudo carentes/deficientes da UNESC– Lei Orgânica**. Criciúma: 2010. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/capa/index/231/0/0/componente/processo/ver/1/18/2010/1>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Relação de candidatos classificados à bolsa de estudos após pedido de reconsideração**. Criciúma, Poder Executivo, Comissão de Seleção de Inscritos: 26 out. 2011. Disponível em: [http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/6063.pdf?1319746808](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/6063.pdf?1319746808). Acesso em: 20 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Relação de candidatos classificados à bolsa de estudos após pedido de reconsideração**. Criciúma, Poder Executivo, Comissão de Seleção de Inscritos: 30 nov. 2009. Disponível em: [http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/3171.pdf?1259690268](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/3171.pdf?1259690268). Acesso em: 20 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Relação de contemplados à bolsa de estudo PMC deficiente/carente segundo semestre 2019**. Criciúma, 24 set. 2019. Disponível em: [http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/17608.pdf?1569871922](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/17608.pdf?1569871922). Acesso em: 20 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Relação de contemplados à bolsa de estudo PMC deficiente/carente primeiro semestre 2019**. Disponível em: [http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/16891.pdf?1555107576](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/16891.pdf?1555107576). Acesso em: 20 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Relação de contemplados à bolsa de estudo PMC deficiente/carente segundo semestre 2018**. Disponível em: [http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/16131.pdf?1536062494](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/16131.pdf?1536062494). Acesso em: 20 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Relação de contemplados à bolsa de estudo PMC deficiente/carente primeiro semestre 2018**. Disponível em: [http://www.unesc.net/portal/resour/official\\_documents/15744.pdf?1526908615](http://www.unesc.net/portal/resour/official_documents/15744.pdf?1526908615). Acesso em: 20 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Relação de contemplados à bolsa de estudo PMC deficiente/carente segundo semestre 2017**. Disponível em: [http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/15092.pdf?1511194878](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/15092.pdf?1511194878). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação de novos contemplados à bolsa de estudo PMC deficiente/carente segundo semestre 2018.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/16187.pdf?1537966009](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/16187.pdf?1537966009). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação dos candidatos desistentes e candidatos substitutos deferida pela comissão de seleção dos inscritos do primeiro semestre 2017, designada pelo Decreto SG/nº 763/17 – bolsa de estudo PMC/UNESC.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/14470.pdf?1496349119](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/14470.pdf?1496349119). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação dos contemplados à bolsa de estudo PMC deficiente/carente segundo semestre 2020.** Disponível em: <https://www.criciuma.sc.gov.br/site/files/relacao-contemplados-deficiente-carente-semester2-2020.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial contemplados à bolsa de estudos primeiro semestre 2014, após pedido de reconsideração.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/10059.pdf?1400686048](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/10059.pdf?1400686048). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial contemplados à bolsa de estudos primeiro semestre 2013, após pedido de reconsideração.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/8670.pdf?1371834063](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/8670.pdf?1371834063). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial contemplados à bolsa de estudos primeiro semestre 2013.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/8649.pdf?1371042329](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/8649.pdf?1371042329). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial contemplados à bolsa de estudos segundo semestre 2016, após pedido de recurso.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/13576.pdf?1476100958](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/13576.pdf?1476100958). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial contemplados à bolsa de estudos segundo semestre 2015, após pedido de recurso.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/12240.pdf?1447439696](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/12240.pdf?1447439696). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial contemplados à bolsa de estudos segundo semestre 2014, após pedido de reconsideração.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/10717.pdf?1413554274](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/10717.pdf?1413554274). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial contemplados à bolsa de estudos segundo semestre 2013, após pedido de reconsideração.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/9266.pdf?1381959012](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/9266.pdf?1381959012). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos candidatos à bolsa de estudos.** 2009. Disponível em:  
<http://www.unesc.net/portal/capa/index/231/0/0/componente/processo/ver/1/18/2009/2>. Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudo primeiro semestre 2017.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/14393.pdf?1494634203](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/14393.pdf?1494634203). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudo primeiro semestre 2016.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/12924.pdf?1463427992](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/12924.pdf?1463427992). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudo primeiro semestre 2015 após o pedido de recurso.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/11629.pdf?1435774336](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11629.pdf?1435774336). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudo primeiro semestre 2015.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/11421.pdf?1431438159](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11421.pdf?1431438159). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudo primeiro semestre 2015 após o pedido de recurso.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/11629.pdf?1435774336](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11629.pdf?1435774336). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudo primeiro semestre 2015.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/11606.pdf?1435239517](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11606.pdf?1435239517). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudo primeiro semestre 2015.** Disponível em:  
[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/11421.pdf?1431438159](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/11421.pdf?1431438159). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudo primeiro semestre 2014.** Disponível em:  
<http://www.unesc.net/portal/capa/index/231/0/0/componente/processo/ver/1/18/2014/1>. Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudo segundo semestre 2016.**

Disponível em:

[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/13504.pdf?1474659172](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/13504.pdf?1474659172). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudo segundo semestre 2015.**

Disponível em:

[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/12207.pdf?1446673123](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/12207.pdf?1446673123). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudo segundo semestre 2014.**

Disponível em:

[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/10689.pdf?1412709758](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/10689.pdf?1412709758). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudos primeiro semestre 2011.** Disponível em:

[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/5416.pdf?1306171362](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/5416.pdf?1306171362). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudos primeiro semestre 2012.** Disponível em:

[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/6934.pdf?1337627152](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/6934.pdf?1337627152). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudos segundo semestre 2013.**

Disponível em:

[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/9228.pdf?1380919805](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/9228.pdf?1380919805). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudos segundo semestre 2012, após o pedido de reconsideração.** Disponível em:

[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/7801.pdf?1351164102](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/7801.pdf?1351164102). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudos segundo semestre 2012.**

Disponível em:

[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/7765.pdf?1350492059](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/7765.pdf?1350492059). Acesso em: 20 jan. 2021.

**CRICIÚMA. Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudos segundo semestre 2011.**

Disponível

em:[http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/6028.pdf?1318623221](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/6028.pdf?1318623221). Acesso em: 20 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Relação oficial dos contemplados à bolsa de estudos segundo semestre 2010.** Disponível em: [http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/4528.pdf?1287163174](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/4528.pdf?1287163174). Acesso em: 20 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Relação oficial dos recursos deferidos após análise - primeiro semestre 2017.** Disponível em: [http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/14414.pdf?1495466605](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/14414.pdf?1495466605). Acesso em: 20 jan. 2021.

CRICIÚMA. **Retificação da relação para exclusão de dois acadêmicos relação oficial contemplados à bolsa de estudos primeiro semestre 2016, após pedido de recurso.** Disponível em: [http://www.unesc.net/portal/resources/official\\_documents/12950.pdf?1464189134](http://www.unesc.net/portal/resources/official_documents/12950.pdf?1464189134). Acesso em: 20 jan. 2021.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Dossiê História Oral**, n. 6, p. 9-25, 2003.

DIAS, A; MENEGHEL, S. M. Os 20 Anos do Artigo 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina –o precursor das Políticas de Ação Afirmativa na Educação Superior do Brasil. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 39, n. 1, p. 01-17, jan./mar. 2021.

DOURADO, L. F. Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002.

ESTATUTO do Diretório Central dos Estudantes João Baptista Rita Pereda. Criciúma: FUCRI/UNESC, nov. 1993. 16 p.

FARAH, M. F. S. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. **Rev. Serv. Público**, Brasília, v. 69, edição especial Repensando o Estado Brasileiro, p. 53-84, dez. 2018.

FARAH, M. F. S. Administração pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 813-836, dez. 2011.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educação em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, dez. 2006.

FELÍCIO, Raquel de Souza. **Sindicalismo no Serviço Público: a experiência do município de Criciúma/SC (1979 - 2014).** 2015. 219f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3849/1/Raquel%20de%20Souza%20Fel%C3%ADcio.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre retórica acadêmica. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, n. 40, p. 92-123, set./dez. 2015.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. **Acervo do CPDOC**: ARNS, Paulo Evaristo – Verbete Biográfico. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em:  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arns-paulo-evaristo>

FIOREZE, C. **O modelo comunitário de universidade e o tensionamento público-privado: entre o capitalismo acadêmico e o compromisso social**. 2017. 316f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, set. 2002.

FONTAINE, G. **El analisis de políticas públicas: conceptos, teorías y métodos**. Barcelona: Anthropos Editorial; Quito: FLACSO, 2015, 188 p.

FUCRI. Fundação Educacional de Criciúma. **A FUCRI no período de 89-91: uma leitura dos relatórios institucionais**. Criciúma: FUCRI, 1992. 62 p.

GIANEZINI, K. **As transformações e o processo de expansão da educação superior em Mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 2018. 237p.

GIANEZINI, K. *et al.* A Educação Superior em Santa Catarina: expansão, interiorização e políticas públicas. **Dialogus**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 5-27, 2018. Disponível em:  
<http://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/Revista/article/view/6931>. Acesso em: 16 maio 2021.

GIANEZINI, K. **O processo de expansão do ensino superior em Mato Grosso**. 2009. 250 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GIANEZINI, K. **Políticas públicas para universidades: análise de dois programas brasileiros**. Florianópolis: [s.n.], 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, A. O conceito de governança. **Anais [...]**. XV Congresso Nacional do CONPEDI/UEA, Manaus, 2006.

HÖFLING, E. de M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico (2010)**: Criciúma/SC. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175>. Acesso em: 11 maio 2021.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. 120 p. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2019.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2019.pdf). Acesso em: 03 jun. 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Evolução do ensino superior: 1980-1998**. Brasília: INEP, 1999. 71 p.

KERSTENETZKY, C. L. Políticas sociais: focalização ou universalização? **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 26, n. 4, ed. 104, p. 564-574, out./dez. 2006.

LUCCHESI, M. A. S. Políticas públicas para a educação superior no Brasil no contexto sul-americano: convergências e transformações na passagem do século. **RBPAAE**, [s.l.], v. 23, n. 3, p. 513-528, set./dez. 2007.

LÜCKMANN, L. C.; CIMADON, A.; BERNART, E. E. O modelo comunitário de educação superior: instituições públicas não estatais?. **Impulso**, Piracicaba, v. 25, n. 63, p. 19-34, maio/ago. 2015.

MACHADO, A. M. N. Universidades Comunitárias: um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior. In: SCHMIDT, J. P. (Org). **Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. Financiamento da educação: gestão democrática dos recursos financeiros públicos em educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 72, n. 172, p. 262-290, set./dez. 1991.

MENEZES, J. S. S. A vinculação constitucional de recursos para a educação: os (des)caminhos do ordenamento constitucional. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 30, p. 149-163, jun. 2008.

MESQUITA, M. R. **Juventude e movimento estudantil: o velho e o novo na militância**. 2001. 189f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2001.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

MONTEIRO, R. de A. **Com quantos pobres se faz 1 rico?:** modernidade (e crise) na Criciúma do século XX. 2017. 219f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2017.

PALMEIRA, M; HERÉDIA, B. Os comícios e a política de facções. **Anuário Antropológico**, [s.l.], v. 94, p. 31-94, 1995.

PEGORARO, L. **O Terceiro Setor e a Educação Superior no Brasil:** compromisso social das fundações em Santa Catarina, o caso Universidade do Contestado. 2008. 358f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2008.

PEREIRA, L. T.; ALMEIDA, M. de S. A definição do perfil de vulnerabilidade para acesso à política de permanência no ensino superior. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 132-154, jan. 2015.

PHILOMENA, G. L. de B. **Cultura do carvão em Criciúma-SC:** a história que não se conta. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2005.

PIAZZA, W. F. **Santa Catarina:** Constituição. Florianópolis: ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

PORTELLI, A. O que faz a História Oral diferente. **Revista do programa de estudos pós-graduados em História**, São Paulo, n. 14, p. 31, fev. 1997.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 1992.

RELATÓRIO de Informações da Educação: Município de Criciúma – 2017. **Portal Observatório Social de Criciúma**, Criciúma, 30 ago. 2018. Disponível em: [https://oscriciuma.org.br/relatorios/openArquivo?i\\_arquivo\\_relatorio=371](https://oscriciuma.org.br/relatorios/openArquivo?i_arquivo_relatorio=371). Acesso em: 03 jun. 2021.

REZENDE, R. M.; DONADELI, P. H. M. As políticas municipais de apoio ao estudante de ensino superior e seus benefícios sociais. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 16, n. 2, jan. 2007.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia da pesquisa.** 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTA CATARINA. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Jurisprudência Catarinense**. Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 9147455-45.2015.8.24.0000, da Capital, rel. Des. Rodrigo Collaço, Órgão Especial, julgado em: 14 fev. 2017. Disponível em: [https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only\\_ementa=&frase=&id=AABA7AA DAANrrrAAK&categoria=acordao\\_5](https://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AABA7AA DAANrrrAAK&categoria=acordao_5). Acesso em: 03 jun. 2021.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis pedagógica**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 4-17, 2011.

SCHMIDT, J. P. O comunitário em tempos de público não estatal. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, v. 15, n. 1, p. 9-40, mar. 2010.

SCHMIDT, J. P.; CAMPIS, L. A. C. As instituições comunitárias e o novo marco jurídico do público não-estatal. In: SCHMIDT, J. P. (Org). **Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. **Santa Catarina em Números**: Criciúma. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 133p. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio\\_Municipal\\_-\\_Criciuma.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio_Municipal_-_Criciuma.pdf). Acesso em: 03 jun. 2022.

SILVA, L. P. da. **A recente interiorização das universidades federais e a questão da democratização do acesso**: uma análise das experiências formativas de jovens do seminário paraibano no campus de Cuité/ UFCG. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

SOARES, M. M; MACHADO, J. A. **Federalismo e políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2018. 112 p.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Capítulo IV: Rigor e Visibilidade. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edeistein de pesquisas sociais, 2013. p. 71-99.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Capítulo II: Produção de sentido no cotidiano. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas Discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edeistein de pesquisas sociais, 2013. p. 22-41.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, [s.l.], p. 1-11, 2002. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf). Acesso em: 28 abr. 2021.

TEIXEIRA, M. C. O direito à educação nas Constituições brasileiras. **Revista do Curso de Direito da Universidade Metodista de São Paulo**, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 146-168, 2008.

TOMIO, F. de L. A criação de municípios após a constituição de 1988. **RBCS**, [s.l.], v. 17, n. 48, fev. 2002.

TRICHES, J.; ZANELATTO, J. H. **História Política de Criciúma no século XX**. Criciúma: Ed. da Unesc, 2015. v. 1.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UCE. União Catarinense dos Estudantes. **Tese ao XX Congresso da UCE**: Ousar Lutar, Ousar Vencer. Florianópolis, 1990.

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Histórico**. Criciúma, 2021. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/reitoria/historico>. Acesso em: 14 abr. 2021.

VANNUCCHI, A. **A universidade comunitária**: o que é, como se faz. 4. ed. São Paulo: Loyola Jesuítas, 2013.

VENERIO, C. M. S.; WOLKMER, A. C. Em busca do ethos comunitário: universidades catarinenses mantidas por fundações públicas de direito privado, um olhar a partir do pluralismo jurídico. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p. 63-84, set./dez. 2011.

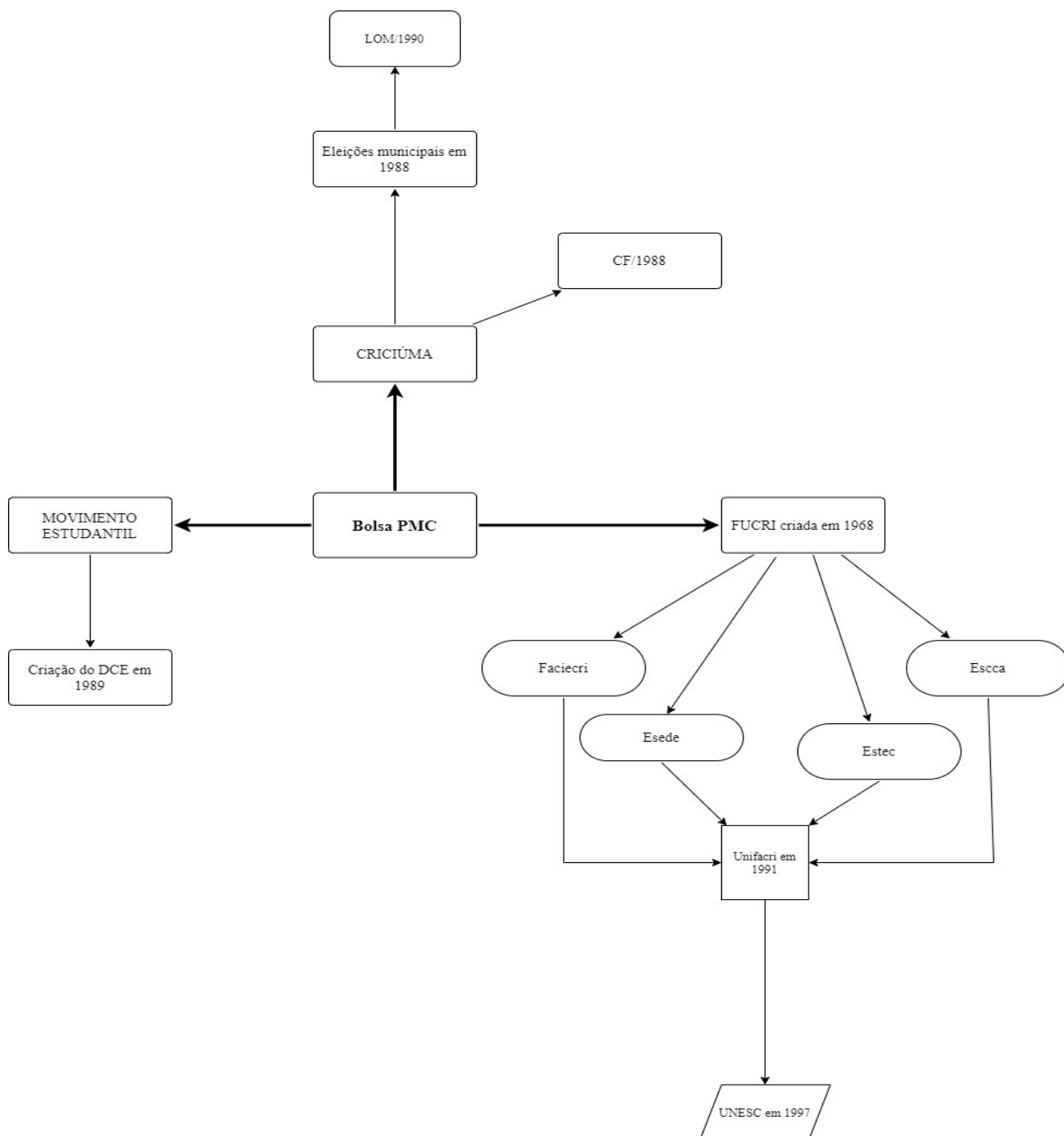
VIANNA, M. L.W. **Em torno do conceito de política social**: notas introdutórias. Rio de Janeiro: Iuperj, 2002. Disponível em: <http://antigo.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2021.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas/SP, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

XAVIER, J. R. F. Algumas notas sobre a entrevista qualitativa de pesquisa. *In*: ROCHA, M. (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. p. 119-160.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – MAPA DE INTERAÇÕES POSSÍVEIS



## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa está intitulada como “Políticas públicas para a educação superior: as relações estabelecidas entre o campo universitário e o campo político na criação e implementação da bolsa municipal de Criciúma (Bolsa PMC)”. Está sendo desenvolvida por Letícia Anselmo Manique Barretto mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), sob orientação da Professora Dra. Kelly Gianezini. O objetivo deste estudo é compreender as relações entre o campo político e universitário para a criação e implementação da bolsa PMC. A finalidade é contribuir para o desenvolvimento socioeconômico pautado em políticas públicas e compreender esta política pública local.

Solicitamos assim, sua contribuição para a realização desta pesquisa, por meio de uma entrevista que poderá durar uma média de 45 min, pedimos também, a autorização para apresentar os resultados desta pesquisa em eventos da área de Ciências Sociais Aplicadas e Humanidades e publicar em revistas científicas nacionais e/ou internacionais. Resguardando, quando da publicação seu nome, que será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação é voluntária, portanto o senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer ou colaborar com as atividades propostas pela pesquisadora. Caso não queira participar ou venha a desistir, não sofrerá nenhum dano. As pesquisadoras estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário, em qualquer etapa da pesquisa.

Os riscos envolvidos nesta pesquisa, está potencialmente ligado a perda do anonimato. Os benefícios estão o conhecimento sobre uma política pública municipal, que após o término desta pesquisa, poderão ser acessados pela sociedade e pela comunidade acadêmica. Este documento foi baseado nas diretrizes contidas na resolução CNS N°466/2012, MS.

---

Letícia Manique Barretto

Mestranda

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos do estudo, a relevância e de como se dará a minha participação na pesquisa, bem como fui informado dos riscos e procedimentos. Declaro meu consentimento em participar desta pesquisa e concordo que os dados obtidos sejam

divulgados para fins científicos (eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via deste documento.

Criciúma, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura do participante ou responsável legal

Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, favor entrar em contato com a pesquisadora Letícia Anselmo Manique Barretto pelo telefone (48) 996363251 e/ou pelo e-mail [lmaniqueb@gmail.com](mailto:lmaniqueb@gmail.com)

## APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**Roteiro de Entrevista Semiestruturada****Campo político**

1. Como foram as eleições municipais após a Constituição Federal de 1988?
2. Como foi o processo de construção da Lei Orgânica Municipal?
3. Como foram as discussões durante o processo de construção do artigo 129?
4. Quais os motivos que levaram a colocar bolsas de estudos na Lei Orgânica Municipal?
5. Como foram essas discussões com o Poder executivo ou com o Poder Legislativo?
6. Como foi essa relação na criação da Bolsa PMC com a UNESCO?
7. Como foi a relação com os estudantes na época?
8. Como se deu a repercussão da bolsa/do artigo 129 na mídia local?
9. Existiu alguma outra entidade envolvida nessas discussões sobre as bolsas de estudos?

**DCE**

1. Como foi o processo de fundação do DCE?
2. Quem foram os incentivadores desta fundação? Centros acadêmicos? UNE? A UNESCO?
3. Quais os motivos da fundação do DCE?
4. Como se deu a participação do DCE na criação e implementação da bolsa PMC?
5. Como era observada a necessidade de pautar bolsas de estudos por parte dos estudantes?
6. O DCE estabeleceu parcerias com a prefeitura (tanto executivo quanto legislativo) para o processo de criação e implementação da bolsa PMC?
7. O DCE estabeleceu parcerias com a IES para pensar as bolsas de estudos?

**UNESC**

1. Como se deu o processo de transformação da instituição em UNIFACRI?
2. O que motivou este processo de transformação?
3. Nas pesquisas, observou-se que a instituição passou por uma crise no fim da década de 1980 e início da década de 1990, qual a sua percepção sobre esta crise?
4. Como era as relações com a prefeitura municipal de Criciúma nesta discussão sobre a bolsa PMC?

5. A instituição participou das discussões sobre a bolsa PMC?
6. Como eram as relações da instituição com o DCE?
7. Houve uma parceria com o DCE e com a prefeitura quanto as bolsas